



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PROGRAMA

mais
infância

CEARÁ



MAIS INFÂNCIAS

RUI RODRIGUES AGUIAR
Chefe do Escritório do UNICEF em Fortaleza

A infância é tão curta que para torná-la maior a contamos em dias no seu começo, valorizando os primeiros mil dias, quando tudo acontece. Depois, contamos em meses, à medida que as crianças sobrevivem aos desafios da vida em sociedades cada vez mais complexas. Em seguida, contamos em anos, quando a autonomia exige delas todo o aprendizado dos primeiros dias e meses para atuarem de maneira independente, interagindo e integrando-se na comunidade de outros adultos e tantas crianças.

Até tornarem-se prioridade absoluta nas políticas públicas, as crianças precisaram vencer uma série de erros e enganos dos adultos. Isto significou perdas históricas de desenvolvimento social e econômico, corrigidas apenas recentemente, após a Segunda Guerra Mundial, quando os direitos humanos tornaram-se mais específicos, geracionais, de gênero e de condição pessoal.

Há quatro décadas, o Ceará vive um estado de mais infâncias, implementando uma série de tecnologias sociais que têm induzido a moderna política pública brasileira para a infância.

Desde os anos 1980, quando uma geração de idealistas gestou os Agentes Comunitários de Saúde, chave da superação da mortalidade infantil e porta para a saúde da família, o estado tem acumulado uma série de expressivas vitórias em torno do desenvolvimento infantil, da aprendizagem, da inclusão, da redução da vulnerabilidade e da redução da violência na infância. Assim indicam os números que nos dão conta da superação do analfabetismo em idade escolar, do crescimento dos serviços integrados de atendimento a crianças com deficiência, da ampliação dos serviços da rede de proteção social ou mesmo uma expressiva queda do trabalho infantil.

Estas vitórias, entretanto, não podem significar que todas as crianças cearenses foram alcançadas pelo estado. Nas zonas rurais e periféricas dos 184 municípios cearenses, graças à pobreza multidimensional, todos os dias são registradas violações de direitos humanos, muitas delas vinculadas ao machismo crônico e a diferentes formas de racismo. Estas violações sugerem a urgência de novas abordagens para a promoção de dinâmicas familiares e comunitárias protetivas, bem como o acesso a bens e serviços em uma sociedade de desemprego e redução de direitos.

Ou, para sermos mais diretos, precisamos promover mais direitos e cidadania para os sujeitos, com menos adjetivos de louvação e mais verbo de ação concreta para a proteção social. Precisamos de mais infâncias.

É a infância que qualifica a criança. A palavra infância só faz sentido em ambiente de direitos humanos. Sem infância, crianças são unicamente pacientes, alunos, clientes e beneficiários de políticas públicas desenhadas sem o cuidado que exige a primeira e inesquecível fase da vida.

Definitivamente, precisamos de mais infância e cidadania, criando mais oportunidades de ser criança em todo tempo, em todo lugar, com todos, com tudo, criando novas formas de viver infâncias singulares e plurais.



PROGRAMA mais infância CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO E PRESIDENTE DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Onélia Maria Moreira Leite de Santana

2015 - 2018

GABINETE DO GOVERNADOR
José Elcio Batista

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Jobertini Virgínio Clementino e Francisco José Ibiapina

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Antônio Idilvan de Lima Alencar

SECRETARIA DA SAÚDE
Henrique Jorge Javi de Sousa

SECRETARIA DA CULTURA
Fabiano dos Santos Piúba

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Francisco José Teixeira

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)
Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

SECRETARIA DO ESPORTE
José Euler de Oliveira Barbosa

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Francisco Williams Cabral Filho

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

2019 - DATA ATUAL

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL
José Elcio Batista

SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS
Maria do Perpétuo Socorro França

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Eliana Nunes Estrela

SECRETARIA DA SAÚDE
Carlos Roberto Rodrigues Sobrinho

SECRETARIA DA CULTURA
Fabiano dos Santos Piúba

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E TRABALHO
Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Carlos Mauro Benevides Filho

SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE
Rogério Nogueira Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a todos que acreditam na importância do investimento em políticas públicas voltadas à infância.

Aos que conhecem o potencial existente em cada uma das nossas crianças e que contribuem para ampliar as oportunidades de desenvolvimento de cada uma delas.

À sensibilidade de parceiros como UNICEF, Fundação Maria Cecília Vidigal, Instituto pela Infância, Instituto da Primeira Infância, SESC, Associação de Prefeitos do Ceará, pactuados no consenso sobre o protagonismo da criança.

Aos professores, pesquisadores e estudiosos que contribuíram com o respaldo científico para a estruturação do Programa e a produção deste livro.

À Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pela aprovação da legislação necessária que fez do Programa Mais Infância Ceará uma política de Estado.

Aos servidores das Secretarias da Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social e demais instâncias administrativas comprometidas com a causa do desenvolvimento infantil.

E, muito especialmente, às mulheres e mães que compõem a equipe do Programa Mais Infância Ceará, profissionais dedicadas à construção da cidadania de tantos cearenses, unidas nos embates e nas conquistas inerentes à construção de um futuro mais digno para o nosso povo.



CAMILO SANTANA

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Costumo dizer que nada me orgulha mais do que ter recebido a confiança e a responsabilidade de liderar a implementação de políticas públicas que venham a modificar, decisiva e definitivamente, as vidas de milhões de irmãos e irmãs cearenses. Responsabilidade que passa pela delimitação de bandeiras que considero imutáveis, prioritárias mesmo em um ambiente marcado por demandas emergenciais, distorções históricas a serem sanadas e uma conjuntura nacional e internacional

que desafia a capacidade de gestão a todo momento. Investir fortemente na infância é a nossa escolha, independente dos percalços que se apresentem ao longo do caminho.

Convictos de que nenhuma política pública no Estado será verdadeiramente efetiva sem o olhar atento e carinhoso para as crianças, ainda em agosto de 2015, nossos esforços desencadearam no lançamento do Programa Mais Infância Ceará, tendo, à frente, a primeira-dama Onélia Santana. Um conjunto de debates, estudos e atividades de campo deram vida ao Programa. E, desde então, dia após dia, o Mais Infância se prova uma iniciativa de sucesso, atualizando conceitos, reinventando seus “Tempos” e agregando parceiros de diferentes matizes em prol de um objetivo comum: investir no protagonismo infantil.

Foi assim quando, em meio a casos até então pouco compreendidos de microcefalia, o Programa articulou, junto à Universidade Federal do Ceará, a capacitação de profissionais da Secretaria da Saúde para atuação junto aos recém-nascidos nos Núcleos de Estimulação Precoce nas policlínicas distribuídas por todo o Ceará. Ali fomos, novamente, pioneiros. E o que dizer do Cartão Mais Infância? Outra inovação que muda a vida de mais de 50 mil famílias cearenses que vivem em vulnerabilidade social.

Articulado com ações como um programa de alfabetização na idade certa, que é referência nacional, a universalização da educação em tempo integral em andamento, investimentos em praças que proporcionam o brincar e reforçam os vínculos familiares, dezenas de areninhas já construídas e em construção, e valorização do papel dos agentes de saúde, entre dezenas de outras ações, o Mais Infância, recentemente transformado por nós em política de estado, dissemina boas práticas não apenas pelo Ceará, mas por todo o Brasil.

Hoje, não tenho dúvidas em afirmar que o Mais Infância Ceará é a iniciativa governamental brasileira mais efetiva na sedimentação de um caminho que visa à construção de um presente justo e um futuro mais igualitário para nossa sociedade.

Estamos satisfeitos? Em parte. Temos ainda muito o que avançar. E temos pressa. A sensação é que os primeiros passos foram dados e de forma firme.

O Programa Mais Infância está germinando um novo tempo para o Ceará.



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: PRIMEIRA INFÂNCIA NO CEARÁ

FLÁVIO CUNHA

Professor de Economia, Rice University, Houston, EUA

Professor Fundador, Texas Policy Lab, Rice University, Houston, EUA

Professor Visitante, briq, Universidade de Bonn, Bonn, Alemanha

Pesquisador Afiliado, National Bureau of Economic Research, Boston, EUA

Para as pessoas que estudam ciências econômicas, a questão mais importante é a seguinte: quais fatores determinam crescimento de longo prazo? Por qual razão alguns países conseguem ter crescimento da renda *per-capita* de três por cento ao ano por muitos anos e outros países têm taxas de crescimento próxima de (ou até mesmo) zero década após década? Romer (1990) argumenta que é necessário investir na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias para ter crescimento econômico de longo prazo. Novas tecnologias levam ao crescimento econômico, pois elas nos tornam mais produtivos, ou seja, elas nos permitem produzir mais bens e serviços utilizando menos recursos.

Às vezes, é difícil perceber como o crescimento econômico afeta positivamente a nossa vida. Permita-me ilustrar os benefícios com o seguinte exemplo: imagine que tenhamos voltado no tempo e estamos no ano de 1969. Mais precisamente, chegamos em um grande hospital em Fortaleza e lá encontramos a Maria, uma senhora de 65 anos de idade, que está na sala de espera. Em alguns minutos, a Maria descobrirá que tem câncer nas mamas. Os hospitais daquela época não tinham a tecnologia que temos hoje. Os médicos e os enfermeiros não tinham o conhecimento que os profissionais da saúde têm atualmente. Por todas essas razões, naquele tempo, 63% das mulheres diagnosticadas com câncer de mama sobreviviam por, pelo menos, cinco anos. Hoje, a taxa de sobrevivência é de mais de 99%.

Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias salvam vidas. Porém, apesar dos avanços tecnológicos nos hospitais, das invenções de novos medicamentos e do aprofundamento do conhecimento sobre doenças, existe uma coisa que é, mais ou menos, a mesma de 50 anos atrás: a forma como financiamos os sistemas públicos de saúde. De certa maneira, é surpreendente que a política de saúde pública ainda seja assim apesar do enorme avanço que registramos no diagnóstico e no tratamento de doenças.

Infelizmente, a falta de inovação em programas governamentais não ocorre apenas na área de saúde. A falta de progresso também está presente em outras muitas políticas públicas que, todos os dias, atendem a milhões de brasileiros em nosso país e bilhões de cidadãos no mundo inteiro. A falta de progresso é especialmente preocupante nas circunstâncias atuais, nas quais, por um lado, os governos enfrentam orçamentos cada vez mais engessados e, por outro, a sociedade espera educação de

qualidade para as nossas crianças, provimento de uma velhice digna para os nossos pais e de garantia de segurança pública para todos. Existe apenas uma maneira de balancear ambos os lados desta equação: é mister fomentar inovação em políticas públicas para que possamos melhor atender a população brasileira e, ao mesmo tempo, utilizar eficientemente escassos recursos públicos. Não se trata de uma defesa de um Estado mínimo ou um Estado intervencionista, mas sim de uma visão de que o Estado deve ser eficiente qualquer que seja o seu tamanho.

Esta visão pragmática de um Estado eficiente é exemplificada pela maneira como o Estado do Ceará, nos últimos anos, tem encarado o desafio de inovar nas políticas públicas em primeira infância. A parceria tríplice entre o Governo do Estado – representado pelo Escritório da Primeira-dama, pela Secretaria Estadual de Educação e pelo IPECE – com o Banco Mundial e a Rice University gerou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), que é uma das iniciativas do Programa Mais Infância Ceará. Como descrito em Uchoa (2018), o PADIN promove o desenvolvimento infantil trabalhando diretamente com a família e a comunidade. É uma política inovadora, não só no diagnóstico, mas também na sua abordagem, no seu escopo e no custo aos cofres públicos.

Além disso, o PADIN é o primeiro programa de desenvolvimento infantil no Brasil com um robusto protocolo de avaliação de impacto na sua gênese. Em cada município no qual o PADIN foi implementado, foram selecionadas duas regiões. Uma região do município foi escolhida para receber o programa no primeiro ano da implementação. A segunda região, com características semelhantes à primeira, foi escolhida para receber o programa após o final do primeiro ano. Este calendário de implementação para cada região nos permite estimar os impactos do programa de uma forma objetiva e não viesada. Além de estimar os impactos do Programa, a equipe de avaliação de impacto poderá informar ao Estado do Ceará quais tipos de família se beneficiam mais com o Programa. Esta informação é importante para que o Estado possa alocar eficientemente recursos que são escassos. A avaliação de impacto documentará em quais dimensões do desenvolvimento infantil o PADIN tem maior ou menor impacto. Este tipo de informação é importante para que o PADIN continue a ser aprimorado, para que todas as crianças do Estado do Ceará realizem todo o seu potencial de desenvolvimento humano.

Crescimento de longo prazo é produto de inovação tecnológica. Inovação tecnológica, por sua vez, requer uma população que seja educada e com elevado nível de capital humano. E, como explicado em Cunha e Heckman (2007), o processo de formação de capital humano começa na primeira infância e continua ao longo de toda a vida. Neste sentido, será importante documentar objetivamente não apenas os impactos de curto prazo do programa, mas também como ele poderá afetar toda a trajetória de vida das crianças diretamente beneficiadas e a trajetória de desenvolvimento de suas comunidades.

BIBLIOGRAFIA

- Cunha, Flavio e Heckman, James J. (2007). "The Technology of Skill Formation," *American Economic Review*, vol. 97(2), 37-41.
Romer, Paul M. (1990). "Endogenous Technological Change," *Journal of Political Economy*, 1990, vol. 98(5 pt. 2), S71-S102.
Uchoa, Benildes (2018). "Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Infantil – PADIN."

“Se mudarmos o começo da história,
mudamos a história toda.”

RAFFI CAVOUKIAN,
FUNDADOR DO CENTRE FOR CHILD HONOURING

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
NO CEARÁ, CRIANÇA É PRIORIDADE	10
INTRODUÇÃO	
INFÂNCIA E CIÊNCIA	12
PILARES DO PROGRAMA	34
TEMPO DE CRESCER	36
TEMPO DE BRINCAR	62
TEMPO DE APRENDER	76
TEMPO DE NASCER	84
MAIS INFÂNCIA, MAIS PRESENTE, MAIS FUTURO	88
SÍNTESE	96
O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS	104
MARCOS LEGAIS	136
REFERÊNCIAS TÉCNICAS	144

NO CEARÁ, CRIANÇA É PRIORIDADE



ONÉLIA LEITE DE SANTANA

PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO E
PRESIDENTE DO COMITÊ CONSULTIVO
INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO INFANTIL

É com imensa alegria e contentamento que entregamos esta publicação cujo objetivo é apresentar as experiências desenvolvidas ao longo

da gestão do governo Camilo Santana, a partir da opção do Governo do Estado em investir no desenvolvimento e no protagonismo das crianças do nosso Ceará. Para nós, é um livro de boas notícias, em que intencionamos deixar o registro de um relevante trabalho coletivo gerado a partir da escuta de inúmeras instituições parceiras, da crença e do consenso político em relação à urgência de se investir na infância como forma de garantir um presente digno para os pequenos e um futuro próspero para a sociedade.

Os investimentos em políticas públicas centradas nas necessidades das crianças – como a valorização e a garantia da educação infantil enquanto direito fundamental, a adoção de políticas de intervenções que reforcem o vínculo familiar, o fortalecimento em ações de formação dos profissionais ligados à criança, além de ações que possibilitem o livre brincar como desencadeador do desenvolvimento psicomotor, sociocognitivo e emocional – são alguns exemplos de objetivos consensuais afirmados e repetidos pelos pesquisadores da infância. Entender a importância desses preceitos faz com que avancemos nas mudanças necessárias, saindo de intenções e recomposições superficiais para práticas reais e concretas, fundamentadas em concepções e princípios inovadores. Os estudos sobre desenvolvimento infantil explicitados na neurociência e em outras teorias no campo das ciências humanas, o amparo em números das pesquisas locais, além dos textos de referência, nacionais e internacionais, dão suporte às nossas opções mais imediatas.

Nesse contexto, surge o Programa Mais Infância Ceará, voltado para gestantes, crianças e suas famílias e criado pelo atual Governo justamente com o propósito de englobar as várias

etapas do desenvolvimento infantil, numa atuação multidisciplinar capaz de trazer novo impulso às áreas com maior número de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Os leitores encontrarão aqui reflexões teóricas acompanhadas da descrição das ações do Programa, apresentando resultados que demonstram como o Estado vem enfrentando os desafios ligados à infância, ao meio social, à saúde, à educação e à capacidade de atuação do poder público, em parceria com os que desejam e se empenham em construir uma sociedade na qual os direitos humanos – em especial, os direitos das crianças pequenas – sejam promovidos e respeitados.

Na forma em que foi estruturado, o Mais Infância se apoia nos pilares Crescer, Brincar e Aprender. No pilar Aprender, estão incluídas construção e qualificação de creches, facilitando a realidade da mãe trabalhadora. O pilar Brincar se volta à criação de espaços lúdicos em áreas públicas, oferecendo Espaço Mais Infância, Brinquedocreches, Brinquedopraças e Praças Mais Infância, recuperando praças municipais para o lazer educativo. Por fim, no pilar Crescer, tratamos das formações de profissionais que lidam com a infância, serviços e visitas domiciliares, com ênfase especial na fase de zero a 3 anos de vida.

O Programa traz novos e importantes desafios para os próximos anos. Trabalharemos incansavelmente, associados aos nossos parceiros, para a qualidade e o fortalecimento das ações já existentes e buscaremos instituir novas ações que contribuam para a redução das enormes desigualdades sociais que ainda acometem as crianças de nosso Estado.

Por entender a importância do Mais Infância para os cearenses, especialmente para as famílias e as crianças em vulnerabilidade social, é que manifestamos a nossa alegria e satisfação em dar visibilidade à presente publicação e desejamos que este livro possa estimular o debate e contribuir para a proposição de políticas públicas de atenção à infância que garantam o desenvolvimento integral da criança.

“Precisamos priorizar
a primeira infância
e focar nos mais
vulneráveis.
Só assim teremos
uma sociedade menos
desigual.”

ONÉLIA LEITE DE SANTANA

INTRODUÇÃO

INFÂNCIA E CIÊNCIA

Aprendizado, comportamento e saúde. A estrutura para tais fatores, ao longo do ciclo completo da vida, ergue-se sobre as experiências vivenciadas na primeira infância.

Não se trata de conceito novo. Aristóteles, dois mil anos atrás, já dizia que *“a criança é o pai do homem”*. Mas, há pouco tempo, é que vem se estabelecendo o consenso, em uma parte relevante do mundo acadêmico, que, dentre todos os investimentos sociais, aquele que se volta à primeira infância é o que oferece maior retorno.

A neurociência mergulhou nos mais profundos recantos do cérebro e trouxe à tona importante constatação: tudo o que acontece com o indivíduo na primeira infância – amadurecimento do cérebro, desenvolvimento de sua capacidade de aprendizado, aquisição de movimentos, crescimento físico, iniciação de contatos sociais, formação afetiva – vai exercer influência fundamental no decorrer de sua vida.

Os estudos mostraram a assombrosa velocidade com que o cérebro dos bebês se desenvolve, em uma conjuntura única, jamais repetida. Até os 3 anos de idade, as 100 bilhões de células cerebrais com as quais uma criança nasce se multiplicam para 1 quatrilhão de ligações – um inimaginável número com 15 zeros (UNICEF).

O que era percebido de forma intuitiva foi confirmado numericamente pelos economistas, estando, à frente das pesquisas, o professor James Heckman, da Universidade de Chicago, um dos nomes mais respeitados na área e detentor de um Prêmio Nobel concedido por seu trabalho relacionando conquistas individuais e ganhos comunitários.

Heckman provou que cada dólar investido no programa de educação com crianças – envolvendo também os pais – pode trazer um retorno de nove dólares ou mais para a sociedade. E ainda: para ele, quando a criança chega à escola já preparada, e com maior motivação, a *performance* do sistema de ensino, no geral, será bem mais efetiva.

“UM PROGRAMA DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE QUALIDADE PARA A POPULAÇÃO É CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA AVANÇARMOS EM DIREÇÃO A UMA SOCIEDADE MAIS EDUCADA, IGUALITÁRIA E, SOBRETUDO, MENOS VIOLENTA.”

James Heckman (2009). Prêmio Nobel de Economia.

1.000.000.000.000.000 (um quatrilhão)
de ligações se formam no cérebro do bebê até os 3 anos.

São nos primeiros anos de vida que se forma a arquitetura do cérebro. Quanto melhores forem as condições para o desenvolvimento durante a primeira infância, maiores as probabilidades de que a criança atinja seu inteiro potencial, tornando-se um adulto equilibrado, produtivo e realizado. Pesquisas e experimentos concretos constataram que investir nessa fase da vida é a melhor forma de se obter retorno em prevenção e do ponto de vista econômico, favorecendo a sociedade em seu todo.

As investigações científicas indicam que a produtividade de qualquer cidadão está diretamente relacionada aos investimentos destinados à primeira infância e que a qualidade do capital humano mantém relação direta com o que for feito nesse período. Investimentos qualitativos darão ao jovem e ao adulto melhores condições para desenvolver de forma multidimensional suas capacidades socioemocionais e cognitivas, para tomar medidas preventivas contra os males físicos e, principalmente, para estabelecer o desenvolvimento emocional e os laços afetivos. São fatores de prevenção, *lato sensu*.

Em resumo, asseguram os cientistas, crianças bem assistidas se tornarão indivíduos mais pro-

ductivos, mais criativos, mais aptos a influir na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. São certezas como essas que têm ocupado um espaço cada vez maior no Governo do Ceará, com a participação de diversos atores e suas políticas, e vêm conduzindo o estado a novos rumos.

As crianças têm
direito a especial
proteção para o seu
desenvolvimento
físico, mental e social.

PRINCÍPIO I
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
DAS CRIANÇAS - UNICEF

O PODER DAS INTERVENÇÕES

Em âmbito internacional, a Universidade de Harvard se colocou entre as primeiras instituições a tomar posição no setor, criando o Centro de Desenvolvimento Infantil, valiosa fonte de pesquisa, conceitos e resultados para o mundo inteiro em relação à temática da primeira infância. Hoje, o Diretor do CDI, Jack Shonkoff, é uma das vozes mais fortes a afirmar que experiências adversas vivenciadas na infância resultam em maior probabilidade de atrasos no desenvolvimento da criança e no surgimento de problemas de saúde, incluindo doenças cardíacas, diabetes, abuso de substâncias e depressão.

Da mesma forma, há indicativos que relacionamentos precoces com pais ou cuidadores atentos e cuidadosos podem prevenir, ou até mesmo reverter, os efeitos nocivos da adversidade no início da vida.

Pesquisa realizada pelo Centro de Desenvolvimento Infantil (2011) concluiu que na, relação entre presente e futuro, *"as habilidades socioemocionais desenvolvidas na primeira infância determinarão a capacidade da criança em lidar com suas emoções nas próximas etapas, com mais desenvoltura para construir relacionamentos saudáveis na fase adulta"*.

Vem do mesmo Centro a listagem de oito fatos relevantes a serem conhecidos sobre a primeira infância:

1. Situações de estresse na família podem afetar até mesmo os bebês mais jovens;
2. A herança genética é importante, porém não influencia tudo, já que o desenvolvimento é um processo interativo;
3. O vínculo estabelecido com cuidadores pode ser tão benéfico quanto o vínculo com os pais;
4. A janela de oportunidades na arquitetura do cérebro não se fecha aos trinta e seis meses;
5. Tanto o abuso físico como a negligência são ameaças à saúde e ao desenvolvimento da criança;
6. Não há uma relação direta entre a exposição à adversidade ou à violência e a formação de adultos violentos;
7. A remoção da criança de um contexto danoso não garante reversão dos impactos negativos vivenciados; e
8. Resiliência (habilidade de superar dificuldades) requer relacionamentos.

A QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA PRODUZ OS SEGUINTE

BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO

- HABILIDADES COGNITIVAS
- HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS
- RENDIMENTOS
- DESIGUALDADE

+ INVESTIMENTOS

Investir recursos na educação para o desenvolvimento das famílias em vulnerabilidade social, proporcionando acesso equânime e de qualidade no desenvolvimento da primeira infância

+ DESENVOLVIMENTO

Nutrir o desenvolvimento precoce de habilidades cognitivas e sociais em crianças desde o nascimento até os cinco anos de idade

+ SUSTENTAÇÃO

Sustentar o desenvolvimento com educação efetiva até a idade adulta

= GANHO

Obter uma mão de obra capacitada, produtiva e valiosa, que paga dividendos para uma nova geração que está por vir

FONTE
James Heckman, Paul Gertler e outros
www.heckmanequations.org

Se, de zero a 2 anos, o instinto é o elemento fundamental para a sobrevivência, dos 2 aos 4 anos, soma-se a ele o pensamento. Aos 4 anos, a criança já atingiu metade de seu potencial intelectual. Daí aos 6 anos, aprimora suas habilidades de movimentação, conhecimento e comunicação, aprende a ler e a escrever, amplia seu ambiente de socialização, ganha iniciativa e independência. Passa a ser, conforme os especialistas, 100% estratégia.

No conceito de Piaget, por exemplo, quanto mais experiências e interações a criança constrói com o meio e com os outros, mais ela evolui no seu desenvolvimento e amplia sua capacidade cognitiva, sendo capaz de criar e recriar situações e resolver problemas com autonomia, impulsionando, assim, seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, um ambiente organizado e rico de possibilidades interativas, especialmente em relação à linguagem e às experiências físicas e lógico-matemáticas, é fundamental para a transformação de estruturas elementares em estruturas de conhecimento de mundo mais qualificadas e equilibradas.

Há um consenso no pensamento nacional e internacional sobre a relevância do trabalho junto às crianças. A conceituada Fundação Maria Ce-

cília Souto Vidigal, referência nos estudos sobre desenvolvimento infantil no Brasil e parceira do **Mais Infância Ceará**, é mais uma instituição a afirmar que “o grau de aprendizagem de uma criança chega a ser três vezes maior quando acompanhado por algum Programa durante a primeira infância”. E ainda: “menos da metade dessas crianças tem problemas por envolvimento com drogas, quando comparadas a crianças do mesmo meio, sem acompanhamento”.

O mesmo diz Jack P. Shonkoff (Harvard, 2010), ao registrar que um dos caminhos para reduzir a pobreza seria justamente o desenvolvimento de programas de intervenção, capazes de prover o suporte social às famílias, auxiliando assim as crianças expostas aos tristes efeitos do ambiente adverso.

“INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA É UM CAMINHO PARA O PAÍS CRESCER”

James Heckman, Prêmio Nobel de Economia

Está comprovado que crianças com desenvolvimento integral saudável durante os primeiros anos de vida apresentam maior facilidade de se adaptarem a diferentes ambientes e de adquirirem novos conhecimentos, o que contribui, posteriormente, para a obtenção de um bom desempenho escolar, para o alcance da realização

pessoal, vocacional e econômica, e para que se tornem cidadãos responsáveis e produtivos.

De acordo com a especialista do Banco Mundial, pediatra Mary Young, citada pelo professor Álvaro Madeiro em artigo ao final deste livro, “a pobreza reduz os recursos espirituais da pessoa. (...) E, infelizmente, a pobreza é como um gene ruim – é herdada”.

Embora o argumento em favor de programas de intervenção fundamente-se na fria lógica econômica, calculando que proteger o desenvolvimento na primeira infância reduziria despesas futuras, resultantes do estresse tóxico ao qual essas crianças são submetidas, o aspecto humano de facilitar oportunidade às novas gerações se impôs na estruturação do **Programa Mais Infância Ceará**.

Ao confirmar a relação entre a condição social da criança e seu desenvolvimento cerebral, os estudos e as pesquisas traduzem uma dura realidade: a disponibilidade de recursos financeiros da família está associada ao estímulo infantil, influenciando diretamente na capacidade cognitiva dos pequenos.

As estruturas cerebrais responsáveis pela capacidade de aprendizado, de leitura e de tomada de decisões tendem a ser menos desenvolvidas nas crianças em situação de vulnerabilidade social

do que naquelas em situação social mais privilegiada, que, crescendo em uma esfera de relacionamentos estáveis, estimulantes e protetores, reúnem condições mais propícias à construção de uma base sólida para a aprendizagem e para a vida.

Isso porque o organismo humano reage a estímulos externos, em um processo de adaptação constante. Crianças pequenas sujeitas a grandes adversidades apresentam excesso de atividade em seus sistemas de resposta ao estresse, o que prejudica os circuitos cerebrais, em pleno processo de amadurecimento, influencia na regularidade do metabolismo e afeta de modo negativo o desenvolvimento dos órgãos.

O resultado é o aumento na probabilidade de atraso no desempenho escolar, problemas no comportamento e danos à saúde física e mental, indicativos de baixo rendimento na futura vida profissional. Conclui-se que direcionar atenções ao desenvolvimento infantil integral, a partir da gestação, é a única estratégia capaz de descontinuar o ciclo de pobreza, reduzir a violência e fortalecer o desempenho escolar, promovendo uma sociedade mais justa e equânime. É precisamente o que busca a atual administração do Governo do Ceará, assumindo esta como uma das suas maiores responsabilidades.

NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, O DESENVOLVIMENTO DE UM POVO

Teve início nos anos 1970 o processo de estabelecimento de consenso global envolvendo pesquisadores, cientistas e gestores, em vários níveis, no epicentro do qual estava a certeza da necessidade de articular, no mundo inteiro, políticas públicas integradas voltadas ao fortalecimento dos cuidados com a primeira infância. Este apelo alcançou o Brasil, sem obter, de imediato, a devida resposta.

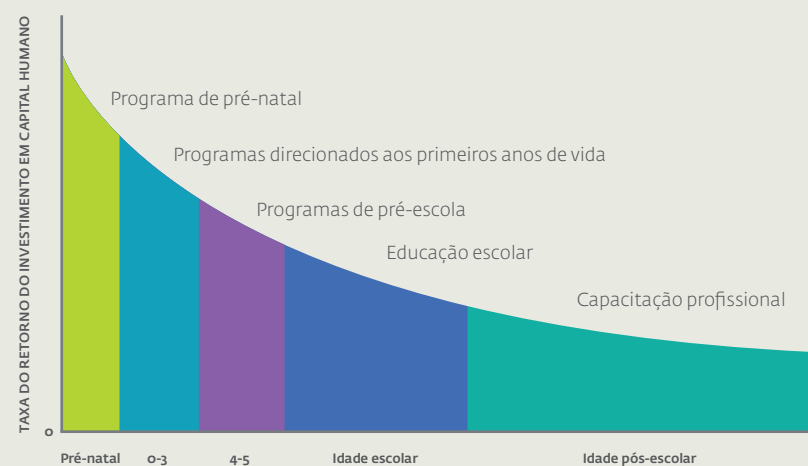
O País demorou a atender esse chamado e o mesmo se deu com o Ceará. Praticamente 15 anos depois, o esforço do estado ainda era reduzir os índices devastadores da mortalidade infantil, que chegava a 126 mortos para cada mil crianças nascidas vivas. Uma crescente conscientização dos gestores conduziu à redução constante desse indicador no Brasil e no Ceará, tanto que, três décadas mais tarde, em 2015, o índice nacional havia diminuído para 12,9/1000, e o do Ceará, para louváveis 12,1/1000, tomando por parâmetro ser de 10/1000 o índice aceitável pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Com tudo isso, as necessidades básicas das crianças cearenses ainda estavam distantes de serem

supridas. Apesar de terem conseguido fôlego para sobreviver, a questão mudava de foco: o desafio não era mais lutar apenas pela vida das crianças, mas sim proporcionar a elas condições para seu desenvolvimento.

O desenvolvimento na primeira infância é um investimento inteligente

QUANTO MAIS CEDO O INVESTIMENTO, MAIOR O RETORNO



FONTE
James Heckman, Prêmio Nobel de Economia
www.heckmanequations.org

Dados levantados pela Fundação Abrinq para o relatório *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2015* mostravam que quase 1,2 milhão de crianças e adolescentes vivia em situação de pobreza no Ceará, e que 61% das pessoas entre zero e 14 anos habitavam domicílios em situação de pobreza, ou seja, de cada cinco crianças, três sobreviviam em condições de desnutrição, nutrição inadequada, doenças evitáveis e criminalidade.

É a partir daí que se desenvolve a narrativa das políticas públicas e de como a ideia do **Programa Mais Infância Ceará** chegou ao Governo do Estado e aos municípios cearenses, em 25 de agosto de 2015, dois meses após o lançamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, iniciativa da Secretaria da Educação, incorporada em um dos eixos do **Mais Infância Ceará** e apresentada em detalhes mais à frente.

A visibilidade nacional do **Programa Mais Infância Ceará** despertou a atenção de entidades e instituições dedicadas ao mesmo objetivo. Uma visita de representantes da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV, interessados em conhecer o Programa, abriu novas possibilidades de trabalho.

A Primeira-dama do estado, Onélia Leite de Santana, foi convidada a participar de Seminário temático na Universidade de Harvard, voltado à

primeira infância. Pesquisadores da Universidade visitaram também o Ceará, estabelecendo-se, a partir daí, produtiva parceria para intercâmbio de experiências e de propostas destinadas ao combate à desnutrição e a investimentos institucionais que favorecessem o aproveitamento dos “mil dias” de vida.

Como um dos frutos dessa parceria, em 2017 deu-se a bem-sucedida realização do I Seminário Internacional **Mais Infância Ceará**, com o tema “Criança é Prioridade”. Seu objetivo era estratégico, tanto no sentido de destacar o encaminhamento dos trabalhos locais quanto no de sensibilizar os gestores municipais, eleitos no ano anterior, para a causa da primeira infância.

Representantes do Canadá, Chile, Peru, China e Estados Unidos estiveram presentes no evento, que, na avaliação final, foi um “divisor de águas”. As explanações, debates e discussões entre os 1.500 participantes originaram um novo olhar, no sentido de que o cuidado com as crianças não era preocupação de pequeno porte, mas sim um movimento coletivo a favor de conquistas sociais para o presente e o futuro da comunidade.

A continuada valorização de ações e iniciativas de intervenção precoce deveria ser inserida no cerne das políticas públicas do estado e de seus 184

municípios, favorecendo a prevenção e redução de possíveis danos durante essa etapa de crescimento, centrada especialmente nas crianças em situações de risco e vulnerabilidade social. Como ilustrou a Primeira-dama Onélia Leite de Santana, para que se obtenha sucesso, é preciso entender o estado como um braço, e o município como o outro braço: “Tudo dará certo quando os dois se derem as mãos”.

No contexto de uma região profundamente marcada pela desigualdade socioeconômica, tais ações se constituíram, desde o início, uma importante provocação política, em especial, quando já se sabe que a formação de um povo deriva, diretamente, do desenvolvimento de suas crianças.

Era a favor delas que a administração pública do Ceará se mobilizava para atuar, priorizando a faixa que vai da gestação aos 6 anos de idade, ciente de estar aí uma das mais valiosas estratégias para interromper o ciclo da pobreza, diminuir a violência, prevenir problemas de saúde e promover o desempenho escolar, ou seja, para desenvolver a criança na promoção de uma sociedade mais justa.

Largos passos já haviam sido empreendidos nesse sentido pelos governos estaduais anteriores no campo dos direitos civis: a criação do **Programa**

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL HUMANO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

- I. Promoção do desenvolvimento infantil de crianças de famílias em situação de extrema pobreza por meio da expansão e melhoria de qualidade dos programas para o desenvolvimento da primeira infância;
- II. Melhoria da qualidade da educação para a aprendizagem na idade certa;
- III. Redução da evasão escolar, promoção da qualificação profissional e inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

PAIC: ALFABETIZAÇÃO TEM HORA

O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC foi implantado em 2007 como política pública prioritária do governo. Por meio do fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios, o Programa previa formação continuada aos professores e apoio à gestão escolar no sentido de garantir a alfabetização dos alunos de 6 e 7 anos, da rede pública de ensino até o final do segundo ano do Ensino Fundamental. Junto a com outras experiências, o PAIC contribuiu para a estruturação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, do Ministério da Educação.

Saúde da Família – PSF, raiz da Estratégia Saúde da Família; do **Pacto pela Infância**, que resultou no Fundo Estadual para a Infância e Adolescência e na implantação dos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente; o **Fundo de Combate à Pobreza – FECOP**, financiado por uma parte da arrecadação do ICMS do estado; o **Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC**; e o estabelecimento de **Centros de Educação Infantil - CEI**, entre outros avanços.

Do somatório desses programas e projetos, da iniciativa de modificações benéficas para as gerações seguintes, do empenho coletivo, surgiram as ações que viriam modificar o panorama da atenção à criança cearense. Era inadiável firmar um planejamento estratégico e estabelecer parcerias.

OS DIFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DO CEARÁ

A proposta apresentada em Fortaleza a um público de prefeitos cearenses, em agosto de 2015, dirigia atenção máxima às crianças, em suas diferentes etapas de desenvolvimento, numa atuação multidisciplinar. Se ser criança é “estar cheio de céu por cima”, como diz o escritor angolano Mia Couto, o Programa Mais Infância Ceará ambicionava contribuir para que elas se desenvolvessem sob esse céu, sem limites para seus sonhos.

O Programa atravessara um longo tempo de discussões, que haviam amadurecido e consolidado o reconhecimento quanto à sua importância e urgência. A semente havia sido plantada dois anos antes, com a publicação do Decreto nº 31.264, de 31 de julho de 2013, aquele que instituía, no âmbito do **Programa para Resultados do Estado do Ceará – PforR**, o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará. O momento agora era de agir.

De fato, o Ceará precisava priorizar uma política abrangente de combate à pobreza e à extrema pobreza, em especial aquela que ainda se registrava no interior e nas zonas rurais, alcançando as famílias com crianças de zero a 6 anos incompletos. Com os municípios, e interligando as Secretarias de Estado em atuação multidisciplinar o governo que iniciava em 2015, colocou a educação infantil como prioridade em sua agenda de

política pública e se preparou para não apenas dar sequência ao que havia sido executado antes como também para avançar, incorporando novos elementos e estruturando o sistema para obter os melhores resultados.

A Primeira-dama do estado assumiu com determinação o gerenciamento do processo e toda a mobilização em seu entorno. Os cursos realizados por ela em Harvard, de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, assim como sua formação em Letras e Psicopeda-

PforR: PROGRAMA PARA RESULTADOS

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – resumidamente, Programa para Resultados, é uma parceria com o Banco Mundial tendo como foco o fortalecimento local da gestão pública nas áreas de Capacitação Profissional, Assistência à Família e Qualidade da Água (IPECE, 2013). No que diz respeito à área social, o Programa se destina a acompanhar e monitorar famílias com crianças entre zero e 6 anos incompletos, o que é feito por meio do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. São capacitados os técnicos de nível superior e médio dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, e a execução está a cargo da Secretaria da Educação – SEDUC.

Atuação multidisciplinar

COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ



gogia, a credenciaram para tal e se mostraram fundamentais para o sucesso obtido à frente desta missão.

Em novembro de 2014, logo após o resultado das eleições daquele ano, havia sido apresentado o Plano de Ação do Governo Camilo Santana (2015-2018) para o biênio 2015-2016, descrevendo as ações a serem realizadas pelo **Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI**, o que pode ser considerado o ponto de partida das ações estruturantes que se seguiriam.

Resultante de uma decisão planejada e participativa, organizado na forma de colegiado, o Comitê passava a ser responsável por propor “a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil”, bem como por promover “a articulação de políticas, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida na primeira infância”.

Na intersectorialidade de sua composição, estavam incluídos representantes das Secretarias do Desenvolvimento Agrário, do Planejamento e Gestão, da Saúde, da Educação e do Trabalho e Desenvolvimento Social (esta última, em 2019, teve sua denominação alterada para Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos – SPS), além do Instituto de Pesquisas do Ceará – IPECE. Em um segundo momento, passariam a participar do CPDI as Secretarias da Cultura, do Esporte, da Justiça e o Gabinete do Governador.

O que se impunha em 2015 era se valer da *expertise* de todas elas, com a capilaridade exercida em todo o estado, nos setores ligados a uma questão fundamental: o desenvolvimento infantil.

Constavam como competências do CPDI: “*conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil*;

monitorar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento infantil; definir, acompanhar e divulgar os principais indicadores de resultados na área de desenvolvimento infantil; propor a realização e apoiar a divulgação de estudos e pesquisas sobre desenvolvimento infantil no Estado do Ceará”.

Isso porque, apesar de todos esforços anteriores, que levaram o crescimento do Ceará nos últimos anos a apresentar excelentes indicadores macroeconômicos, não se deu a esperada contrapartida no que se referia à qualidade de vida dos cearenses. A vulnerabilidade imposta pela pobreza diminuía, sem alcançar, porém, a redução desejada. O avanço da Ciência mostrava a importância do fortalecimento das políticas públicas estaduais direcionadas ao desenvolvimento da criança, e uma tomada de decisão nesse sentido não podia mais esperar.

Doze ações foram assumidas pelo Conselho, para o biênio 2015-2016, e descritas em seu Regimento Interno (ver listagem a seguir), a partir da definição de metas mensuráveis, passíveis de verificação. O alcance das metas estabelecidas para cada ação traria o acúmulo de conhecimento e experiências necessárias para a construção do **Plano Estadual pela Primeira Infância**, que contemplaria todos os programas, projetos e ações dos

órgãos estaduais que atuam, direta ou indiretamente, com crianças de zero a seis anos. Houve uma construção participativa, complementada e articulada com o **Plano Nacional pela Primeira Infância**.

A participação coletiva estimulou a elaboração de 140 Planos de Primeira Infância em municípios cearenses, reunindo, sob as mesmas diretrizes, a administração estadual, o IFAN e o Unicef, pactuados com o Ministério Público.

Em termos de decisões governamentais, era bem vasto o leque de opções que poderiam ter sido tomadas pelo Executivo na busca pela construção de uma política pública de valorização das pessoas. No entanto, a perda precoce de tantas vidas, os prejuízos no desenvolvimento físico e motor das crianças, a destruição de futuros, o custo al-

140 municípios
cearenses
elaboraram
seus Planos de
Primeira Infância

As doze ações assumidas pelo CPDI

Biênio 2015-2016

Estas são as ações propostas como atribuições do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI descritas no seu Regimento Interno, a partir da definição de metas mensuráveis, passíveis de verificação.

1. Apoiar a realização de campanhas e demais estratégias de comunicação a respeito da estimulação do desenvolvimento infantil e outros tópicos relevantes para a vida saudável durante a primeira infância, tomando como referência o Plano Nacional pela Primeira Infância.
2. Promover a realização de eventos relativos ao desenvolvimento infantil.
3. Fortalecer as articulações intersetoriais dos programas de apoio ao desenvolvimento infantil.
4. Acompanhar a aplicação de recursos públicos com o objetivo da redução das desigualdades municipais e entre diferentes grupos populacionais.
5. Estabelecer metodologia de monitoramento dos programas e projetos de atenção à família estabelecidos no âmbito do PforR voltados ao desenvolvimento infantil.
6. Apoiar a elaboração e formulação de políticas e diretrizes de programas de estímulo ao desenvolvimento infantil adaptados às necessidades de indígenas, quilombolas e outras comunidades isoladas.
7. Realizar de estudos e pesquisas de diagnósticos sobre o desenvolvimento infantil em parceria com universidades e organizações governamentais e não-governamentais.
8. Criar de uma Biblioteca Virtual da Primeira Infância que reúna as informações sobre os programas e políticas públicas para o desenvolvimento infantil.
9. Apoiar a implantação dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI).
10. Acompanhar indicadores sobre violação de direitos das famílias com crianças de zero a 5 anos.
11. Acompanhar as metas da educação infantil do Plano Nacional de Educação (PNE) no Estado do Ceará.
12. Apoiar e fortalecer as discussões acerca da elaboração de um Plano Estadual pela Primeira Infância.

tíssimo pago pela sociedade, tudo isso confirmou a relevância de ouvir os especialistas, aprimorar processos e quebrar paradigmas ao **definir a infância como alvo**, priorizando o cuidado das questões – literalmente – ainda no berço.

Para o estado, era vital traçar estratégias direcionadas à redução sustentável da pobreza, à tentativa de corrigir ou minimizar as desigualdades de oportunidades, construindo uma intervenção satisfatória em múltiplas frentes. Os responsáveis pelo **Programa Mais Infância Ceará** aprofundaram os estudos, buscando informações em fontes qualificadas de toda a rede da primeira infância, num trabalho de *benchmark* preliminar e necessário ao traçado do projeto.

Em primeiro lugar, fez-se bem claro que a abordagem deveria ser voltada prioritariamente para as crianças, vistas de maneira holística. Havia no Ceará um sem número de ações desenvolvidas para elas. Ações direcionadas, por exemplo, ao crescimento, satisfazendo-se em avaliar peso e altura; ações de saúde, voltadas apenas ao acompanhamento das imunizações; ações de assistência, preocupadas com drogadição nas famílias. Eram iniciativas que costumavam ver a criança sob diferentes ângulos, cada um deles restrito à sua especialidade, mas que poderiam,

perfeitamente, ser reunidas sob uma política pública em comum.

Assim, ficou decidido que a **criança cearense passaria a ser a protagonista de sua história de maneira integral e integrada**. **Integral** significando que seria atendida em suas necessidades fundamentais. **Integrada** por ser o foco de diversas políticas públicas de atenção à infância.

Destaque-se aqui a diferença entre **crescimento** da criança, termo definidor de processos biológicos naturais, e seu **desenvolvimento**, conceito que remete à construção pessoal dela. Por isso mesmo, entra em cena o **segundo diferencial** da estratégia do Ceará, que é o **reforço à formação**.

CRESCIMENTO

aspecto físico mensurável,
como peso e altura.

DESENVOLVIMENTO

aspectos cognitivo, psicomotor,
emocional e social.

Enquanto nascia a regulamentação federal de políticas públicas para as crianças, o Ceará já estava à frente.

Relevante componente do processo, a **formação** aponta para a criação de condições propícias ao desenvolvimento, de ambientes favoráveis, de estímulos de toda ordem, o que se ampara, naturalmente, na **parentalidade responsável**. Os pais passariam a receber orientação e formação básicas quanto à relação existente entre o desenvolvimento infantil e o impacto na vida futura da criança, o que se dá por meio da palavra.

Como afirma a Coordenadora Técnica do **Mais Infância Ceará**, fonoaudióloga Dagmar Soares, trata-se de “uma tecnologia simples e eficiente, dependente tão somente da conscientização transmitida aos pais pelos profissionais”.

Os profissionais que lidam diretamente com as crianças compõem um outro nível de formação, no qual estão incluídos os visitantes domiciliares: são os agentes do Desenvolvimento Infantil e os agentes Comunitários de Saúde, os visitantes do PADIN e os agentes do Programa Criança Feliz, originalmente dedicado à área de assistência social.

O trabalho dos agentes passou a ser formatado de modo a alcançar até mesmo as crianças residentes distante da escola, a quem não chegam com facilidade as políticas públicas. Nesse caso, as famílias não buscam o serviço: é o serviço que vai até onde elas estão. A minuciosa formação desses profissionais se deu em ritmo constante e crescente, nos próprios municípios onde atuam, por meio de cursos, seminários, palestras e treinamentos práticos.

Todo esse processo de formação levou em conta as especificidades de cada área, com suas características próprias, agregando a elas a indispensável visão geral do desenvolvimento. Três eixos foram assim trabalhados: a **importância do vínculo**, da linguagem e do brincar com a criança; o **cuidado com a saúde**, da gestação aos 6 anos de vida; e a **segurança**, intensificando a atenção para os riscos de acidentes domésticos e despertando para a prevenção da violência e para uma cultura de paz.

Como a política pública da primeira infância passou a ser exercida ao nível de agenda de estado, superando o âmbito tradicional de Secretarias específicas, a totalidade das Secretarias de Governo, além daquelas já vinculadas ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desen-

volvimento Infantil no Ceará, foi incumbida de atuar com o foco na primeira infância.

Após a implantação do **Programa Mais Infância Ceará**, passaram todas elas a mobilizar-se para o trabalho em conjunto, de forma articulada, disponibilizando seus instrumentos de ação, reduzindo ou evitando duplicação de iniciativas e desperdício de esforços, harmonizando discursos e agregando recursos em favor do interesse em comum.

Tal **intersetorialidade** constitui o terceiro diferencial estabelecido pelo Programa, para o qual se fez vital a *expertise* de todas elas e da sua capilaridade nas regiões do estado, atendendo à questão fundamental do desenvolvimento infantil.

VIVENCIANDO O PRESENTE COM UM OLHAR PARA O FUTURO

Logo após ser lançado, em 2015, o **Mais Infância** já precisou crescer. Se de início previa atender apenas às crianças na etapa da primeira infância, residentes nos 36 municípios do Estado com menor IDH, sua atuação logo foi estendida a de-

zenas de outros municípios, abrindo seu leque para outras etapas da infância e outras ações indispensáveis para o bem-viver: saúde, educação, nutrição (os três pilares do desenvolvimento humano, conforme a publicação *The State of the World's Children 1980-1981*, do Unicef), além de arte, esporte, cultura e lazer.

Em 2016, a Lei Federal nº 13.257 – considerada Marco Legal da Primeira Infância – definiria essa como sendo a etapa do desenvolvimento que vai da gestação aos seis primeiros anos completos, ou 72 meses de existência, ou ainda os “mil dias” cruciais, capazes de exercer influência sobre toda a extensão da vida.

Pesquisas científicas haviam embasado leis e políticas públicas, e agora se mostrava que o Ceará estava no caminho certo: era exatamente esse o foco do **Programa Mais Infância Ceará**, que antecipara a determinação do Art. 3º da referida Lei, dispondo sobre “o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância, que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral”. Dessa forma, enquanto nascia a regulamentação federal de políticas públicas para as crianças, Ceará já estava à frente.

Era, de fato, impositivo reconhecer a urgência de ações direcionadas à primeira infância, extraindo máximo proveito da interdisciplinaridade, identificando como público-alvo do **Programa Mais Infância Ceará** os formadores de opinião; gestores públicos (em especial dos municípios); pesquisadores; profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, ONGs; comunidades e estruturas familiares; e as próprias crianças.

Chega-se então à conclusão que o **Programa Mais Infância Ceará** colaborou grandemente para o reconhecimento de que o desenvolvimento integral e saudável, durante os primeiros anos de vida, instrumenta a criança para alargar sua capacidade de adaptação a ambientes novos, bem como para acumular um quantitativo maior de conhecimentos, fatores que contribuem para que ela, mais adiante, apresente condições de um bom desempenho escolar, alcance sua realização pessoal, vocacional e econômica, mantenha-se inserida na comunidade e forme, assim, sua cidadania.

Na concepção de um planejamento coletivo para o **Programa Mais Infância Ceará**, foram traçadas metas, debatidos métodos, firmadas parceiras, definidas **Visão de Futuro** e **Missão**.

A Visão de Futuro – **Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade** – tem como relevantes desafios o combate à desigualdade, a promoção da justiça social e a isonomia na oferta de oportunidades, a partir dos primeiros anos de vida, com o objetivo de se ampliar a inserção social hoje existente.

Já os desafios da Missão – **Gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança** – surgem como oportunidades para oferecer serviços realmente transformadores a esse público.

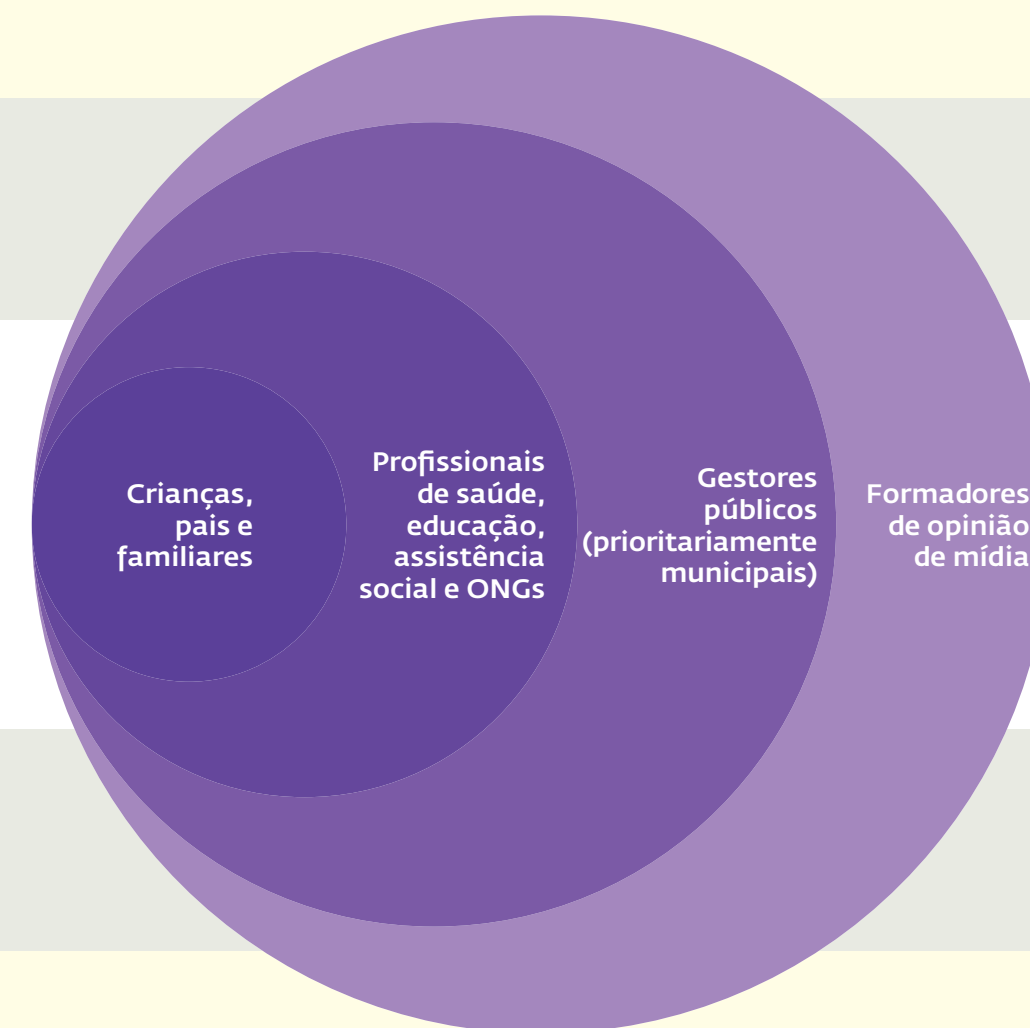
VISÃO DE FUTURO

Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade.

MISSÃO

Gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.

PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA



MOBILIZAÇÃO DE TODOS, SUCESSO DE CADA UM

No Ceará, evidencia-se que a valorização continuada de ações e estratégias de intervenção precoce é ponto fundamental nas políticas públicas, favorecendo a prevenção e redução de possíveis danos durante a infância, essa delicada etapa do desenvolvimento – especialmente quando se trata de crianças inseridas em situações de risco e vulnerabilidade social, que somam centenas de milhares de pequenos cidadãos cearenses.

Por conhecer a fundo a situação do Ceará em relação à infância, e por reconhecer as condições adversas ainda presentes em muitos lares cearenses, onde residem crianças nesta etapa especial da vida durante a qual o futuro pode ser moldado pela interferência de um poder transformador, o Governo do Ceará chamou para si a responsabilidade de modificar tal realidade.

Tudo aquilo que a sociedade fizer pela criança, esta dará em retorno à sociedade.

Daí haver definido, como ação prioritária da administração pública, a aplicação de políticas de atenção integral à infância, mostrando-se em sintonia com o que existe de mais contemporâneo em termos de consenso científico mundial. No contexto não só de um estado, mas de uma região secularmente marcada pela desigualdade socioeconômica, essa definição se configurara uma importante decisão política, pelo reconhecimento oficial de que tudo aquilo que a sociedade fizer pela criança, esta dará em retorno à sociedade.

Indicadores de pesquisas do IBGE referentes a 2018 confirmam que o Ceará, um estado nordestino com IDH de 0,682, ocupando a décima sétima posição entre os 27 estados brasileiros, vem conseguindo reduzir os números da mortalidade infantil e corrigir alguns índices que estavam à margem da média aceita pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O resultado positivo é, sem dúvida, fruto do trabalho que tem sido realizado com a união entre todas as esferas públicas, com a cooperação dos governos municipais e com a indispensável colaboração dos parceiros externos e da sociedade em seu todo.

Em outra frente de ação, o Ceará determinou-se a estabelecer uma ruptura epistemológica e política, buscando deixar claro para a sociedade que

.....
No dia 28 de fevereiro de 2019, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou Mensagem do Governo do Estado, instituindo o Programa Mais Infância Ceará. Em 22 de março do mesmo ano, deu-se a sanção da Lei do referido Programa como política de estado.

não cabe mais preservar crenças antigas. É preciso também que a sociedade assuma seu papel no rompimento com um pensamento estrutural binário, imbuído no âmago do inconsciente nacional, responsável até hoje pela existência de uma lógica enviesada de superior/inferior, que se mostrou incapaz de impulsionar o potencial de crescimento do país.

São ideias que não mais dispõem de espaço no mundo atual e que precisam, urgentemente, ser substituídas por um modelo de desenvolvimento inclusivo, menos desigual, capitaneado pela educação.

As ações foram longamente pensadas e discutidas em conjunto com especialistas nacionais em desenvolvimento infantil. O Ceará qualificou-se para mostrar consistência no que já realizou e no que tem plenas condições de ainda realizar, amparado sobre os fundamentos fortes e os processos sólidos do **Programa Mais Infância Ceará**,

comprovando assim, de forma exemplar, tudo o que é possível ser feito pela criança, a favor do futuro.

É aí que se coloca o protagonismo do qual o estado se orgulha, de transformar a atenção à primeira infância em uma política pública integrada, com visão de longo prazo.

O Programa traz representações dignas de nota, que até agora não haviam sido executadas e que podem se configurar, de maneira tangível, por meio de um simples exemplo: quando se têm mais de 15 mil agentes de saúde nas comunidades e se leva a elas a ideia da importância do desenvolvimento infantil e do fortalecimento do vínculo, é como se fosse colocado um exército inteiro na rua, lutando a favor das crianças.

Novos projetos continuam a ser debatidos, postos em prática ou estão sendo fortalecidos. É o caso do **Cartão Mais Infância**, pensado para transferência de renda a famílias em condição de extrema pobreza, com crianças menores de seis anos, em conjunto com ações de assistência social. Ao todo, mais de 50 mil famílias serão beneficiadas. O Cartão foi lançado em 2018, sofreu interrupção no período eleitoral, tendo sido retomado em janeiro de 2019.

É o caso também do **Projeto Mais Nutrição**, de enorme relevância social. Uma boa alimentação se configura fundamental para o desenvolvimento infantil, desde a gestação. Ao lado disso, sabe-se que persiste no mundo um imenso desperdício diário de alimentos, tantos nas centrais de produção como nos locais de comercialização. O projeto pretende participar da solução local para tal problema, aproveitando esses alimentos de maneira científica e favorecendo hábitos alimentares saudáveis nas entidades selecionadas da rede socioassistencial da Região Metropolitana de Fortaleza, que receberão ainda uma educação alimentar e nutricional.

Hoje se vê que a sociedade cearense amadureceu para iniciativas cuja sinergia se consolide em um amplo consenso. Todos são convidados ao engajamento nas decisões favoráveis às crianças – universidades, empresários, prefeituras, ONGs, lideranças, cidadãos – e todos podem assumir papel relevante, que deixe marcas positivas no desenvolvimento da primeira infância.

O bom desempenho continuado de modelos de organizações não-governamentais, como é o caso do Instituto da Infância – IFAN e do Instituto da Primeira Infância – IPREDE, entidades cearenses voltadas aos cuidados com esta faixa etária, ou como o plano municipal da primeira infância Cresça com Seu Filho, conduzido pela prefeitura de Fortaleza, ou Trevo de Quatro Folhas, implementado pelo município de Sobral, comprova os exemplos exitosos de iniciativas de política pública na esfera municipal. Que venham outros. O futuro agradece.

OS PILARES DO PROGRAMA

Desde seu início, o Programa Mais Infância Ceará contou com a contribuição de instituições reconhecidas pelo trabalho executado em favor do público infantil, o que foi demonstrado por meio de um planejamento estratégico envolvendo representantes das três instâncias de poder (federal, estadual e municipal), universidades, associações comunitárias, Fundações e UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

O Mais Infância Ceará é responsável por reunir o maior número de projetos e programas voltados aos pequenos cearenses, organizando intersetorialmente as ações na busca de significados e alcance social único. Três pilares constituem suas bases: Tempo de Crescer, Tempo de Brincar e Tempo de Aprender, resumidos nos tópicos a seguir e devidamente detalhados mais adiante.

TEMPO DE CRESCER

Entende que o desenvolvimento infantil requer, desde a concepção, uma abordagem integral e integrada, e que o bem-estar físico e intelectual da criança, assim como seu desenvolvimento socio-emocional e cognitivo, estão inter-relacionados. Neste pilar, está proposta a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de serviços e formações especializadas que contemplem pais, profissionais e demais envolvidos nos processos de atenção à criança.

TEMPO DE BRINCAR

Foca nos benefícios das brincadeiras e da ludicidade como favorecedores do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, integrados ao convívio familiar; da socialização; e de sua inclusão na cultura da comunidade. O objetivo deste pilar é aproveitar espaços públicos para implantar e revitalizar áreas que garantam o direito da criança ao brincar e às brincadeiras.

TEMPO DE APRENDER

Reconhece a escola como direito de todos, contribuindo, com isso, para atender as metas de universalizar a oferta de pré-escola e de ampliar a disponibilidade de creches, tão necessárias às mães que trabalham fora de casa. O apoio à construção e qualificação dos Centros de Educação Infantil – CEI, dado por este pilar, contribui para o fortalecimento das famílias no cuidado e na promoção do desenvolvimento de seus filhos.



Nenhuma dessas ações teria sentido se empreendidas isoladamente. Articulações intersetoriais permanentes e cotidianas foram estabelecidas, agregando a elas programas e instituições capazes de atender também a situações de maior urgência. Desenvolver o ser humano no seu todo, com ações iniciadas ainda no berço, e facilitar as condições para que ele se integre a um ambiente equilibrado, justo e produtivo. Um quarto pilar, o Tempo de Nascer, teve sua implantação iniciada em 2018 e já dispõe de resultados positivos para mostrar. Essa é a contribuição que o Programa Mais Infância Ceará deseja compartilhar com os cearenses.



TEMPO DE CRESCER

FORTALECENDO VÍNCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Ação integrada de formação de profissionais, educadores e familiares para a promoção do desenvolvimento infantil, por meio de abordagens holísticas que contemplam aprendizado, crescimento e desenvolvimento humano, que desconhecem soluções isoladas e que mostram ser indispensável o inter-relacionamento entre o bem-estar físico e intelectual da criança e seu desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Essa é a essência do pilar Tempo de Crescer.

Se o foco na formação profissional predomina quando o assunto são ações relacionadas aos aspectos de capacitação e qualificação, tal abordagem se mostra diversa ao se tratar do desenvolvimento infantil: a primazia é assumida pelos pais e/ou cuidadores, já que a família continua a ser o primeiro e mais eficaz sistema de apoio na garantia dos cuidados essenciais para com a criança.

Envolvimento, proximidade, carinho, o bem-estar que o núcleo familiar é capaz de proporcionar, fazem-se fundamentais frente às necessidades das crianças, em especial, na primeira infância, quando estas se encontram em total dependência do ambiente doméstico.

Respeitando a importância do papel da família, o acompanhamento prestado por profissionais da área da saúde, por meio de visitas domiciliares, é imprescindível ao desenvolvimento infantil no instante em que uma maior orientação se faz necessária. Os profissionais estão qualificados a contribuir para reforçar a importância da parentalidade responsável e do cuidado adequado que os pequenos necessitam e merecem.



“Não podemos nos dar ao luxo de adiar o investimento nas crianças até que elas se tornem adultas, nem podemos esperar até que elas entrem na escola, pois pode ser muito tarde para intervir.”

James Heckman,
Prêmio Nobel de Economia

Os números documentam as ações do PADIN: de 2015 até dezembro de 2018, foram realizadas 47.365 visitas domiciliares, em 48 municípios, além de terem sido realizados 4.603 encontros coletivos. Cerca de 4.120 famílias desses municípios receberam as visitas. No total, 4.232 crianças foram assistidas por 49 Supervisores e 392 Agentes do Desenvolvimento Infantil. Foram capacitados 767 profissionais.

Reconhecer o desenvolvimento na primeira infância como um dos investimentos com o retorno mais seguro que a gestão pública e as famílias podem empreender, no sentido de construir vidas produtivas capazes de impulsionar melhorias individuais e sociais, é a chave do futuro.

Dentro desse pilar, o Programa Mais Infância acompanha, por meio de parcerias interseto-

riais, três programas que incluem formação profissional e visitas domiciliares, voltados às crianças e suas famílias:

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, executado pela Secretaria da Educação do Estado – SEDUC e municípios;
- Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental – PforR, executado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS.
- Projeto Criança Feliz/SUAS, de âmbito nacional, no qual o Ceará tem mostrado um destaque crescente.

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADIN

Com financiamento do Banco Mundial, e vigência de três anos, o PADIN foi projetado para prestar atendimento a 36 municípios cearenses e duas Regionais de Fortaleza identificados como os que detêm maior percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social, e sem acesso aos Centros de Educação Infantil – CEI.

Organizando-se, inicialmente, em torno de três eixos estruturantes – família, comunidade e estado –, o PADIN é um programa que busca facilitar as condições de uma participação mais ativa no desenvolvimento das crianças, fortalecendo vínculos familiares e os cuidados na educação daquelas entre zero e 3 anos e 11 meses de idade.

Em sua execução, tem facilitado às famílias as condições de uma participação mais ativa no desenvolvimento integral de seus filhos, graças às visitas domiciliares. Por essa proximidade, vem se mostrando instrumento adequado para fortalecer a competência do núcleo familiar, sem dúvida, a primeira e mais importante instituição responsável pela criança em seus anos iniciais de vida.

Sem pretender substituir a estrutura da educação infantil, e sem caráter assistencialista, as ações do PA-

DIN partem do princípio que o vínculo entre pais, cuidadores e crianças é fundamental para o desenvolvimento infantil (SEDUC, 2016). Para isso, apoia e orienta as famílias no estabelecimento de conexões produtivas entre os participantes do processo – pais, cuidadores e crianças –, favorecendo assim o desenvolvimento integral delas e explorando todo o potencial que dispõem para virem a ser sujeitos ativos, criativos e dinâmicos.

As numerosas e intensas transformações físicas e cognitivas que o ser humano atravessa na primeira infância irão possibilitar a aquisição de



“ VALOR AGREGADO DA METODOLOGIA DA VISITA DOMICILIAR

Entrar na residência de uma família significa muito para ela e para o visitante. O receber é um ato de vontade própria da família, é um compartilhar de sua identidade, suas condições de relação familiar, suas pautas culturais...

A metodologia de visita domiciliar tem uma mão dupla e que se cruza. De um lado, a mãe, o pai ou cuidador; na outra mão, a criança. E acentua-se principalmente quando o foco é na primeira infância. O benefício é mútuo.

A visita deve ter sempre objetivo e metas claras. Não é uma visita de amigas ou amigos, de comadres ou compadres! É uma visita de cunho profissional, dentro dos paradigmas claros da metodologia: colaborar com a família para vencer os seus próprios desafios nos cuidados e educação da criança pequena; ajudando-a a compreender melhor a importância de suas práticas de afeto e

estimulação através do brincar, da conversa, da atenção e carinho, da contação de estórias, da escuta participativa da criança, da compreensão que disciplina é diferente de violência; e que cuidados da saúde são também prevenções que acontecem dentro de casa.

Os desafios do exercício da parentalidade são paradoxais. Se, por um lado, ser pai e mãe é um processo natural de vida do ser humano, esse papel muitas vezes traz dúvidas sobre como exercê-lo. Ter um visitador que escute e tire as dúvidas da mãe ou cuidador e ilumine sua condição de ver e sentir as potencialidades de seu filho ou filha é facilitar a integração do desenvolvimento da criança, permitindo-a crescer e encontrar-se em um mundo mais feliz.

“
LUZIA LAFFITE - Superintendente Executiva do Instituto da Infância - IFAN

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PADIN

SÃO EIXOS NORTEADORES DO PADIN: o respeito, a solidariedade e a autonomia, pensados em uma construção nas relações sociais envolvendo pais, mães, cuidadores e outras crianças.



competências necessárias para o desempenho de atitudes progressivamente mais qualificadas, nos diversos campos do seu desenvolvimento. Essas competências emergem a partir dos modelos vivenciados, das relações e dos vínculos estabelecidos com as pessoas consideradas pelas crianças como referenciais.

Dessa forma, a proposta do PADIN é contribuir para valorizar o desenvolvimento progressivo e autônomo dos pequenos, prezando por sua existência e oferecendo a segurança e os cuidados próprios para cada fase dessa etapa da vida.

Público-alvo do PADIN

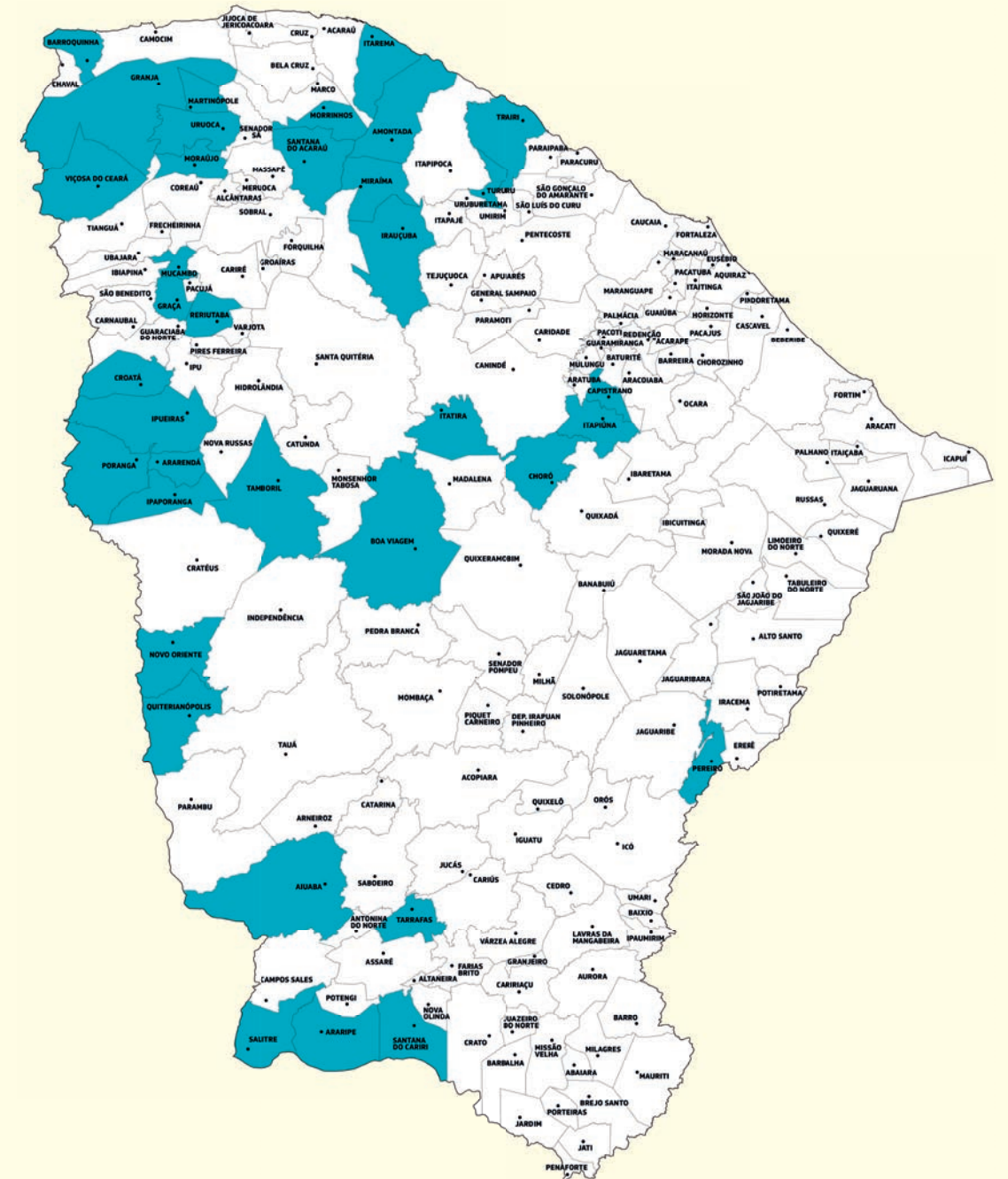
O critério para selecionar o público atendido pelas ações do PADIN definiu-se a partir da identificação de 36 municípios cearenses com elevado percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social, e com o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, indicador que mensura os avanços sociais levando em conta as dimensões de renda, saúde e educação.

O processo seletivo esteve sob condução do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, órgão do Governo Estadual responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas do Estado. Ao fim do levantamento, chegou-se a um quantitativo de 3.040 famílias residentes na zona rural. Vulnerabilidade social e IDH baixo foram os indicadores levados em conta para elencar os municípios.

Visando a prestação de um atendimento correto, foram identificadas para participação as famílias que atendiam a dois critérios específicos: aquelas com maior número de crianças na faixa etária dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, e as que tinham entre seus componentes bebês de zero a 11 meses.

Relação dos 36 municípios com menor IDH (Famílias com crianças de 0 a 6 anos com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00)

- Aiuaba
- Amontada
- Ararendá
- Araripe
- Barroquinha
- Boa Viagem
- Capistrano
- Choró
- Croatá
- Graça
- Granja
- Ipaporanga
- Ipueiras
- Itarema
- Itatira
- Itapiúna
- Martinópolis
- Miraíma
- Moraújo
- Morrinhos
- Mucambo
- Novo Oriente
- Pereiro
- Poranga
- Quiterianópolis
- Reriutaba
- Salitre
- Santana do Acaraú
- Santana do Cariri
- Tamboril
- Tarrafas
- Trairi
- Tururu
- Uruoca
- Viçosa do Ceará



PRIORIDADES DO PADIN

1. Fortalecer a competência do núcleo familiar como primeira e mais importante instituição de cuidados e de educação da criança nos primeiros anos de vida;
2. Apoiar as ações educativas voltadas ao desenvolvimento integral da primeira infância e, por consequência, à redução das desigualdades de aprendizagem;
3. Garantir o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Infantil mais eficientes e eficazes. (IPECE)

“O PADIN mudou muito a vida da Giovana. Como mãe, me sinto tão feliz que você nem imagina! É um conselho que eu dou: quem tiver a chance de participar, participe. Só tenho coisa boa a dizer do PADIN. É nota mil!”

Ana Paula Alves Vasconcelos, mãe da Giovana. Monsenhor Tabosa

Quem faz o PADIN

As visitas domiciliares e os encontros comunitários para acompanhamento e orientação dos pais e/ou cuidadores – irmãos, tios, avós – são realizados por uma equipe de profissionais qualificados: professores denominados Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADI) e Supervisores, de acordo com a idade e o nível de desenvolvimento da criança.

ADI – AGENTES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

São professores de educação infantil, moradores do município ou comunidade participante que receberam formação inicial, foram acompanhados por meio de supervisões técnicas mensais e participaram de um programa de educação permanente com professores especializados no tema.

Características gerais do PADIN

- A área da Educação responde pela coordenação;
- A família é o núcleo central das ações direcionadas às crianças;
- Atua com a participação efetiva da comunidade, em atividades que reúnem as famílias em espaços próprios;
- É intersetorial, envolvendo várias instâncias dos governos estadual e municipais, bem como entidades da sociedade civil;
- Constrói redes de apoio comunitário, socializando e ampliando experiências que enriquecem as estratégias de cuidado e de educação favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança;
- Oferece a possibilidade de vivências comunitárias entre as crianças, fator estimulador do desenvolvimento.

Os ADI são responsáveis pelas visitas domiciliares, encontros de orientação para pais, cuidadores de bebês, desenvolvimento de grupos de brincadeira e convivência, além da participação em eventos comunitários. Cada um deles recebe do Governo um apoio financeiro mensal para prestar acompanhamento a 20 famílias, cumprindo carga horária de 20 horas semanais.

SUPERVISOR

É o gerente local do PADIN. A função é exercida por um profissional de nível superior, vinculado à Secretaria Municipal da Educação, com atuação no **Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC** na área da educação infantil. Tem como principais atividades participar de reuniões quinzenais com os ADI; supervisionar as atividades do PADIN, garantindo as condições necessárias para seu desenvolvimento; elaborar os relatórios de gestão do programa; produzir o Relatório Anual contendo os resultados das atividades; e promover a articulação com as demais Secretarias e instituições parceiras.



O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC – foi instituído como política pública prioritária do Governo do Ceará, tornando-se, depois, modelo para estruturação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, implementado em todo o país.



PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – PforR

O longo nome oficial do Programa pode ser reduzido a três palavras: Programa para Resultados, ou PforR (*Program for Results*), como é denominado pelo Banco Mundial. Sua característica é o desembolso de fundos diretamente para o alcance de resultados de programas específicos.

No Ceará, o Programa contribuiu para implementar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de até seis anos de idade, para formar técnicos e orientadores sociais do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, e para qualificar os profissionais, expandindo assim saberes e experiências.

Até dezembro de 2018, foram atendidas 5.041 famílias, com 8.704 crianças, em um trabalho do qual participaram 760 profissionais capacitados para o desempenho do valioso acompanhamento familiar. Em média, ao longo do período, foram realizadas 15.042 visitas domiciliares.

Público-alvo do PforR

O Programa definiu como critério para indicação dos municípios a serem atendidos aqueles que apresentassem maior percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social. A seleção coube ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, órgão responsável por estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas do Estado, que manteve os mesmos 36 municípios referidos anteriormente, ampliando um pouco mais para incluir famílias com crianças de zero a cinco anos e 11 meses, da zona urbana, além de comunidades quilombolas e indígenas.

A meta foi capacitar 120 profissionais do CRAS (técnicos e orientadores sociais) desses 36 municípios com menor IDH, e acompanhar 5 mil famílias das zonas urbana e rural.

Objetivos do PforR

O objetivo maior é que o serviço junto a crianças, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social seja aplicado com qualidade, alcançando os fundamentos do Serviço de Proteção Social Básica. Ao lado disso, pode ser referenciado o desenvolvimento de algumas competências nos técnicos e orientadores sociais, trabalhando em conjunto com as instâncias decisórias de poderes administrativos envolvidos, para que possam:

Os Centros de Referência da Assistência Social são equipamentos que oferecem apoio e incentivo em serviços de proteção social básica, de assistência social e de proteção social especial para famílias com crianças de zero a 6 anos.

- Complementar as ações de proteção ao desenvolvimento das crianças e fortalecer os vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, bem como o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Contribuir para a interação entre crianças do mesmo ciclo etário;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras, promovendo vivências lúdicas;
- Desenvolver estratégias que potencializem recursos de crianças com deficiência e estimular o papel de famílias e comunidades no processo de proteção social;
- Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção da criança e no processo de desenvolvimento infantil.

Características do PforR no eixo Assistência à Família

O Programa contribui com ações que estruturam novas formas de estar na família e na comunidade e que reduzem a incidência de situações de risco no território – como é o caso do trabalho infantil, da negligência, do abuso e maus-tratos, da

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PforR

Garantir o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças nos **Centros de Referência da Assistência Social – CRAS**, assegurando o acolhimento às demandas e dificuldades das famílias.



Prevenir os fatores desencadeadores de vulnerabilidade e risco no convívio sociofamiliar.

violência doméstica, física ou psicológica, e da privação emocional e nutricional.

Sendo assim, tem como características ser um serviço complementar, diretamente articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (BRASIL, 2010); ter sua Coordenação sob responsabilidade da área da Assistência Social; complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças, fortalecendo vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; além de fortalecer vínculos através do brincar e da interação entre crianças, entre elas e adolescentes, entre elas e suas famílias, entre elas e adultos e entre as famílias.



PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Às 4h da manhã, Conceição de Sales Moreira já estava acordada, estudando para o curso de Agente Comunitário de Saúde, no Trairi, município a 129 km de Fortaleza. O curso era puxado, cansativo, como ela própria reconhece, mas talvez, por isso mesmo, o resultado final tenha sido “excelente”. Sem tempo para estudar durante o dia, ocupava as madrugadas repassando o conteúdo das aulas e aprendendo como desempenhar melhor a função de verificar, de casa em casa, os calendários de vacinação, as doenças, as curas, sempre pronta a oferecer ajuda.

Conceição é um dos mais de 10 mil profissionais capacitados até o final de 2018 como Agente Comunitário de Saúde, em processo conduzido pela

Escola de Saúde Pública (ESP) e pela Secretaria da Saúde do Estado (SESA). A seleção dos professores e facilitadores

da formação que ela recebeu seguiu critérios estabelecidos em edital pela ESP.

Entre as múltiplas funções de Conceição e seus colegas, estão as visitas domiciliares na área de abrangência da sua unidade, o fortalecimento de elos entre a comunidade e o serviço de saúde e a importante coleta de dados sociais, econômicos, sanitários e culturais, que possibilitem ao Governo uma noção mais precisa dos principais problemas locais de saúde.

Naturalmente, a formação desses profissionais logo se configurou como ação de impacto. Assim como Conceição, os Agentes são pessoas amigas, de confiança, percebidos como importantes mediadores entre as comunidades e a Equipe de Saúde da Família. Estabelecem um contato permanente, mantido tanto no desenvolvimento de ações preventivas e educativas como no levantamento dos problemas de saúde e situações de risco enfrentadas.

Nesse contexto, e sempre ao lado dos demais profissionais da Estratégia Saúde da Família, o Agente Comunitário de Saúde se coloca como um dos profissionais com maiores condições de realizar trabalho preventivo e orientador quanto ao respeito às garantias básicas de saúde, no início da vida da criança, justamente pela capacidade

que tem de promover ações conjuntas de acompanhamento às gestantes e suas crianças, por toda a primeira infância.

O resultado da implantação da Estratégia Saúde da Família, da manutenção do calendário básico de vacinação, da mobilização para universalizar a cobertura vacinal, do incentivo ao aleitamento materno, da atenção humanizada à gestante e do programa Bolsa-Família contribuiu, significativamente, para reduzir, no Ceará, a mortalidade na infância (menores de 5 anos) em 77%, em 22 anos; a mortalidade infantil (menores de 1 ano) em 42%, em 11 anos; e a mortalidade neonatal (até 27 dias) em 36%, em 11 anos.

Princípios norteadores para o desenvolvimento das atividades dos ACS

Pode-se resumir entre os princípios norteadores a oferta de atenção integral e integrada desde a gestação, e ao longo da primeira infância, favorecendo o desenvolvimento das crianças cearenses por meio da prevenção e promoção da saúde. De fato, o foco está no fortalecimento do vínculo familiar, da parentalidade responsável e do suporte comunitário, conforme os princípios da Neu-

A meta é capacitar cerca de 15 mil Agentes Comunitários de Saúde.



OBJETIVO DA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Promover a saúde integral mãe-bebê, favorecer o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, evitar violação de direitos no ambiente familiar e no contexto social.

rociência e o que preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da Criança – PNAISC.

Os cursos de aperfeiçoamento oferecidos aos agentes são coordenados pela área da Saúde, em parceria com a Escola de Saúde Pública – ESP. Nesse sentido, a formação conjunta para enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde fortalece a Estratégia Saúde da Família no território, articulando em rede a atenção básica ao ordenar e coordenar os cuidados.

Não há dúvida que o investimento em formação continuada de profissionais tem sido fundamental para garantir os números expressivos e a qualidade do atendimento prestado.

DE CASA EM CASA

As visitas domiciliares são de importância incalculável em um território de longas distâncias. Representam a atuação do Governo na ponta da linha, e impactam sobre a base mais necessitada. Nesta tecnologia social de extrema importância para o acompanhamento infantil e fortalecimento de vínculos familiares integram-se PADIN, PforR e Programa Criança Feliz/SUAS, este detalhado na página 57. Todos eles alcançam as localidades mais distantes com a mesma mensagem de que é possível construir uma nova realidade abrindo as portas da casa aos profissionais capacitados.

Capacitação de profissionais

FORMAÇÃO	Nº DE PROFISSIONAIS
PADIN (ADI E SUPERVISORES)	767
PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PCF	1664
PforR (TÉCNICOS DO CRAS)	760
PROFISSIONAIS DO NÚCLEO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE	131
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	10.132
PREVENÇÃO EM FAMÍLIA	200
SEMENTES DO AMANHÃ	150
NASCER NO CEARÁ	1.300
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.494
TOTAL	16.598

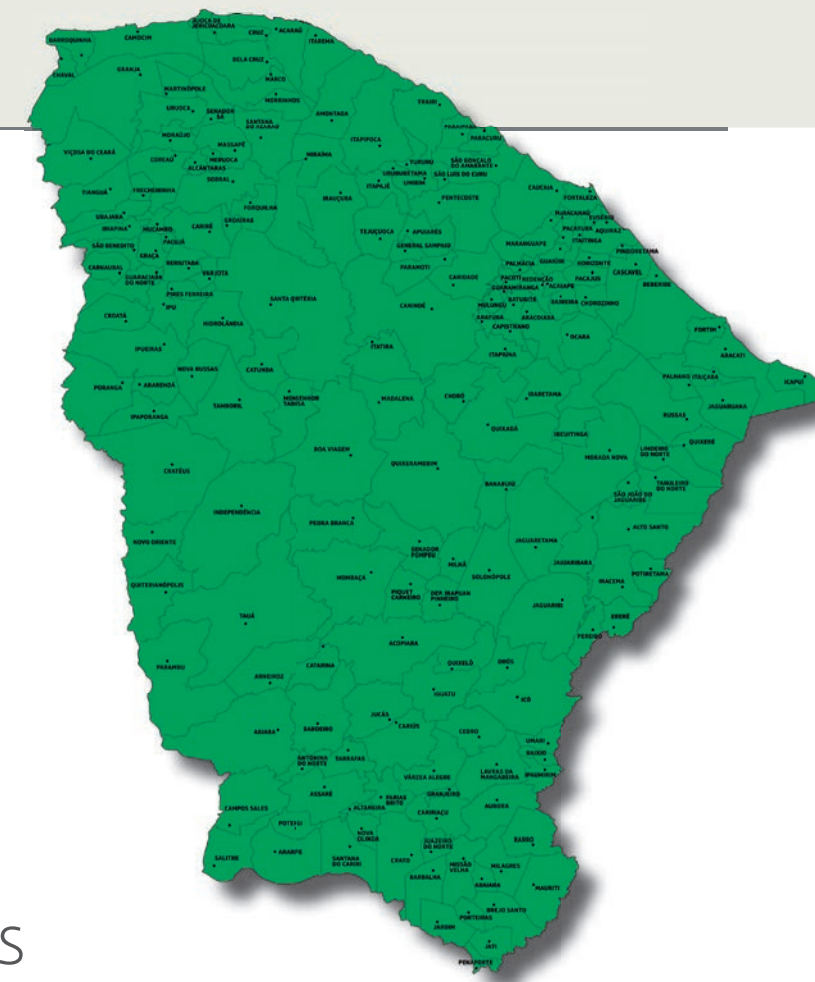
NÚMEROS DO PROGRAMA TEMPO DE CRESCER

51.000
crianças atendidas
pelo PADIN, PforR e Primeira Infância no SUAS/PCF

184 municípios
executando os programas

9.000 gestantes

1 milhão de visitas domiciliares



FONTE
Prontuário Eletrônico do SUAS - 15.02.2019

COMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O Seminário “**Compreendendo o Desenvolvimento Infantil**” reuniu profissionais da saúde dos 184 municípios cearenses, entre agentes comunitários de saúde, coordenadores da atenção primária e secretários de saúde, com o objetivo de capacitar esses profissionais e gestores na temática da Primeira Infância. Foram abordados temas de desenvolvimento infantil em conferências, palestras e mesas redondas conduzidas por especialistas da área. A ação foi realizada pelo Governo do Ceará por meio da Escola de Saúde pública do Ceará (ESP-CE) e contou com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Instituto da Primeira Infância (Iprede).

A atividade fez parte da etapa inicial de capacitação dos agentes comunitários de saúde

de em desenvolvimento infantil. Ao todo, o curso teve a carga horária de 100 horas/aulas, sendo 60 horas *on-line*, orientadas para a iniciativa “Família Brasileira Fortalecida na Atenção à Primeira Infância”, e 40 horas divididas entre encontros presenciais e atividades práticas voltadas ao desenvolvimento infantil, atenção à saúde, cultura de paz e educação na infância.

A capacitação consistiu na identificação, por parte dos profissionais, de aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social da primeira infância, bem como do olhar interessado para essa temática no território. A formação contemplou ainda um diagnóstico situacional dos municípios e um plano de intervenção para a primeira infância em cada um deles.

TEMAS ABORDADOS

DESENVOLVENDO COM AFETO

- a importância do vínculo
- a importância do brincar
- a importância da linguagem

DESENVOLVENDO COM SAÚDE

- gestação, parto e puerpério
- primeira infância

DESENVOLVENDO COM SEGURANÇA

- prevenção da violência e cultura de paz
- prevenção de acidentes



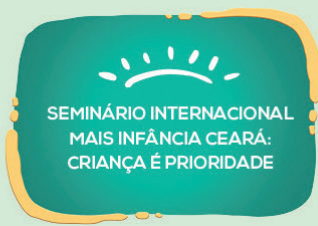
I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MAIS INFÂNCIA CEARÁ

Em 2017, deu-se a bem-sucedida realização do **I Seminário Internacional Mais Infância Ceará**, com o tema “Criança é Prioridade”. Seu objetivo era estratégico, tanto no sentido de destacar o encaminhamento dos trabalhos locais quanto no de sensibilizar os gestores municipais, eleitos ano anterior, para a causa da primeira infância.

Parceiros e palestrantes nacionais e internacionais, representantes do Canadá, Chile, Peru, China e Estados Unidos estiveram presentes ao evento que, na avaliação final, foi um verdadeiro “divisor de águas”. As explicações, debates e discussões entre os 1.500 participantes originaram um novo olhar, no sentido de que o cuidado com as crianças não era preocupação de pequeno porte, mas sim um movimento coletivo a favor de conquistas sociais para o presente e o futuro da comunidade.

O **I Seminário** atuou como estratégia de *advocacy*, sensibilizando, comunicando e mobilizando em prol do desenvolvimento da infância cearense e de uma sociedade mais justa e humanizada.





O "Seminário Mais Infância Ceará: Criança é Prioridade" tem como objetivo sensibilizar gestores municipais para olhar especial e mais dedicado à infância. O evento é mais uma ação do Programa Mais Infância Ceará, iniciativa do Gabinete da Primeira-dama do Estado, que busca promover o desenvolvimento infantil em todo o Ceará.

O Programa é estruturado em três pilares: Tempo de Crescer, que constrói e revitaliza espaços públicos para garantir o direito da criança ao brincar e à brincadeira; Tempo de Aprender, que entende a escola como direito de todos, buscando atender a meta de universalizar a oferta de pré-escola e ampliar a oferta de creche; e Tempo de Brincar, que visa a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através de serviços e formações que contemplem profissionais, pais e cuidadores.

Acreditar no desenvolvimento das crianças é investir no desenvolvimento da sociedade.

PALESTRANTES INTERNACIONAIS

DR. MARY YOUNG, MÁRCIA CASTRO, BEATRIZ SALAZAR. Profiles of international speakers with their photos and titles.

FLÁVIO CUNHA, JEANET LEGUAS. Profiles of international speakers with their photos and titles.

PALESTRANTES NACIONAIS

LINO DE MÁCEDO, DR. VITAL DIDONET, DR. ÁLVARO MADEIRO DE LEBTE, DR. LUCIVAN MIRANDA, DR. HUGO MENDONÇA, DRA. LUZIA LAFFITE. Profiles of national speakers with their photos and titles.

ONÉLIA LEITE DE SANTANA, CAROLINA CUNHA BEZERRA, DR. HENRIQUE JAVI, IDILVAN ALENCAR, JOSBERTINI CLEMENTINO, FABIANO PIUBA, DAGMAR SOARES. Profiles of national speakers with their photos and titles.

MODERADORES

RUI AGUIAR, TATI ANDRADE, EDUARDO QUEIROZ, LUZIA LAFFITE, DR. SULIVAN MOTA. Profiles of moderators with their photos and titles.

DR. ANTÔNIO DE OLIVEIRA LIMA, RITA ALMEIDA, DRA. MÁRCIA MACHADO, MARCOS NITT. Profiles of moderators with their photos and titles.

PROGRAMAÇÃO 1º DIA

CONFERÊNCIA MAGNA: PORQUE INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA. MARY YOUNG - Diretora do Centro para o Desenvolvimento Infantil da Fundação de Investigação para o Desenvolvimento da China

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NOS PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

FLÁVIO CUNHA - Universidade Rice

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO E DO APEGO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ÁLVARO MADEIRO LEITE - UFC/IPREDE

MESA REDONDA:

MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA E A REDE DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ

VITAL DIDONET - UNB, HUGO MENDONÇA - Ministério Público Estadual, LUZIA LAFFITE - IFAN

2º DIA

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA DIVERSIDADE E EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE

MÁRCIA CASTRO - Universidade de Harvard

MESA REDONDA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DA INFÂNCIA NO CEARÁ: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA.

- Tema 1 SAÚDE HENRIQUE JAVI, Tema 2 EDUCAÇÃO MAIS PAIC E PADIN IDILVAN ALENCAR, Tema 3 ASSISTÊNCIA SOCIAL JOSBERTINI CLEMENTINO, Tema 4 CULTURA FABIANO PIUBA

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIAS PARA APRENDIZAGEM

LINO DE MACHEDO - USP/Instituto Pensi

MESA REDONDA:

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA AMÉRICA LATINA E A INTERFACE COM O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL- PADIN.

PROGRAMA CHILE CRECE CONTIGO JEANET LEGUAS - Coordenadora Nacional do Programa Chile Crece Contigo, PROGRAMA CUNA MÁS DO PERU BEATRIZ SALAZAR

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOZE NOS TRANSTORNOS NEUROPSICOMOTORES - EXPERIÊNCIA DOS NUEPS

LUCIVAN MIRANDA - NUTEP/UFC

MESA REDONDA:

PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL - EXPERIÊNCIAS DO CEARÁ

Tema 1 PROGRAMA CRESÇA COM SEU FILHO - EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA CAROLINA BEZERRA

Tema 2 PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ ONÉLIA LEITE DE SANTANA, DAGMAR SOARES



ADVOCACY PELA INFÂNCIA Nossa Constituição Federal, no seu artigo 227, coloca as crianças, os

adolescentes e os jovens como prioridade absoluta da Nação e determina que seus direitos são responsabilidade do Estado, da família e da sociedade.

Cabe à sociedade, portanto, exigir a proteção da criança junto ao setor público. Uma ferramenta legítima para cidadãos, cidadãs e organizações vocalizarem suas demandas em defesa da criança é o advocacy, que materializa o direito à participação nos espaços institucionais e de tomada de decisão. Esta atuação pode se dar tanto no âmbito dos

Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes quanto nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipais, estaduais e federal, que formulam políticas públicas, regulatórias ou judiciais.

A participação da sociedade em reuniões, audiências públicas, consultas públicas, em constante interlocução com seus representantes, é fundamental para a proteção e promoção dos direitos da criança.



RENATO GODOY, assessor de relações governamentais do Instituto Alana: organização socioambiental sem fins lucrativos, criada em 1994, que tem como missão fomentar e promover a assistência social, a educação, a cultura e a vivência plena da infância.

O público-alvo foi constituído por Prefeitos, Primeiras-damas, Secretários de Educação, Saúde e Assistência Social do Estado e municípios; profissionais e entidades que realizam trabalhos em prol da infância (Instituto da Primeira Infância - IPREDE, Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce - NUTEP, Instituto da Infância - IFAN, Centro de Educação Vital Didonet); representantes do Banco Mundial, de Universidades locais, nacionais e internacionais (UFC, UnB, USP/Instituto Pensi, Harvard, Rice University); de entidades da China, Chile e Peru; do Ministério da Saúde; Ministério Público Estadual; Secretarias da Saúde de outros Estados, além de FIOCRUZ e UNICEF.

MATERNIDADE E A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO

Há muito se sabe que o leite materno possui todos os nutrientes necessários para o bebê se desenvolver. Ao aspecto puramente alimentar, soma-se o afeto, o momento especial de mãe e filho juntos, reforçando o vínculo entre ambos. O estímulo à amamentação exclusiva até os seis meses faz parte das políticas de prevenção e proteção à saúde da criança, e encontrou guarida de várias formas no **Programa Mais Infância Ceará**.

A realização de campanhas informativas sobre a importância do aleitamento materno tem seu ponto de destaque na **Semana do Aleitamento Materno**. São abordados temas como promoção, apoio e proteção às mães que amamentam – a mais sábia estratégia natural de vínculo, afeto e nutrição para a criança, e a intervenção mais sensível, econômica e eficaz na redução da mortalidade infantil.

Em 2015, o Governo do Estado lançou a campanha publicitária **“Orgulho no peito”**, veiculada em todas as mídias, inclusive em horário nobre. Também em 2015 aconteceu a inauguração da sala de apoio à amamentação na Secretaria da Saúde, tendo a Primeira-dama como madrinha.



Os eventos da **Semana do Aleitamento Materno no Ceará**, desde 2015, envolveram conferências, palestras, exibição de vídeos, relatos de experiências e exposições dialogadas tendo como temas: **“Amamentação e trabalho. Para dar certo, o compromisso é de todos”** (2015); **“Amamentação, uma chave para o desenvolvimento sustentável”** (2016); e **“Amamentar. Ninguém pode fazer por você. Todos podem fazer junto com você”** (2017).



“

AMAMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Décadas atrás, a amamentação era prática pouco adotada entre as mulheres. Tínhamos em nosso país um cenário de elevada mortalidade infantil, de alto índice de doenças que poderiam ser evitadas na primeira infância, um cenário que nos assustava e nos deixava indignados, mostrando um sistema de atenção materno-infantil de péssima qualidade.

A partir da determinação de diversos grupos e instituições públicas, passaram a ser estimuladas, nos ambulatórios de pré-natal, nas maternidades e visitas domiciliares, estratégias para orientar sobre o cuidado com a mama puerperal e, mais importante: sobre retomar a autoestima e autoconhecimento do corpo da mulher, que seria capaz de estimular a produção de leite e amamentar exclusivamente – uma prática natural que salvaria a vida de muitas crianças.

O leite humano contém todos os componentes nutricionais, proteicos, energéticos e imunológicos capazes de oferecer à criança tudo o que ela necessita para um crescimento e desenvolvimento adequados. Amamentar nos faz lembrar de uma das maiores e melhores interações entre os humanos: contato pele a pele, formação de vínculos e afetos. A cada toque, a cada olhar, gestos deliciosos e sorrisos há uma conexão capaz de estabelecer a estimulação precoce, necessária para ampliar as relações de cuidado e afeto. Políticas públicas que apoiem a amamentação exclusiva, respeitando a decisão da mulher, devem ser sistematicamente incentivadas para que tenhamos um cenário social permeado de crianças saudáveis e pais felizes.

”

MARCIA MARIA TAVARES MACHADO
Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Ceará. Enfermeira, Doutora em Saúde Pública. Iniciou o primeiro banco de leite humano do Ceará, na Maternidade Escola Assis Chateaubriand.

Os nove Bancos de Leite Humano do Estado receberam a certificação do **Selo Padrão Ouro**. Destaque para o município de Farias Brito, onde todas as unidades básicas foram certificadas pela Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, que visa qualificar as ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de 2 anos de idade, certificando as unidades que atingem esses objetivos.

E uma ação inédita mobilizou os municípios cearenses: a realização da **Semana do Bebê**, oferecendo palestras, oficinas, passeatas, eventos científicos, apresentações culturais e exibição de filmes. Muitos municípios instituíram a concessão do título de

Bebê Prefeito à primeira criança a nascer no município durante a Semana, representando o compromisso com a Primeira Infância (Brasil, 2010).

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE – NEP

Embora não se trate de um programa, mas sim de um equipamento, a implantação dos Núcleos de Estimulação Precoce (NEP) como parte do **Mais Infância Ceará** trouxe grandes mudanças na vida de quem necessita de atendimento especializado para seus filhos.

Tudo começou com a descentralização do atendimento à saúde, assinalando no mapa do Ceará 19 municípios que passaram a dispor de 19 Policlínicas estaduais, destinadas também a aten-

der outros municípios em sua área de abrangência. Todas elas disponibilizam um Núcleo de Estimulação Precoce – NEP, priorizando as famílias de bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) ou diagnosticadas com algum atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.

“ **A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE** *O ser humano nasce pronto para aprender, e o seu cérebro se desenvolve através do estímulo. Não haverá um aumento do número de células cerebrais, mas sim de suas conexões. Para que isso aconteça, é necessário um ambiente adequado, rico em atenção e no brincar. Os adultos de hoje foram moldados nas experiências vividas essencialmente nos primeiros seis anos de vida.*

A estimulação precoce em crianças saudáveis não deve ser vista como uma terapia, nem como método de educação diferenciado. O objetivo não é acelerar o desenvolvimento, forçando a criança a alcançar metas que não é capaz de cumprir.

Nas crianças portadoras de algum transtorno do neurodesenvolvimento – motor, cognitivo, de linguagem, autismo, de aprendizagem, de

comportamento – se impõe que a estimulação seja iniciada o mais cedo possível, mesmo sem um diagnóstico definitivo, tendo como princípio a plasticidade cerebral. Dados científicos comprovam sua eficácia desde que seja realizada adequadamente.

É isso o que fazemos em nosso trabalho diário no NUTEP. E foi isso que realizamos para os NEPs – implantados no interior do Ceará pelo Governo do Estado, em parceria com as Prefeituras – usando nossas mais de três décadas de experiência para capacitar equipes multiprofissionais na estimulação precoce, ressaltando que o foco não se detém na criança, e que deve ser estendido à família e seu entorno.

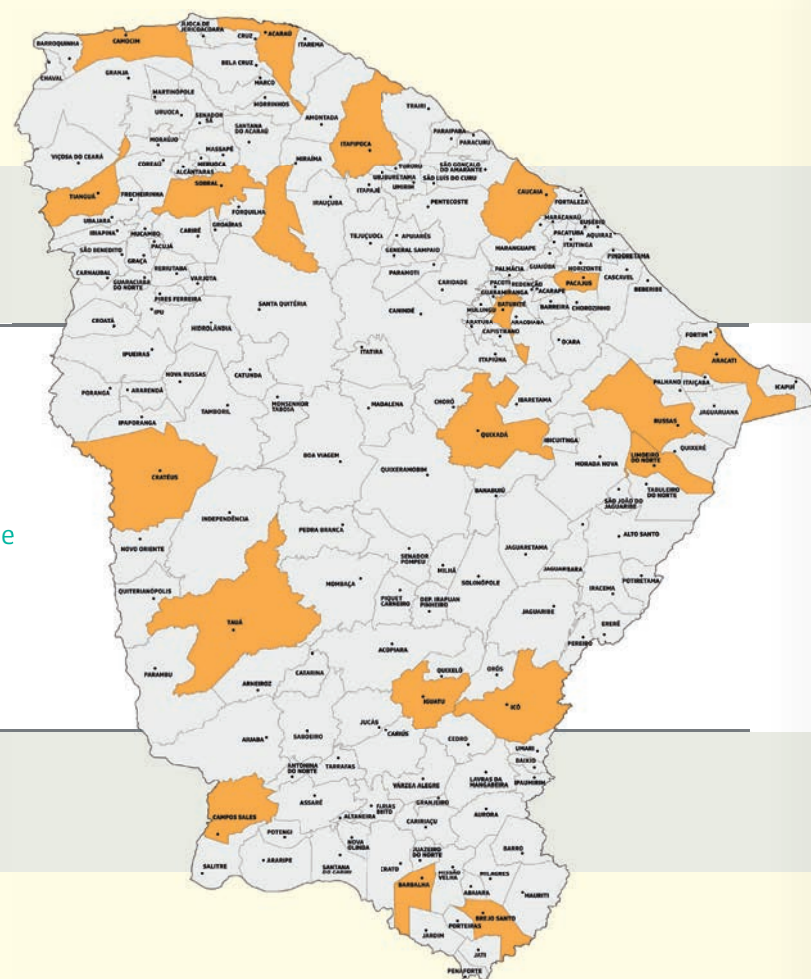
“ **LUCIVAN MIRANDA, Neuropediatra. Professor da Universidade Federal do Ceará. Diretor do Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP.**



19 Núcleos de Estimulação Precoce

Atendimento descentralizado

Diante da epidemia de Síndrome Congênita do Zika Vírus, foram criados núcleos de Estimulação Precoce em 19 Policlínicas do Estado, com equipe composta por fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo e um quinto profissional, que pode ser assistente social ou enfermeiro.



Profissionais e técnicos dos municípios receberam capacitação para o atendimento em estimulação precoce, e um total de 131 profissionais qualificou-se para conhecer o potencial da plasticidade do cérebro infantil, cuidando de 898 crianças desde 2016.

Com as Policlínicas mais perto, o tratamento se tornou bem mais simples para pais e cuidadores. É o caso da família da pequena Marina Vitória, 1 ano, nascida com SCZV. Uma equipe qualificada e multiprofissional se dedica a ela e a outros bebês e crianças em condições semelhantes, registrando melhoras lentas, porém significativas.

“Minha filha faz fisioterapia aqui, faz terapia ocupacional, fonoterapia, tudo num lugar só. Para nós, é muito bom ter o NEP aqui. O tratamento é muito bom.”

Patrícia Cordeiro, dona de casa, mãe da Marina Vitória. Russas

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/ CRIANÇA FELIZ

Conforme referido na página 46, além do PADIN e do PforR há um terceiro programa que também tem seu ponto forte nas visitas domiciliares: Criança Feliz/SUAS. Instituído pelo Governo Federal em 2016, este programa nasceu como propósito de promover o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, levando em conta a família e o contexto em que ela vive. Entre seus objetivos estão:

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

No final de 2018, o Ceará recebeu premiação nacional pela melhor execução e desempenho do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz. Foi o Estado com o maior número de municípios, proporcionalmente, e maior

número de visitas realizadas, atendendo ao maior número de crianças e superando a meta de atendimento estabelecida.

Em 2019, 90 municípios conseguiram duplicar a meta de atendimento.



NOVAS CONDIÇÕES PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Nós ficamos muito bem impressionados com o trabalho que está sendo feito no Ceará. É um dos estados brasileiros que trabalha com mais municípios envolvidos nos programas para a primeira infância, e é uma parceria forte do programa Criança Feliz.

Estamos muito satisfeitos com o compromisso do Ceará e de sua Primeira-dama com o desenvolvimento das crianças. Sabemos que é bem no início da vida que se formam as competências humanas, e a nova geração virá ao Ceará em melhores condições graças a esse trabalho que está sendo feito agora, pelo Programa Mais Infância.

OSMAR TERRA, Médico pediatra, Ministro da Cidadania.

- Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem.

O Ceará integrou o esforço às atividades que já vinham sendo mobilizadas pelo Governo estadual. Os resultados de dezembro de 2018 mostram o Programa presente em 182 dos 184 municípios cearenses, tendo realizado quase 1 milhão de visitas em domicílios sujeitos a situação de vulnerabilidade e risco social.

Mil seiscientos e três coordenadores, supervisores e visitantes do programa receberam capacitação para acompanhar os 42.400 beneficiados de seu



público prioritário: gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças de zero a 6 anos em serviços de acolhimento. Foram atendidas 8.128 gestantes e 34.272 crianças, sendo 764 receptoras do BPC – Benefício de Prestação Continuada.

SEMENTES DO AMANHÃ

Mais um projeto importante para os mil dias que compõem a primeira infância, Sementes do Amanhã é a formação de profissionais da saúde de 75 municípios cearenses, visando oferecer atenção qualificada às gestantes em situação de vulnerabilidade quanto ao uso de álcool e outras drogas.

Em agosto de 2018, os Secretários da Saúde dos referidos municípios foram sensibilizados sobre o assunto, em encontro realizado na Assembleia Legislativa do Ceará. Foi demonstrada a importância de contribuir na Rede de Atenção à Saúde, por meio da capacitação dos profissionais da área, para uma atuação humanizada, orientada em práticas transformadoras e direcionada a situações do cotidiano.



A ESTRELA É A CRIANÇA

Em 2016, a sala de exibição do tradicional Cineteatro São Luiz, no Centro de Fortaleza, encheu-se de convidados interessados em assistir o documentário *O Começo da Vida*, produção que mostra pais e cientistas do mundo inteiro investigando de que maneira os primeiros cuidados com as crianças podem dar um novo rumo à sociedade humana.

O filme documenta a importância desses primeiros mil dias de vida, reconhecidos como vitais para o desenvolvimento saudável da criança e formação do adulto. Pela força de sua mensagem, o filme foi distribuído em escolas públicas e unidades de atendimento da antiga Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, sensibilizando pais, cuidadores, gestores e profissionais que lidam diretamente com crianças, para uma questão que é do interesse de todos.

Na perspectiva de reduzir riscos e promover a saúde da gestante e do bebê, em 2018, o projeto alcançou cerca de **3.500 gestantes**, atendidas em equipamentos da Rede de Atenção Primária à Saúde.

PREVENÇÃO EM FAMÍLIA

Formações de profissionais da saúde, educação e assistência para orientar famílias de crianças de zero a 6 anos, de 50 municípios selecionados, com ênfase no fortalecimento de vínculos para prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Este Projeto foi criado para atuar em proximidade com as famílias, atuando como uma ferramenta de cuidado preventivo. Para isso, foram capacitados 200 profissionais até 2018.



TEMPO DE BRINCAR

UM UNIVERSO NA MENTE E NAS MÃOS

Para o filósofo francês Gilles Brougère (2011), *“a criança não brinca numa ilha deserta. Ela brinca com as substâncias materiais e imateriais que lhe são propostas, ela brinca com o que tem na mão e com o que tem na cabeça”*. Portanto, é através do brincar que a criança toma consciência do mundo que a cerca, podendo o ato de brincar ser considerado atividade condutora e determinativa do desenvolvimento humano.

Essa perspectiva científica sobre a relevância do brincar consolidou-se a partir do início do século XX, ganhando força estruturante com as investigações de educadores e filósofos interessados em estabelecer uma eventual relação entre a atividade lúdica infantil e a capacidade evolutiva da mente de um ser ainda em processo de formação.

Vigotski (1991), um dos mais respeitados autores nessa área, endossa em uma síntese precisa esse conceito: *“As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brincar”*, escreve ele, *“aquisições que, no futuro, tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade”*.

O final do século XX se mostrou fecundo para ações e intervenções a favor dos pequenos, recebendo endosso institucional e uma sólida base legal. *“Toda criança tem direito ao descanso e ao lazer, a engajar-se no brincar e às atividades recreativas apropriadas à sua idade, e a participar livremente da vida cultural e das artes”* – é o que assegura o artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas – ONU, protegendo os direitos desse público.



“Como no foco de uma lente de aumento, o brincar contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento.”

VIGOTSKI (2007)

No Brasil, o Plano Nacional para a Primeira Infância (PNPI) descreve o brincar como o melhor caminho para uma educação integral, já que proporciona à criança benefícios como o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, de valores culturais, a socialização e o convívio familiar.

Ao brincar, a criança entra em contato com suas fantasias, desejos e sentimentos. Conhece a força e os limites do próprio corpo. Estabelece relações de confiança com o outro. Enquanto descobre o mundo, a criança, ao brincar, testa habilidades e competências, aprende regras de convivência com outras crianças e com adultos, desenvolve diversas linguagens e formas de expressão, ampliando sua visão sobre o ambiente que a cerca (PNPI, 2010).

O ato de brincar favorece vários aspectos do desenvolvimento infantil. As brincadeiras proporcionam interações insubstituíveis e levam a criança a distintas situações de aprendizagem e de desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, ampliando também sua autoestima, autonomia e capacidade de solucionar problemas (VIGOTSKI, 1986).

Por meio de jogos e brincadeiras, as crianças ampliam curiosidade, criatividade, habilidades e estratégias para solucionar conflitos emocionais, construindo uma estrutura de conhecimentos. Favorecer o brincar é dar atenção fundamental, necessária e especial à criança. Conforme os estudiosos Dahrouj e Paschoarelli (2017), brincar é *“uma atividade produtiva que envolve a criança*

e os brinquedos, os quais devem proporcionar oportunidades para que sejam desenvolvidas suas habilidades físicas e emocionais”.

Qualquer brinquedo é importante e possibilita a percepção da realidade. Já os brinquedos em espaços públicos, como praças, oferecem outras experiências. Exigem habilidades e capacidades físicas, mentais e cognitivas diferenciadas, adequadas a esses espaços lúdicos compartilhados, nos quais há mais oportunidade para a criança interagir com outras crianças, de culturas e idades diferentes, ampliando assim seu repertório social.

Inclusive, vale ressaltar que existem dispositivos legais garantindo à criança o direito a brincar no espaço público com segurança e qualidade, como se vê no artigo 59, Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: “Os municípios, com apoio do Estado e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”.

Está confirmada a relação direta entre lazer, condições de vida das pessoas e possibilidade de redução da violência. Crianças e jovens se configuram como os mais prejudicados pela ausência de espaços públicos e pelas consequências trazidas pela falta de iniciativas nos campos das artes, esportes, cultura e lazer.

Ao brincar, as crianças conquistam as condições para desenvolver integralmente o conjunto de habilidades motoras, cognitivas, intelectuais e emocionais próprias do ser humano. Entretanto, por várias razões, a maior parte dos municípios

cearenses vivencia a carência de espaços públicos aptos à convivência comunitária e que ofereçam às crianças alternativas lúdicas e recreativas. Quando existem, os espaços não favorecem as áreas periféricas, restringindo-se à zona central das cidades.

Conforme enfatiza publicação da coleção *Primeiríssima Infância*, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, “os espaços lúdicos têm o poder de congregar as famílias da comunidade”.

Esse conjunto de fatores fez com que o **Programa Mais Infância Ceará** estabelecesse o pilar **Tempo de Brincar**, no qual se concentra a implantação e a revitalização de espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil. Além de favorecer ações de arte, cultura e lazer nas praças municipais, essa ação contribui para melhorar a qualidade de vida e fortalecer vínculos familiares e comunitários, proporcionando o desenvolvimento integral das crianças nas regiões onde os espaços são implantados. Mais do que um projeto de Governo, este é um projeto de vida.



Em 32 municípios do Ceará estão sendo implantadas Praças Mais Infância

PRAÇAS MAIS INFÂNCIA

“A praça é do povo”, afirmava o poeta Castro Alves, louvando esses lugares especiais abertos onde não existem muros, receptivos a encontros e interação comunitária, que se constituem como o mais democrático espaço das cidades e o primeiro berço social das crianças.

Ao interferir na criação dessas áreas, o **Programa Mais Infância Ceará** passou a facilitar para os municípios a consciência de uma contribuição enriquecedora de cultura e lazer, sistematicamente organizados, uma alternativa a mais para a vivência coletiva saudável de sua população.

As Praças Mais Infância, planejadas para implantação em 32 municípios, contam com a parceria das prefeituras na doação do terreno, que deve ocupar mais de 2,5 mil m², área considerada suficiente para receber quadra poliesportiva – basquete, vôlei, futsal e espirobol – brinquedos temáticos e interativos, área de convivência, *playground*, bicicletário e pistas de skate.



“Essa praça vai melhorar bastante para nossos jovens e crianças. A gente estava precisando disso. Eu até comentei com o meu marido que quero vir frequentemente com meus dois filhos pequenos e minha filha, que já é uma adolescente, e também aproveitar bastante.”

Irenice Araújo, dona de casa. São Benedito



Incluem também academia esportiva ao ar livre, banheiros acessíveis e área para piquenique, dispondo de espaços cobertos multiuso para a realização de atividades culturais, educacionais e de lazer, qualificados até mesmo para ampliar as dimensões coletivas das ações de saúde pública.

Cinco delas foram construídas, equipadas e entregues

à população até dezembro de 2018 – em Viçosa do Ceará, Acaraú, São Benedito, Amontada e Pentecoste. Outras 27 estão sendo construídas em Amontada, Acopiara, Aquiraz, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Granja, Icó, Iguatu, Itapipoca, Itarema, Juazeiro do Norte, Mauriti, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pentecoste, Quixadá, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tauá, Tianguá e Trairi.



BRINQUEDOPRAÇAS

Esta ação diferencia-se da anterior no sentido de que o município já dispõe de uma praça, ou de um espaço comunitário de convivência, do qual não é extraído o melhor proveito. É nesse território que o **Programa Mais Infância** irá atuar, com um trabalho voltado a revitalizar o que se encontrava sem uso, requalificando aquele espaço para plena utilização e inserção diferenciada na vida comunitária.

O investimento do Estado na implantação de uma Brinquedopraça é da ordem de R\$ 180 mil. O espaço de 230 m² é cercado, tem piso anti-impacto e disponibiliza uma casinha dupla, com ponte de playground, uma casinha dupla com ponte de eucalipto, escorregadores com balanço triplo, gangorras e brinquedos em mola. Compete ao

140 Brinquedopraças estão sendo implantadas no estado.

município garantir o bom estado de conservação dos brinquedos.

Um município pode receber mais de uma Brinquedopraça. É o caso, por exemplo, de Baturité e Rendenção, que receberam duas, ou de Fortaleza, com cinco Brinquedopraças. O modelo de instalação é o mesmo, de eficiência testada e comprovada na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento integral das crianças: são kits de brinquedos

“Qual mãe não fica feliz em saber que os filhos agora contam com um espaço como esse? A praça está linda e tenho certeza que as crianças gostaram. Vir aqui agora vai fazer parte da nossa rotina.”

Adriângela Gadelha, mãe do Pedro e da Ana Luiza. Conjunto Ceará

executados em madeira de eucalipto, adequados a cada etapa do desenvolvimento infantil e ao aprimoramento das capacidades emocionais, motoras e cognitivas dos pequenos usuários.

Em 2018, foram entregues 84 Brinquedopraças. Com as que se encontram em processo de execução, se alcançará o total de 140, a meta do Programa. Além das cinco Brinquedopraças instaladas em Fortaleza, outras se encontram em funcionamento nos seguintes municípios: Altaneira, Alto Santo, Aracati, Araripe, Assaré, Banabuiú, Barro, Baturité (2), Brejo Santo, Campos Sales, Carida-

de, Caririaçu, Cedro, Chorozinho, Coreaú, Crato, Farias Brito, Fortim, Granjeiro, Guaramiranga, Ibiapina, Ibicuitinga, Independência, Ipueiras, Iracema, Irauçuba, Itaitinga, Itatira, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Missão Velha, Mauriti, Marco, Milagres, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Morrinhos, Nova Olinda, Nova Russas, Novo Oriente, Ocara, Orós, Palmácia, Paraipaba, Pedra Branca, Porteiras, Quixadá, Redenção (2), Reriutaba, Russas, Santana do Cariri, Saboeiro, Senador Pompeu, Tamboril, Tarrafas, Tejuçuoca, Ubajara e Várzea Alegre.



Entregues **35**
Brinquedocreches
até o final de 2018

BRINQUEDOCRECHES

Ação destinada a reavivar creches municipais, instalando kits de brinquedos e outros recursos lúdicos adequados a essa faixa especial da vida, estimulando assim criatividade, socialização, afetividade, autoestima, raciocínio lógico, desenvolvimento das capacidades motoras, memória, percepção e imaginação, formando ainda o senso de organização nas crianças. Até dezembro de 2018, foram inauguradas 35 Brinquedocreches.





“Foi muito legal. Eu gostei muito, eu estava me sentindo como se eu estivesse numa aventura, sem destino!”

Otávio, 9 anos. Fortaleza

ARTE NA PRAÇA

Se tem gente na praça, é fácil fazer a festa. E se tem criança por perto, aí então é que a festa toma conta do mundo. Transformar as praças em ambiente propício ao desenvolvimento infantil é o propósito desse projeto cheio de alegria, voltado a ampliar o acesso à arte, ao esporte, à cultura e ao lazer nos municípios.

Mostras de artes plásticas, apresentações artísticas didáticas, exposições teatrais, aulas de pintura, música e dança, tudo isso tem lugar na

programação mensal dessa ação, que tem conseguido fortalecer vínculos familiares e comunitários, e ultrapassou as barreiras entre gerações. Até o final de 2018, o **Programa Mais Infância Ceará**, tendo o SESC como parceiro na execução das atividades, já realizou 131 edições em 88 municípios.



131 edições em
88 municípios
até o final de 2018



ESPAÇO MAIS INFÂNCIA

Uma das casas que rodeiam a Praça Luíza Távora, em Fortaleza, foi reformada e adaptada internamente como mais um espaço para o desenvolvimento das crianças entre 3 e 12 anos, conforme os pilares Crescer, Brincar e Aprender do **Programa Mais Infância**. O Espaço Mais Infância funciona exclusivamente em Fortaleza.

Brinquedoteca, biblioteca, sala de multimídia, cozinha *gourmet* e cineminha estão em pleno funcionamento no local, onde também são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde, educação e palestras sobre o universo infantil, apresentadas aos pais, cuidadores e profissionais. O Espaço visa

estimular o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, cognitivo e emocional, bem como fortalecer a socialização, o convívio familiar e os valores culturais.

Por integrar o roteiro de alunos de escolas públicas municipais, o retorno vem demonstrando a aprovação e adesão à proposta: cerca de 125 mil crianças já participaram do projeto, que também atendeu 21 mil pais, em simples visitas ou como participantes da Escola dos Pais.



125 mil
crianças
atendidas

AÇÕES DE CINEMA

O Plano Cultura Infância, desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura, deu origem a um novo projeto integrado ao programa **Mais Infância Ceará**. Um edital lançado em 2016 para apoiar especificamente projetos culturais voltados à infância, com investimento de R\$ 1 milhão, selecionou 25 projetos de todas as regiões do Estado.

A ação pioneira era – e continua sendo – inédita no Brasil. Da maneira como foi planejada, focava justamente na ampliação das garantias da criança à cultura e à arte, formando e ampliando seus repertórios artísticos e culturais, ou seja, expandindo os horizontes infantis para a imaginação e a criatividade.

Surgiu desse esforço a série “Tempo de Brincar”, produção de cinco pequenos documentários, com cerca de 5 minutos cada, tratando das variadas formas como as crianças cearenses brincam. Todos os filmes são inspirados nos cinco direitos fundamentais do brincar: brincar com todos, brincar o tempo todo, brincar com tudo, brincar em todo lugar e brincar criando.

Os filmes giram em torno de cada um desses direitos, aplicados em situações reais, mostrando como se dá o brincar em diferentes comunidades cearenses. A produção contou com a parceria da TV Ceará, do Instituto Dragão do Mar de Arte e Cultura, e mereceu o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Os vídeos foram exibidos pela TV Ceará e disponibilizados no site do Governo para acesso geral.





PROJETO PRAIA ACESSÍVEL

De grande importância em um Estado com 573 quilômetros de litoral, e onde o banho de mar é momento especial de lazer, esse projeto inédito no Ceará permite que crianças, adultos e idosos com deficiência, ou com mobilidade reduzida, possam usufruir de tudo de bom que a praia oferece. Em um trecho de litoral onde as ondas são mansas, o sonho de muitos cearenses, grandes e pequenos, é realizado.

Piscina, frescobol, quadra de vôlei adaptados, esteiras e cadeiras anfíbias, capazes de vencer a areia, banheiro acessível e vagas de estacionamento adequadas integram o projeto, hoje com duas estações: a capital, Fortaleza, e o município de Caucaia.

“Eu estou nervoso, mas dizem que há coisas na vida que a gente nunca esquece, como andar de bicicleta e mergulhar no mar. Hoje é um dia feliz para mim.”

Marcelo Negreiros, jogador de basquete. Caucaia

mais de
5000 participantes
até final de 2018



Mais de 4.900 pessoas que não dispunham dessa opção aproveitaram o banho de mar em Fortaleza, onde o Praia Acessível teve início em janeiro de

2016; e cerca de 300 banhistas de Caucaia, onde o lançamento se deu em junho de 2018, usufruíram a liberdade do sol, da areia e do mar. Somados, os atendimentos até 2018 ultrapassaram o número de 5 mil.



“Sempre gostei muito do mar. Mas, há dez anos, a lesão [mielite transversa] dificultou bastante minha ida à praia. Hoje, com o Praia Acessível, consegui resgatar o prazer de retornar ao local que sempre visitei. Encontramos um espaço adequado e profissionais que falam a nossa língua.”

Aline Martins, atleta de natação e basquete paraolímpico. Caucaia

São parceiros do projeto Praia Acessível a Prefeitura Municipal de Fortaleza e Hotel Sonata; e a Prefeitura de Caucaia, juntamente com o Cumbuco Acqua Beach.



TEMPO DE APRENDER

VIVENDO E APRENDENDO

A educação é um direito humano fundamental, qualquer que seja o tempo, qualquer que seja o território. É um fator relevante para reduzir a pobreza e o trabalho infantil, para o crescimento individual e para a promoção de uma cultura democrática de paz e tolerância, promovendo o desenvolvimento pessoal e comunitário.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é particularmente importante para atender ao desenvolvimento integral da criança até cinco anos, "em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (LDBE, art. 29).

LDBE - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Por entender a escola como um direito de todos e por buscar atender às metas da universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e de ampliação da oferta de creches para aquelas de zero a 3 anos, o pilar Tempo de Aprender se configura como o terceiro sustentáculo do **Programa Mais Infância Ceará**. Como o espaço pedagógico que é, o Programa visa apoiar, construir e qualificar os Centros de Educação Infantil (CEI) nos municípios.

TEMPO DE APRENDER

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] IV) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade."

CF 1988 – Art. 208

"É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] IV) atendimento em creche e pré-escola às crianças."

(Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016). Estatuto da Criança e do Adolescente – Art. 54, Capítulo IV

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

PIAGET (1970)



Centros de Educação Integrada

A meta é entregar 167 CEIs, dos quais 39 foram inaugurados até dezembro de 2018. As obras foram conduzidas pela Secretaria da Educação e pela antiga Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (hoje Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos), que responde pelas creches, em parceria com os municípios cearenses.

Um dos CEIs entregue recentemente no município de Horizonte, Região Metropolitana de Fortaleza, ilustra o padrão dos demais. São unidades que contam com recepção, quatro salas de aula, laboratório de informática, berçário, fraldário e *playground*, além de cozinha, copa, refeitório e dormitório.

O Ceará contará com **167 novos CEIs**. Destes, 39 já foram inaugurados. A SEDUC capacitou 1.494 gestores da educação infantil para o atendimento às crianças.



Cada unidade é capaz de atender a até 208 crianças, entre zero e 5 anos de idade. Os recursos financeiros para a construção, da ordem de R\$ 70 milhões, integram o Programa de Ampliação da Oferta Municipal de Educação Infantil, sendo provenientes do Governo do Estado, de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e da necessária contrapartida do município beneficiado.

A unidade educacional reúne, em um só local, oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças, já que a melhoria da educação para esse público é um dos compromissos assumidos pelo **Programa Mais Infância Ceará**.

“É muito bom a gente ter um local para que as crianças fiquem enquanto a gente trabalha, tendo atividades lúdicas. Meus dois filhos mais novos já estudam na escola do município, mas a pequena ainda não. E ter essa opção é ótimo.”

Vanessa Araújo, manicure, mãe de Dávila, Sabrina e Samuel. São Gonçalo do Amarante



Em relação às creches, desde 2015, foram entregues nove creches à população cearense, estando prevista a construção de mais 30 unidades. As creches oferecem condições adequadas para a promoção da educação infantil de qualidade para até 100 crianças, de 2 a 6 anos, através de um conjunto de ações nas áreas de estimulação, educação e alimentação, prestando ainda apoio e acompanhamento às famílias.

Com o objetivo de ampliar a oferta de creches e estabelecimentos de pré-escola para a promoção do desenvolvimento integral das crianças cearenses nos municípios, foi que se deu a opção de um tratamento integral, envolvendo diversos aspectos do desenvolvimento infantil e evidenciando a indissociabilidade entre o educar e o cuidar no atendimento às crianças.

No caso brasileiro, ao se falar de educação infantil, constata-se a apresentação, em sua série histórica, de crescimento considerável. O país saiu da quase inexistência dessa modalidade educadora para quase 8 milhões de matrículas em 2014. No entanto, como a educação nessa faixa se encontra dividida em dois momentos distintos – de zero a 3 anos, creche, e de 4 a 6 anos, pré-escola – o crescimento maior foi verificado na segunda etapa.

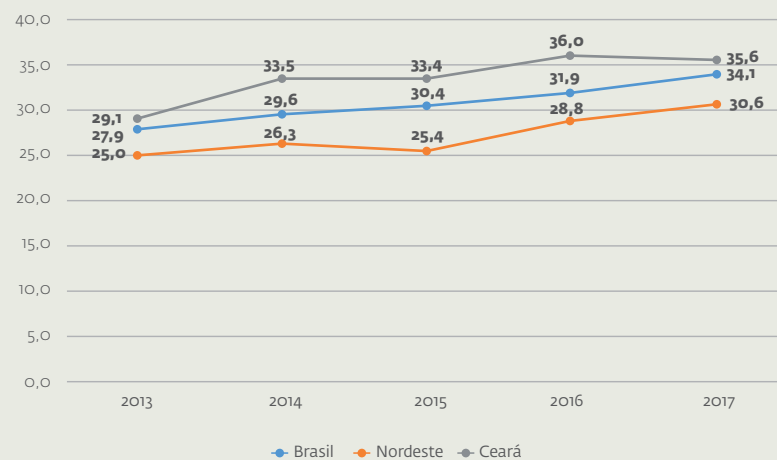
No Ceará,
97,8% das crianças de
4 e 5 anos estão matriculadas
na pré-escola.

São mudanças cujos marcos referenciais estão na Constituição Federal de 1988, na qual a Educação Infantil é incorporada ao âmbito do Direito à Educação, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Em ambos os documentos, a Educação Infantil é tratada como **um dever do Estado e um direito da criança**, e não mais como um serviço assistencial oferecido às populações pobres.

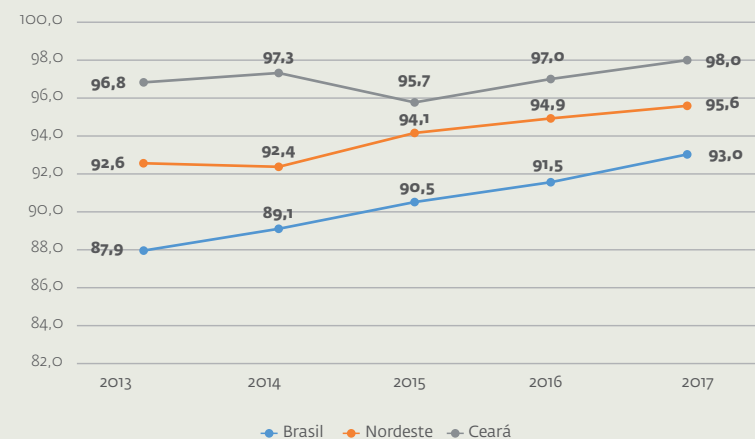
Os avanços são notórios. Há, porém, ainda longo caminho a percorrer em busca da universalização do atendimento. O Plano Nacional da Educação

Comparação da evolução Brasil/Nordeste/Ceará

Crianças de 0 a 3 anos - Creches - Brasil, Nordeste e Ceará - 2013-2017 (%)



Faixa Etária de 4 e 5 anos - Pré Escola - Brasil, Nordeste e Ceará - 2013-2017 (%)



FONTE IBGE/Pnad Continua. Todos Pela Educação

(PNE) teve como meta universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e, até 2022, ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender pelo menos 50% das crianças de até 3 anos.

Em 2014, o Brasil contava com 87,9% das crianças de 4 a 5 anos matriculadas na Educação Infantil (meta 100%), e 27,9% daquelas de zero a 3 anos (meta 50%) frequentando as creches existentes. No Ceará, o cenário não é diferente. Entretanto, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresentam, em sua série, histórica crescimento acima da média nacional.

No Brasil, o Ceará tem a maior proporção de crianças com idade entre 4 e 5 anos frequentando escola ou creche.

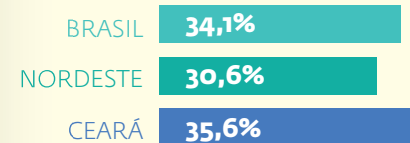
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 97,8% das crianças cearenses nessa faixa etária estão na pré-escola. Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais – SIS 2018, com dados referentes a 2016 e 2017.

São percentuais que dão motivo a comemorar, mas jamais a acomodar-se. É preciso prosseguir caminhando, não apenas no que diz respeito ao aspecto quantitativo de estabelecimentos e números de crianças matriculadas, mas, primordialmente, na **qualidade** desses itens.

Crianças matriculadas na pré-escola e frequentando creches

Comparação Brasil/Nordeste/Ceará

CRECHES
DE 0 A 3 ANOS



PRÉ-ESCOLAS
DE 4 E 5 ANOS



FONTE IBGE/Pnad Continua. Todos Pela Educação



Por fim, vale a pena destacar que o **Programa Mais Infância Ceará** tem ciência do panorama local, regional e nacional. Por isso mesmo, continua empenhando todos os esforços na qualificação das ações já existentes, trabalhando todos os dias para ampliar o número de profissionais, famílias e crianças beneficiadas. O Programa tem a intenção de continuar promovendo o desenvolvimento integral e integrado das crianças cearenses, em todos os 184 municípios do Estado, garantindo a elas seus direitos no presente para formar um futuro digno e feliz.



TEMPO DE NASCER

UM NOVO TEMPO

Um novo pilar soma-se agora aos três pioneiros: além dos Tempos de Crescer, de Brincar e de Aprender, o Programa apoia-se agora em um quarto pilar, para um novo tempo: o Tempo de Nascer. Trata-se da reestruturação da linha de cuidado materno-infantil, a partir da atenção à gestação de alto risco, visando reduzir a morbimortalidade materna, perinatal, e o planejamento familiar e reprodutivo.

Considerando que as ações devem começar durante a gestação, o Ceará reconheceu a premência de voltar seu olhar para a figura da mãe ao longo da gravidez e do puerpério, fases primordiais dos mil dias que configuram a primeira infância.

A redução da mortalidade materna integra as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do Pacto Ceará Saudável, contando com a participação de todos os níveis de poder e da sociedade em sua íntegra. Nesse contexto, foi criado o programa Nascer no Ceará, parte das ações do Programa Mais Infância Ceará, tratando das condutas assistenciais para a linha de cuidado materno-infantil, identificando e cuidando das mães com gestação de alto risco.

“Desde recém-nascida, a criança é um aprendiz voraz. Os cem bilhões de neurônios de seu cérebro estão prontos a se conectar por meio das sinapses.”

Cartilha da Primeiríssima Infância
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Em parceria com a Sociedade Cearense de Ginecologia e Obstetrícia – Socego e com a Sociedade Cearense de Pediatria, o **Programa Mais Infância Ceará** viu ser estabelecido um conjunto de ações para fortalecer a rede materno-infantil, atuando nos processos de regionalização e descentralização da saúde, elaborando e implantando protocolos, qualificando profissionais e definindo os fluxos assistenciais, nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária) nas cinco macrorregiões do estado.

A Organização Mundial de Saúde – OMS admite uma mortalidade materna de até 20 para cada 100 mil bebês nascidos com vida. O Ceará, entre 1998 e 2015, registrou média de 75,6 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos: um índice elevado, tanto pelos parâmetros da OMS como pelo



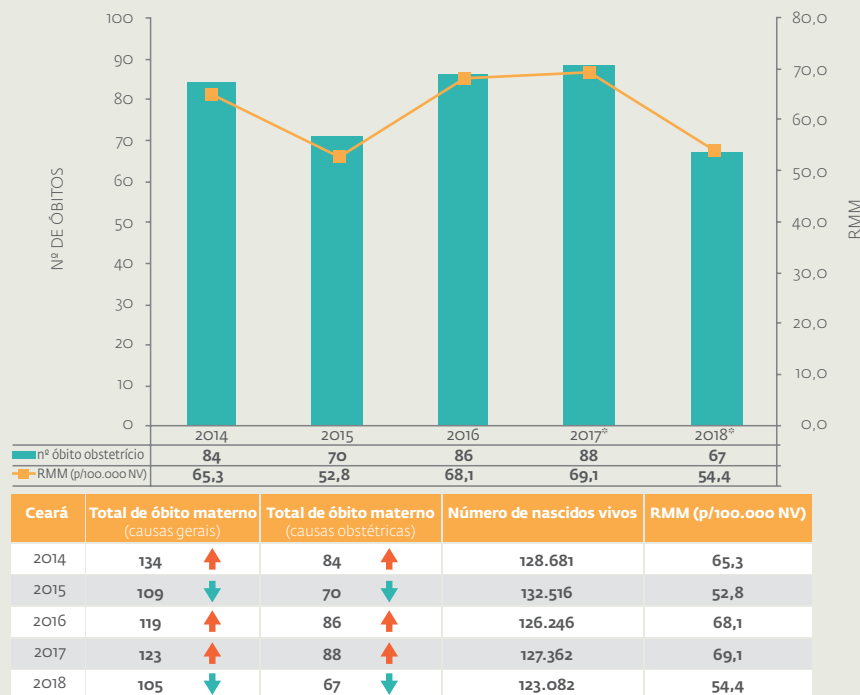
impacto familiar e social trazido por essas perdas de vida, com muita frequência, tristemente associadas à perda do recém-nascido.

A criação do Comitê de Mortalidade Materna, investigando as causas dos óbitos, identificando as gestantes de alto risco (hipertensas, diabéticas, idosas e adolescentes), intensificando as visitas domiciliares e acompanhando o pré-natal dessas gestantes com a prestação de um serviço de qualidade, permitiu a redução considerável de perdas maternas. Em 2017, os indicadores do Ceará mostravam a razão quantitativa de 69 para 100 mil nascidos vivos. No ano seguinte, esse valor havia caído para 54. Uma diferença a ser medida não apenas em números, mas em futuros.

As linhas de cuidado e os protocolos definidos com a experiente participa-



Número de óbitos e razão de mortalidade materna (RMM). Ceará, 2014 a 2018



1. Análise situacional da assistência materno-infantil das macrorregiões
2. Diagnóstico e análise das maternidades
3. Elaboração e publicação dos protocolos clínicos
4. Estratificação de risco da gestante
5. Qualificação dos profissionais
6. Oferta de métodos contraceptivos

FONTE: DATASUS/SESA/COVIG/NUIAS/ Sistema de informação sobre Mortalidade – SIM/ Sistemas de informação sobre nascidos vivos – SINASC
Nota: Dados de 2018 sujeitos a revisão, base de dados gerados em 07/01/2019 – SESA



ção da Sociedade Cearense de Ginecologia e Obstetrícia e da Sociedade de Pediatria determinaram fluxos e direcionaram as ações das instituições, dos profissionais e das gestantes, classificando as mães na condição de risco habitual, risco intermediário ou alto risco. No caso de alto

risco, a gestante é referenciada para uma unidade hospitalar capacitada e equipada para oferecer atendimento. A situação de vulnerabilidade socioeconômica, por si só, já configura o estado intermediário de risco.

Apesar de ter surgido no segundo semestre de 2018, o pilar Tempo de Nascer logo encontrou seu lugar na estrutura do Programa Mais Infância Ceará, a partir da certeza de que, para mudar de fato a sociedade, é preciso, antes de tudo, mudar o jeito de nascer, proporcionando a todos iguais oportunidades de começar a vida.

“A relação da entidade com as gestões municipais e estadual é um dos aspectos centrais para a melhoria dos cuidados maternos e perinatais.”

Luiduína Rocha
Presidente da Associação Cearense de Ginecologia e Obstetrícia - SOCEGO

1300
médicos e enfermeiros
capacitados



TEMPO DE NASCER

Nascer no Ceará

Capacitação de 1.300 médicos e enfermeiros com o objetivo de qualificar e reestruturar a linha de cuidado materno-infantil, a partir do cuidado à gestação de alto risco, para a redução da morbimortalidade materna e perinatal.

Elaboração e implantação de protocolos; Qualificação dos profissionais médico e enfermeiro; Oferta dos exames preconizados no protocolo de pré-natal de Alto Risco; Vinculação das gestantes estratificadas de alto risco às Policlínicas e Maternidades de Referência para Alto Risco na macrorregião; Oferta de métodos contraceptivos de longa duração às mães/mulheres que tiveram gravidez de alto risco; Aplicativo e sistema de informação para o acompanhamento e monitoramento das ações.

MAIS INFÂNCIA MAIS PRESENTE MAIS FUTURO

POLÍTICAS PARA TODOS OS TEMPOS

Em relação ao Programa Mais Infância Ceará, é fácil perceber que se trata de uma sequência de ações continuadas, permanentes, plantadas e colhidas nos momentos certos. Assim como se dá com as crianças, é um Programa que está sempre em crescimento. Os marcos temporais cumprem sua função de apresentar avaliações periódicas e prestar contas do que tem sido realizado. No entanto, os resultados propriamente ditos transcendem números e data: são percebidos no passar do tempo, no desenrolar do cotidiano, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos desde seus primeiros dias.

Aos poucos, os cearenses mais necessitados estão conseguindo sair da linha da sobrevivência, onde imperavam indicadores vergonhosos de mortalidade infantil, e vencendo o limite aceitável pela Organização Mundial de Saúde – OMS, que é de 10 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. O indicador do Ceará até dezembro de 2018 chegou a 11/1000 NV, e o desafio que se posiciona para 2019 é atingir o único dígito. Cada vida conta.

Essa conquista abre novas demandas, e é aí que está o conceito correto do desenvolvimento, nessa sequência estimulante de atividades. Hoje, mais de 51 mil crianças e 9 mil gestantes recebem a visita dos agentes, em um processo de busca ativa para identificação de onde se localizam os pontos frágeis. As demandas são levadas aos gestores municipais, ou seja, chegam onde deveriam primeiramente chegar. A sensibilização destes é essencial para que o trabalho intersetorial e em rede seja constantemente estimulado.

A intersetorialidade estabelecida pelo estado é promovida nos municípios, que se fortalecem ao elaborar novos arranjos administrativos para trabalhar com a infância. Como no ensejo da formação oferecida pelo estado o profissional está no município, é preciso que este ofereça as condições para o profissional aplicar, na prática, o que foi ensinado. A pobreza rural ainda persiste e é preciso interromper o seu ciclo na origem.

No caso dos equipamentos construídos pelo Governo do Estado, como as 19 Policlínicas regionais, percebeu-se que muitos gestores foram além e aprimoraram ou mesmo ampliaram os serviços com iniciativas próprias. São ideias que vão brotando a partir das demandas, e que tra-

zem um diferencial para a comunidade. É o que se vê com a instalação de espaços para amamentação, ou para educação física, nas Policlínicas.

São atitudes positivas que impulsionam novas iniciativas, em um movimento natural de ondas, espalhando-se para todas as direções. Constituem parte da estratégia do *advocacy*, ferramenta que contribui para universalizar a compreensão sobre o desenvolvimento infantil, e através da qual cidadãos e organizações expõem suas demandas em defesa da criança, materializando "o direito à participação nos espaços institucionais e de tomada de decisão", nas palavras de Renato Godoy, do Instituto Alana.

Novas realidades demandaram novas ações, que foram conquistando seu próprio espaço, perpassando e fortalecendo todos os pilares do Programa. Para garantir a gestantes, crianças e suas famílias os direitos básicos a um desenvolvimento pleno, foram criados o **Cartão Mais Infância** e o programa Mais Nutrição. E, contribuindo para o amadurecimento cultural do indivíduo, tem-se o **Infância Cultura**, proposta inédita no País. Leis aprovadas no atual Governo darão perenidade a essas e outras políticas públicas que têm a criança como foco.

CARTÃO MAIS INFÂNCIA

Perpassando os três pilares, ressalte-se a presença do **Cartão Mais Infância**. Mais do que um programa de transferência de renda, o Cartão desempenha também o papel de um sistema de monitoramento no que se refere às políticas públicas voltadas às famílias mais dependentes.

A pesquisa do Instituto Abrinq divulgada em abril de 2018, com dados referentes ao ano de 2015, mostrou o quadro persistente da extrema pobreza no Ceará e corroborou o consenso local sobre a relevância do que já estava sendo executado a favor das crianças. A sensibilidade do gestor estadual e da Primeira-dama nortearam a administração a encontrar uma forma urgente de amparar essas famílias mais vulneráveis, com filhos entre zero e seis anos incompletos.



Deu-se assim a criação do **Cartão Mais Infância**, que, a exemplo do programa Bolsa Família, passou a auxiliar na renda desses cidadãos. A identificação das pessoas em situação de desamparo coube ao Instituto de Pesquisa do Ceará – IPECE. O recorte feito pelo IPECE trouxe o número de, aproximadamente, 51.000 famílias rurais e urbanas, nos 184 municípios do estado, identificadas a partir de três critérios: moradias com paredes em material inapropriado (taipa, palha, madeira aproveitada, no caso das famílias rurais), sem banheiro ou sanitário, e sem água canalizada em pelo menos um cômodo (moradias urbanas).

Inseridas no CadÚnico, essas famílias foram informadas sobre o atendimento que receberiam com o **Cartão Mais Infância**, sendo transferida a cada uma a quantia de R\$ 85,00 mensais, ao longo de dois anos consecutivos, com possibilidade de renovação por mais 1 ano. O Cartão permitiria ainda acesso preferencial aos programas financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza nas áreas de habitação, segurança alimentar, saúde, educação e inclusão produtiva, numa demonstração evidente de intersectorialidade.

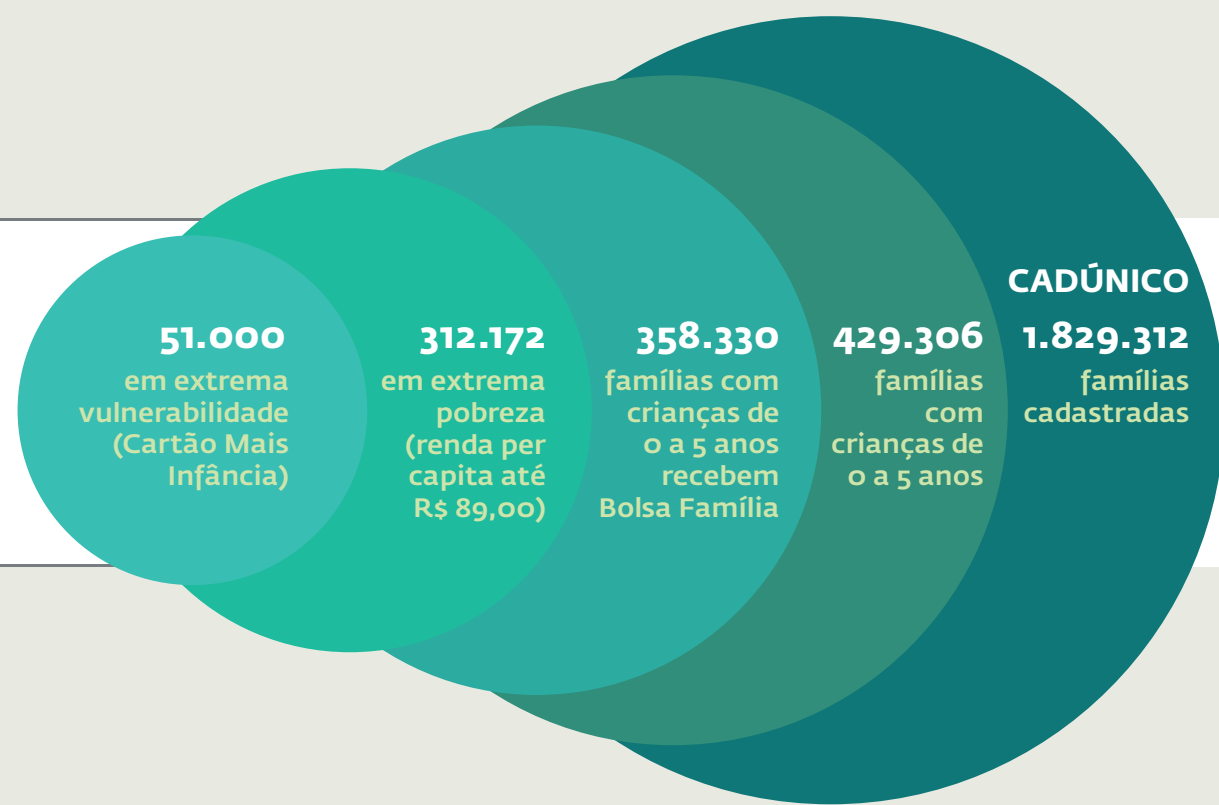
Foram também científicas de que havia uma necessária contrapartida, para integração delas ao sistema da rede estadual. Contando com a



orientação da Estratégia Saúde da Família, tendo à frente equipes da saúde e da assistência social, foi demandado das gestantes a realização de exames pré-natal; das lactantes, o acompanhamento de saúde; das crianças, a presença na creche ou na escola; dos pais, a manutenção em dia da carteira de vacinação e a participação em encontros comunitários com temáticas promotoras do desenvolvimento da parentalidade responsável, para o fortalecimento do vínculo.

O conjunto completo de apoio e chamamento à responsabilidade, em um esforço para evitar a dependência dessa renda, vem disponibilizando condições básicas para uma vida digna e mais oportunidades para as gerações em formação. Um trabalho de fôlego, que ganhará asas a partir de agora.

BENEFICIÁRIOS DO CARTÃO



MAIS NUTRIÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que, no Brasil, o desperdício de alimentos chegue a 26,3 milhões de toneladas, ou seja, quase 10% do que é produzido (dados de 2018). Não estão disponíveis valores exatos para o Ceará, mas, mantendo-se a mesma proporção, o estado pode estar apresentando os mesmos 10% de desperdício, o que é inaceitável em uma região com tantas ordens de carência.

Na Central de Abastecimento do Ceará – CEASA, calcula-se que o desperdício de alimentos chegue a 9 toneladas por dia. E não são alimentos impróprios para o consumo. São descartados, na maioria das vezes, simplesmente para dar lugar à chegada de produtos mais frescos, demandados pelos clientes.

O **Programa Mais Infância Ceará**, não poderia deixar passar a oportunidade de criar um banco de alimentos que aproveitasse esses produtos de ótima qualidade. Com seu poder de articulação, o Programa firmou parceria com a CEASA e seus permissionários, no sentido de receber alimento para industrialização imediata.

Está pronta a estrutura física da fábrica, ao lado da CEASA, em Maracanaú, equipada com máquinas e processadores nacionais e internacionais, com inauguração agendada para o primeiro semestre de 2019 e consultoria de uma empresa de Minas Gerais. Da mesma maneira que se dará quando em funcionamento, na fase experimental, o alimento é higienizado, processado, embalado e liberado para o consumo. Saem de lá polpa de frutas para sucos, frutas *in natura* e sopas desidratadas, com alto poder nutritivo e um rendimento excepcional: com 1 kg, de alimento é possível produzir 40 kg de sopa para instituições sem fins lucrativos que atendem crianças, gestantes e idosos.



Combatendo o desperdício e promovendo alimentação saudável desde a primeira infância, o **Mais Nutrição** contribui para dar a base indispensável ao desenvolvimento das crianças e adolescentes do Ceará



MAIS CULTURA

Toda criança tem o direito à arte e à cultura. O direito de ir ao teatro, museu, biblioteca, cinema, centro cultural, parques e praças. Cabe ao Estado garantir o acesso aos bens e serviços culturais, fomentar processos artísticos, promover a memória e o patrimônio cultural, compreendendo a importância do acesso à cultura e às artes como dimensões de fruição, criação e formação na ampliação de seus repertórios artísticos e culturais. O Ceará estabeleceu os instrumentos para essa política, sendo pioneiro no país na criação do **Plano Estadual de Cultura Infância**, sancionado por lei pelo Governo em 2017. O documento está

dividido em quatro eixos de atuação: **cidadania e diversidade cultural**

ral, que considera a importância de elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento cidadão e toda a diversidade cultural e étnica; **patrimônio cultural e memória**, que trata da importância do conhecimento do que é patrimônio, do que é memória e a relação com o que é história, na perspectiva da infância e de como isso é fundamental para os processos de aprendizagem da criança; o eixo **educação e cultura**, que faz a relação entre essas duas políticas e, por fim, o eixo vinculado às **linguagens artísticas**, em que projetos de música, dança, teatro, literatura, entre outros, são voltados para a infância, pensando não só a relação direta com a criança, mas também na relação afetiva, social e cultural entre pais e filhos, entre adultos e crianças, entre professores e alunos, entre agentes culturais e crianças.



O Plano é um instrumento legal, pioneiro e inovador no Brasil, e nasceu de uma proposição da sociedade civil com atuação de diversos grupos de artistas, educadores, pesquisadores, gestores e instituições. Ele traça a política em metas, trazendo a cultura como uma dimensão importante para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o Plano está inserido nas ações do **Programa Mais Infância**, que atua de forma intersetorial, dialogando com diferentes pastas e áreas do Governo. Entre as metas, está a garantia de que os municípios terão espaços públicos, como praças, parques e outros, dotados de infraestrutura voltada para o acolhimento de atividades de Cultura Infância. O Plano traz ainda como meta a criação do **Programa Estadual Cultura Viva para a Infância**, por meio de ações como a instituição de Pontos de Cultura Infância para a promoção de intervenções culturais, em suas distintas manifestações e linguagens. Entre outras metas, estão: assegurar a transmissão dos saberes e fazeres dos Mestres da Cultura às crianças; realizar mapeamento das expressões e manifestações relacionadas à cultura e infância em 100% dos municípios cearenses; criar um programa de formação permanente de Cultura Infância para artistas, gestores, comunicadores, agentes culturais, professores, educadores e interessados; e apoiar instituições e espaços culturais que desenvolvam atividades com e para crianças.

Merece registro o **Edital Toda Banda de Música é Uma Escola**, destinado à seleção de 60 municípios do Estado que queiram implantar ou modernizar sua banda de música. O Programa se propõe ser um canal de formação, difusão e fruição da música instrumental, numa ação articulada com as escolas públicas dos municípios selecionados. Essa ação faz parte da política de ampliação e requalificação da infraestrutura cultural no interior do estado e, ao mesmo tempo, atende a uma das principais demandas levantadas por regentes, instrumentistas, gestores públicos, professores e demais agentes e instituições que compõem a rede de bandas de música do Ceará.

Destacamos ainda o lançamento do **Edital Cultural Infância**, também inédito no país, lançado em 2016, que selecionou 25 projetos de todo o Ceará, com um investimento total de R\$ 1 milhão de reais. O Edital teve como objetivo valorizar, promover, financiar e apoiar os projetos desenvolvidos para a infância, para o direito à cultura para as crianças. Os projetos apoiados se enquadravam em três categorias: criação, produção e circulação; pesquisa e formação; patrimônio cultural e memória.

Com essas políticas e ações voltadas para Cultura e Infância, o Ceará reconhece as crianças como indivíduos autônomos, detentoras de direitos e garante o respeito às peculiaridades das diferentes identidades, territórios e fases da infância.

SÍNTESE

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS DE 2015 A 2018 E PLANEJADOS PARA OS PRÓXIMOS 4 ANOS

Os números são muitos e múltiplos. Surgem e ressurgem aqui, ali e mais adiante, pontilhando todo o texto, tentando traduzir, em termos quantitativos, o que só se mensura, de fato, pela abstração qualitativa. Por si só, números e percentuais são secundários aos benefícios trazidos pelo Programa Mais Infância Ceará.

Embora as quantidades não traduzam qualidade de vida, impacto pessoal, desenvolvimento concreto e real, o conhecimento delas é um bom caminho para o gestor consciente. É a base para que se pautem a visualização do bem-estar a ser

disponibilizado no dia a dia, materializado nos serviços públicos de um município ou uma cidade, chegando à comunidade, às famílias e às pessoas, cada uma delas igualmente digna de consideração e de um futuro com mais oportunidades para suas crianças.

No Ceará, o otimismo prevalece. Com o envolvimento de todos em causa tão significativa, será cumprido o que foi traçado pelo governo Camilo Santana. A criança continuará sendo o foco das políticas públicas, a primeira infância manterá o protagonismo, e as próximas gerações demonstrarão que o empenho administrativo, a participação institucional em todos os níveis, a conscientização social e o envolvimento familiar são as chaves para o futuro do Ceará.

AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO 2015-2018

TEMPO DE CRESCER

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
VISITAS DOMICILIARES	47.208 crianças e 8.128 gestantes receberam visitas domiciliares no Ceará até dezembro de 2018.	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN	<p>Até dezembro de 2018, foram realizadas visitas domiciliares em 48 municípios, atendendo 4.120 famílias, sendo 4.232 crianças acompanhadas por 49 supervisores e 392 agentes do desenvolvimento infantil. Foram realizadas 47.365 visitas domiciliares e 4.603 encontros coletivos. Foram capacitados 767 profissionais, entre ADI, supervisores, técnicos das Secretarias de Educação, Crede e Seduc.</p> <p>Para 2019, está prevista a expansão do PADIN para mais 15 municípios, somando um total de 63 municípios e atingindo 5.120 crianças.</p>	<p>Programa criado para dar às famílias sem acesso aos Centros de Educação Infantil (CEIs) as condições de participar ativamente no desenvolvimento de suas crianças, fortalecendo os vínculos familiares e os cuidados na educação da criança de zero a três anos. Tem por objetivo visitas domiciliares e a integralidade das políticas públicas para famílias com crianças de zero a 3 anos do Bolsa Família, gestantes e crianças de zero a 6 anos que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada).</p>

<p>Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz</p>	<p>Até dezembro de 2018, o Programa acompanhou 42.400 beneficiados, dos quais 34.272 crianças (764 delas BPC) e 8.128 gestantes, totalizando 40.856 famílias. Foram realizadas 998.217 visitas domiciliares, e contratados 1.813 profissionais (1.522 visitantes e 291 supervisores).</p>	<p>Em 2018, o Ceará ganhou prêmio por melhor execução do programa, maior número de municípios proporcionalmente, por ter superado a meta, que era de 30 mil, e chegar a quase 40 mil. Foi o estado que atendeu o maior número de crianças.</p>
<p>Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental – PforR</p>	<p>5.014 famílias e 8.704 crianças atendidas pelo projeto com a participação de 760 profissionais capacitados para o acompanhamento familiar. Em média, foram realizadas 15.042 visitas.</p>	<p>Tem por objetivo contribuir para implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para crianças de até seis anos, por meio da formação de técnicos e orientadores sociais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.</p>
<p>Núcleos de Estimulação Precoce</p>	<p>19 entregues e 131 profissionais capacitados, além de 898 crianças em atendimento.</p>	<p>Espaços para atendimento aos bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, além de crianças com atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.</p>
<p>Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde</p>	<p>A meta é capacitar cerca de 15 mil profissionais. Mais 10 mil já foram capacitados (até dezembro de 2018 foram capacitados 7.756 em 116 municípios). Em Fortaleza, foi realizada CERES II e VI. A previsão é terminar em junho de 2019.</p>	<p>Formação em Desenvolvimento Infantil.</p>

<p>Prevenção em Família</p>	<p>Formações de profissionais da Saúde, Educação e Assistência dos 50 municípios selecionados para orientar famílias de crianças de 0 a 6 anos com ênfase no fortalecimento de vínculos para prevenção ao uso de álcool e outras drogas.</p>	<p>Projeto criado para atuar com as famílias como uma ferramenta de cuidado e prevenção ao uso de álcool e outras drogas.</p>
<p>Sementes do Amanhã</p>	<p>Formação de 150 profissionais da Saúde para atenção qualificada às mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade quanto ao uso de álcool e outras drogas em 75 municípios.</p>	<p>Tem como objetivo capacitar os profissionais da Saúde para atuarem de forma humanizada e com práticas transformadoras na perspectiva de reduzir riscos e promover a saúde da gestante e do bebê.</p>
<p>I Seminário Internacional Mais Infância Ceará: Criança é Prioridade</p>	<p>Realizado de 30 a 31 de março de 2017, no Centro de Eventos do Ceará.</p>	<p>O Seminário teve por objetivo sensibilizar os novos gestores municipais para a causa da Primeira Infância.</p>
<p>Documentário O Começo da Vida</p>	<p>7 mil DVDs entregues a todas as escolas públicas (municipais, estaduais e federais) do Estado.</p>	<p>Em uma volta nos quatro cantos do mundo, o documentário analisa de modo aprofundado e apaixonado os primeiros mil dias de vida, tempo para o desenvolvimento saudável da criança, da infância à vida adulta.</p>

TEMPO DE BRINCAR

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Brinquedopraças	69 entregues e 71 em execução e em licitação. Meta: 140 brinquedopraças nos próximos anos.	Revitalização de praças já existentes, por meio da instalação de kits de brinquedos adequados a cada etapa do desenvolvimento infantil, buscando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral das crianças em suas capacidades emocionais, motoras e cognitivas.
Praças Mais Infância	5 entregues e 27 em execução e em licitação. O total é de 32 Praças Mais Infância .	Espaços compostos por <i>playgrounds</i> , quadras poliesportivas, áreas de convivência, bicicletário, dentre outros, nos quais poderão ser realizadas atividades artísticas, culturais, educacionais e de lazer, ampliando as dimensões coletivas favoráveis ao crescimento saudável.
Arte na Praça	Foram 131 edições realizadas em 88 municípios .	Ações que acontecem mensalmente na capital e em municípios do interior do Estado, visando transformar as praças em ambientes propícios para o desenvolvimento infantil, possibilitando o acesso às atividades de cultura e lazer, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e as relações intergeracionais.
Espaço Mais Infância	Aproximadamente, 125 mil crianças atendidas pelo projeto e 21 mil pais visitantes e participantes da escola de pais.	Espaço composto de brinquedoteca, biblioteca infantil, sala de multimídia, cozinha <i>gourmet</i> e cineminha. É um espaço para as crianças crescerem, brincarem e aprenderem, conforme os eixos do Programa Mais Infância Ceará. No local, são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde e educação, além de palestras para pais, profissionais e cuidadores.

Projeto Praia Acessível

Praia Acessível realizou mais de **5 mil atendimentos** nas duas estações do projeto, Fortaleza e Caucaia. Na Capital, foram realizados cerca de **4.946 atendimentos** desde abril de 2016, quando foi inaugurado, até janeiro de 2019.

A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Hotel Sonata. Já em Caucaia, foram atendidas mais de **269 pessoas**, de junho a dezembro de 2018, através da parceria com a Prefeitura do Município e do Cumbuco Beach.

Promove a acessibilidade de crianças, adultos e idosos com deficiência e mobilidade reduzida à praia. O local reservado para o acesso conta com piscina, frescobol e quadra de vôlei adaptados, além de esteiras e cadeiras anfíbias. O espaço também conta com vagas apropriadas para estacionamento e banheiro acessível.

Lançamento do primeiro Edital Cultura Infância, fruto do Plano Cultura Infância

O edital, lançado em 2016, selecionou **25 projetos** de todo o Ceará com um investimento total de R\$ 1 milhão. Foi destinado especificamente ao apoio a projetos culturais voltados para a infância.

Ação pioneira no país com o objetivo de garantir o direito da criança à cultura, à arte para sua fruição, formação e ampliação dos seus repertórios artísticos e culturais.

Série “Tempo de Brincar”: produção de cinco documentários que falam das formas de brincar das crianças do Ceará

O material foi exibido pela TV Ceará e disponibilizado no site do Governo

A parceria é com a TVC, Instituto Dragão do Mar e o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os filmes foram inspirados nos cinco direitos fundamentais do brincar: brincar com todos, brincar o tempo todo, brincar com tudo, brincar em todo lugar e brincar criando.

TEMPO DE APRENDER

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Centros de Educação Infantil (CEIs)	O Ceará conta com 39 já inaugurados e em funcionamento.	Tem por objetivo ampliar a oferta de creches e estabelecimentos de pré-escola para a promoção do desenvolvimento integral das crianças cearenses nos municípios.

AÇÕES INICIADAS PARA O PERÍODO 2019-2022

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Aprovação da Lei do Programa Mais Infância Ceará	A Lei autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Mais Infância Ceará com o objetivo de promover e desenvolver ações intersetoriais para promoção do desenvolvimento infantil nos 184 municípios do Ceará .	O Programa Mais Infância Ceará tem a visão de desenvolver a criança para desenvolver a sociedade, com a missão de gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.
II Seminário Internacional Mais Infância Ceará	Sensibilizar atores governamentais e da sociedade civil sobre a importância do trabalho em prol da criança para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.	O Seminário constitui uma estratégia de <i>advocacy</i> com a intenção de sensibilizar, comunicar e conquistar atores em prol do desenvolvimento da infância cearense.
Lançamento do Livro Mais Infância Ceará	Detalhar, com embasamento científico, a importância do investimento na infância e apresentar as ações realizadas através do Programa Mais Infância Ceará com o objetivo de inspirar ações que possam fazer a diferença na vida das crianças.	Livro com o detalhamento das ações realizadas em âmbito estadual através do Programa Mais Infância Ceará e a projeção de novas ações.
Cartão Mais Infância	Transferência de renda no valor de R\$ 85,00 para famílias em vulnerabilidade social, com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses , dos 184 municípios cearenses. Essas famílias serão público prioritário das políticas de Saúde, Educação e Assistência.	A SPS fez um levantamento de, aproximadamente, 51 mil famílias que serão beneficiadas pelo Cartão Mais Infância, totalizando um valor aproximado de R\$ 63 milhões. Em fevereiro de 2019, 39.774 famílias já foram contempladas com o cartão.

BANDAS MUSICAIS E INSTRUMENTOS PARA MUNICÍPIOS CEARENSES

Edital Toda Banda de Música é Uma Escola (Secult)

Edital destinado a **60 municípios do Estado** que queiram implantar ou **modernizar suas bandas** de música. Serão cedidos para cada um dos selecionados um kit com **37 instrumentos musicais**. No total, serão **2.220 instrumentos** repassados às bandas municipais, já no início de 2019. O edital foi lançado e o resultado com os **60 municípios** selecionados saiu em outubro. Está acontecendo o repasse do dinheiro para os municípios.

O **Programa Toda Banda de Música é uma Escola** se propõe ser um canal de formação, difusão e fruição da música instrumental, numa ação articulada com as escolas públicas dos municípios selecionados. O programa visa apoiar, promover e fortalecer a Rede Estadual de Bandas de Música do Ceará.

Programa de Formação Musical (SPS)

Destinado a **33 municípios** do Estado que queiram implantar ou modernizar sua banda de música. Cada município, dependendo da necessidade, **investe em capacitação de maestros**, na **formação de bandas** e na **compra de instrumentos**, como violão, flautas, entre outros. O processo de licitação iniciará em 2019.

O projeto de educação musical será realizado através do Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares III), com um investimento de, aproximadamente, **R\$ 5.500.000,00**. Cada município vai investir **R\$ 165.836,00** para aplicar na capacitação de maestros, na formação de bandas e na compra de instrumentos. O investimento é de 80% através do Governo do Estado, sendo 70% através de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 10% do Tesouro, além de 20% de contrapartida do município.

Mais Nutrição

Implantação de um Banco de Alimentos e uma Fábrica de Sopa na sede da CEASA / Maracanaú – Fortaleza, para coletar, selecionar, recondicionar alimentos em condição de consumo, produzir sopa desidratada e, ainda, controlar sua distribuição junto a entidades da rede socioassistencial, cadastrada pelo banco de alimentos. Capacitação de profissionais manipuladores, permissionários da Ceasa, profissionais e pessoas assistidas pelas entidades, visando a melhor qualificação na oferta dos serviços oferecidos e melhoria dos hábitos alimentares.

Contribuir para a Redução da Insegurança Alimentar e Nutricional das pessoas atendidas em entidades da rede socioassistencial de Fortaleza, Maracanaú e adjacências, por meio do aproveitamento e repasse de alimentos excedentes e que se encontram em perfeitas condições de consumo.

Nas próximas páginas, uma sequência de textos técnicos, elaborados por especialistas em desenvolvimento infantil, expõe avaliações teóricas e experimentos fundamentais para quem busca informações detalhadas sobre o impacto de Programas e Projetos de intervenção junto à infância.

O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS

O **Programa Mais Infância Ceará** contou com a colaboração teórica de professores e pesquisadores de alto nível, discutindo os projetos a serem desenvolvidos, debatendo alternativas possíveis e buscando solução para as questões mais prementes no lidar com a criança. São profissionais respeitados, que discorrem sobre temas significativos, conferindo respaldo acadêmico aos eixos do **Programa Mais Infância Ceará**, confirmando a valiosa contribuição da Universidade na aplicação dos princípios definidos.

A presente publicação não estaria completa sem que se fosse reservado um espaço destacado para a palavra deles nas áreas referenciadas, quais sejam: Crescer, Brincar e Aprender. São apresentadas as contribuições de alguns desses especialistas, relacionadas, especificamente, a questões da Primeira Infância. Compete a eles levar ao leitor a visão própria sobre a temática apresentada, induzindo à possibilidade de uma reflexão do que representa cada um dos pilares constituintes do **Programa Mais Infância Ceará**.

Não se trata aqui, naturalmente, do estabelecimento de posições vinculadas ao Governo do Estado, mas sim da interpretação prática e teórica de pontos e aspectos que dizem respeito aos temas, discutidos à luz da Ciência e construídos a partir da vivência e da experiência desses especialistas que assinam os artigos.

TEMPO DE CRESCER: ATENÇÃO INTEGRAL DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

ÁLVARO J. MADEIRO LEITE

Professor Titular de Pediatria da Universidade Federal do Ceará – UFC; Coordenador das Disciplinas de Humanidades Médicas e Habilidades de Comunicação com Pacientes e Famílias – UFC; Coordenador Técnico-Científico do Instituto da Primeira Infância-IPREDE.

Introdução

Estamos sempre às voltas com o destino humano! Mais uma vez, a comunidade científica e as sociedades em geral estão interessadas em desvendar como se desenvolve e como se constitui o ser humano. Conhecemos bem os fundamentos biológicos da fecundação ao nascimento, mas apenas recentemente as pesquisas trouxeram informações importantes acerca das relações entre as capacidades desenvolvidas na primeira infância e as denominadas “habilidades essenciais da vida adulta”.

Sabemos também que o desenvolvimento de cada criança ocorre no contexto de complexas interações entre a bagagem genética herdada dos pais – dimensão biológica –, **a cultura em suas dimensões sociais, familiares e ancestralidade, bem como o acervo de experiências oriundas das interações com seus pais e cuidadores de referência. Para a psicanálise, também persiste um certo mistério a ideia do nascimento da vida psíquica do ser humano.** Quando e como

um bebê começa a pensar, a vincular-se com o outro, a entrar na vida de relação?

Ao nascer, as crianças apresentam dependência absoluta de cuidados. Precisam, portanto, ter suas necessidades essenciais atendidas por seus cuidadores de referência, para que tenham mais chances de alcançar um desenvolvimento integrado. Para a neurociência e as ciências comportamentais, isso significa desenvolver a arquitetura do cérebro, principal órgão do corpo humano, responsável por um conjunto de funções que regulam os pensamentos, as emoções e os comportamentos do ser humano, as denominadas funções executivas e de autorregulação, que serão detalhadas a seguir.

Tais funções não estão inscritas nos genes, não nascem com as crianças; elas precisam ser, e efetivamente são desenvolvidas durante a primeira infância, adolescência e nos primórdios da idade adulta; elas são essenciais para a convivência e o desempenho escolar, para a capacitação e adaptação ao trabalho, como também para evitar muitos problemas de saúde individual com impactos na saúde pública. Para a psicanálise, trata-se do nascimento psíquico do ser humano, numa dimensão que requer determinados tipos de cuidados que espelham interações intersubjetivas estruturantes.

Outra consequência direta desse campo de pesquisas foi expandir a compreensão dos nexos existentes entre a infância e o desenvolvimento humano ao longo da vida; sobre a importância de

formar uma base sólida desde os primeiros meses de vida, fato que exerce efeitos duradouros na constituição do ser humano e tem impacto positivo sobre o **desenvolvimento da sociedade**. Isso equivale também a perceber o impacto negativo para a criança e para a sociedade quando as necessidades essenciais das crianças não são atendidas e elas crescem em ambientes marcados por experiências adversas ou em lares com pais **imprevisíveis** nos cuidados que elas necessitam para crescer, aprender e se desenvolver.

Por necessidades essenciais, utilizamos aqui as conceituações desenvolvidas há cerca de 20 anos por T. Berry Brazelton e Stanley I. Greenspan, pediatra e psiquiatra infantil, respectivamente. Esses autores, preocupados com as necessidades não satisfeitas das crianças americanas, desenvolveram conceitos e intervenções práticas para ajudar as famílias a enfrentar as modificações na cultura, na sociedade e nos papéis parentais frente à instabilidade do mundo contemporâneo. As necessidades são:

- **Relacionamentos afetivos;**
- **Proteção física, segurança e regras;**
- **Experiências que respeitem as diferenças individuais;**
- **Experiências adequadas de desenvolvimento;**
- **Estabelecimento de limites, organização e expectativas;**
- **Comunidades estáveis, amparadoras e de continuidade cultural.**

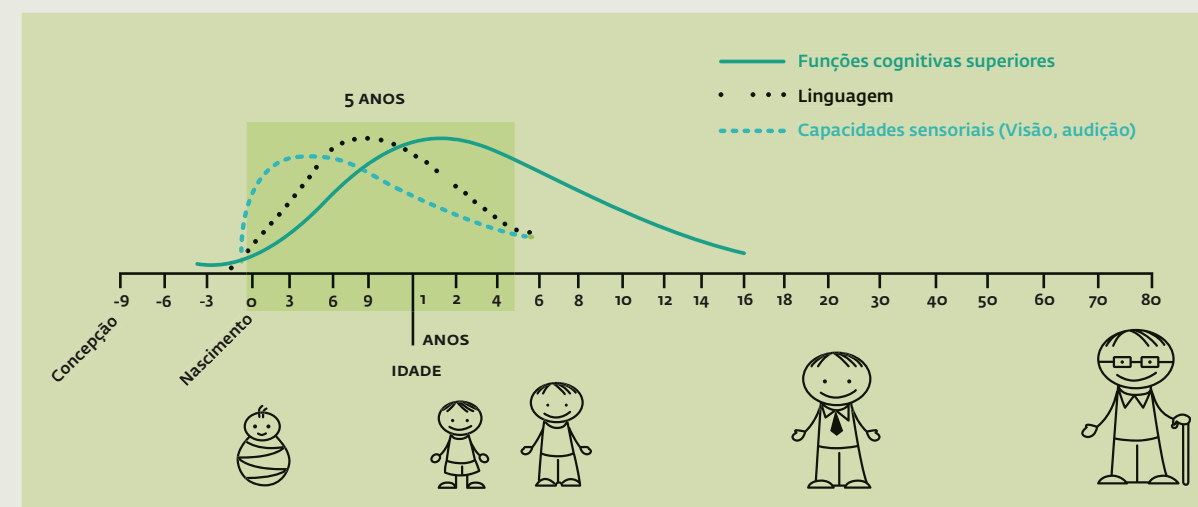
Vem desse acúmulo de experiências a ênfase nos primeiros anos de vida, que são, ao mesmo tempo, o período mais crítico e o mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança; essa etapa é constitutiva da vida humana e não apenas um rito de passagem. As pesquisas revelam que é nessa fase da vida que se encontram os ingredientes e as oportunidades mais valiosas para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do ser humano. Ainda que esses ingredientes pos-

sam ser adquiridos em outras fases da vida, o custo e as chances de sucesso diminuem a cada ano.

Na Figura 1, pode-se ver que a criança já nasce com seu sistema sensorial funcionando e se desenvolverá muito rapidamente na medida que, com, a chegada do primeiro ano de vida, tenha início a linguagem verbal, aquisição intimamente associada ao desenvolvimento do pensamento e da regulação do comportamento.

Figura 1
Desenvolvimento cerebral humano

FORMAÇÃO DE NOVAS SINAPSES



FONTE Modificado de Charles A. Nelson, *From Neurons to Neighborhoods*, 2000

Pode-se ilustrar aqui uma das diferenças que começam precocemente entre crianças oriundas de famílias de renda alta, renda média e renda baixa. Os pesquisadores descobriram que mais de 86% das palavras utilizadas pelas crianças aos 3 anos

de idade eram iguais às aquelas ouvidas de seus pais ou cuidadores; crianças que viviam em lares de baixa renda e/ou baixo nível educacional ouviam uma média de 616 palavras por hora. E as que viviam com famílias de classes sociais mais abasta-

das e/ou melhor nível educacional ouviam, pelo menos, o dobro de palavras por hora (de 1250 a 2150 palavras por hora, aproximadamente).

Concluíram que, ao longo dos primeiros quatro anos de idade, as crianças pobres ouvem 30 milhões de palavras a menos que as crianças de famílias com melhores recursos. A repercussão desvantajosa é enorme! Todos nós pensamos por meio de palavras; qualquer pensamento humano é formulado em palavras. Assim, quanto melhor for o nosso vocabulário, mais complexo e articulado com outros referenciais será o nosso pensamento.

Já foi identificada uma relação de defasagem relacionada com o número de palavras ouvidas na infância e o desempenho escolar do ensino médio, o que nos leva a pensar que diferenças no desenvolvimento infantil podem surgir precocemente na vida. Essas diferenças no crescimento do vocabulário já foram identificadas a partir de 18 meses entre as crianças de diferentes estratos sociais; essas mesmas diferenças crescem com as crianças em direção à idade escolar e tendem a aumentar se nenhuma intervenção vier a ocorrer.

Entre os 3 e 5 anos de idade, o desenvolvimento das denominadas “funções executivas e de autorregulação” inicia uma nova fase da vida da criança com repercussão direta nas “habilidades essenciais da vida adulta”. Essas funções representam um conjunto de habilidades essenciais para gerenciar a vida, o trabalho e os relacionamentos. São recursos básicos e fundamentais para apoiar

nossa **capacidade de se concentrar, planejar e atingir objetivos, adaptar-se às situações em mudança e resistir a comportamentos impulsivos**. Ninguém nasce com essas habilidades. Elas são desenvolvidas ao longo do tempo através de nossas experiências de interação com os outros e com o ambiente que, por sua vez, se transmitem para as próximas gerações.

Funções executivas constituem um conjunto de habilidades fundamentais para o controle consciente e deliberado sobre pensamentos, emoções e comportamentos humanos. Essas funções possibilitam ao indivíduo gerenciar diferentes aspectos da vida com autonomia, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade. O cérebro necessita das duas primeiras décadas de vida para alcançar um patamar de desenvolvimento dessas funções que caracterizam a pessoa adulta.

É possível considerar três dimensões das funções executivas que, apesar de distintas, são interligadas. São elas: a memória de trabalho, o controle inibitório (autocontrole) e a flexibilidade mental e cognitiva.

Memória de trabalho: essa habilidade permite armazenar, relacionar e pensar informações no curto prazo. Ela é necessária para realizar tarefas cognitivas, tais como estabelecer uma relação entre dois assuntos, fazer cálculos apenas com a mente e estabelecer uma ordem de prioridade entre várias tarefas; também ajuda as crianças nas interações sociais, como planejar e atuar em uma cena, revezar em atividades de grupo ou

juntar-se a um jogo depois de curta interrupção para se dedicar a alguma outra atividade.

Controle inibitório: é a habilidade que usamos para controlar e filtrar nossos pensamentos; ter o domínio sobre a atenção e o comportamento; controlar os impulsos para resistir às tentações e poder fazer aquilo que é certo; parar e pensar antes de agir. Possibilita, ainda, uma atenção seletiva, focada e mantida. Essa capacidade impede-nos de agir como criaturas completamente impulsivas, que fazem qualquer coisa que venha à cabeça, ajuda as crianças a prestar atenção, agir menos impulsivamente e a manter a concentração numa tarefa.

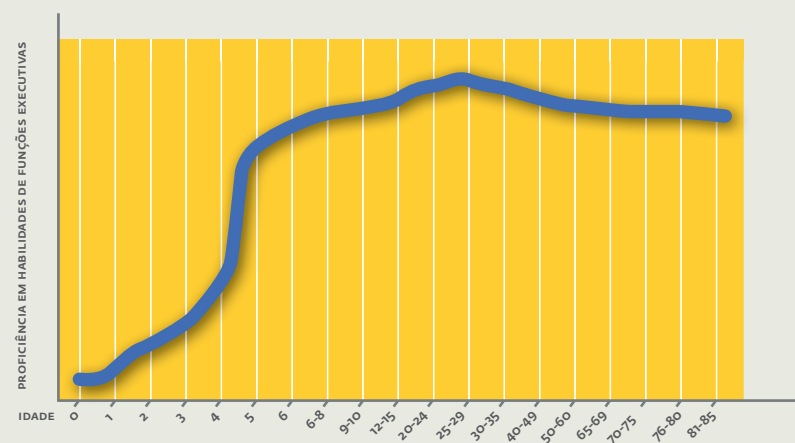
Flexibilidade mental e cognitiva: é a capacidade de usar o pensamento criativo e de fazer ajustes flexíveis para se adaptar às mudanças; permite mudar de perspectiva no momento de

pensar e agir, e considerar diferentes ângulos na tomada de decisão. É o que nos permite aplicar regras diferentes em diferentes contextos. Essa habilidade auxilia as crianças a utilizar sua imaginação e criatividade para resolver problemas, bem como perceber um erro e poder corrigi-lo.

As habilidades associadas às funções executivas são extremamente importantes para o desenvolvimento, tal como exemplificado pelo fato de que as diferenças iniciais nas funções executivas prognosticam, ao longo do tempo, resultados significativos no desenvolvimento, incluindo o desempenho escolar, os comportamentos relativos à saúde e o ajustamento social.

O desenvolvimento do potencial máximo das funções executivas é um processo que exige tempo e isso se explica, em parte, pela lentidão do amadurecimento do córtex pré-frontal (Figura 2).

Figura 2
Habilidades de funções constituídas ao longo da infância e da adolescência



FONTE
Weintraub et al.

Considera-se que um nível mais elevado de funcionamento executivo está vinculado a diversos aspectos positivos, tais como *competência nos domínios social, emocional e escolar, o êxito nos primeiros anos de escolaridade*, mais do que a inteligência, e a aprendizagem precoce de leitura e aritmética. As habilidades das funções executivas permitem que as crianças lidem melhor com seu ambiente em constante mudança, o que pode ser especialmente importante para aquelas em desenvolvimento em *ambientes de alto risco*. A eficiência das funções executivas prediz a saúde, a prosperidade econômica e um baixo número de atos criminosos posteriormente na vida.

Janelas de oportunidades: a importância do momento oportuno

Em determinados períodos da vida, o cérebro é especialmente receptivo às experiências novas e está capacitado para aproveitá-las. Se estes períodos de sensibilidade passam sem que o cérebro receba os estímulos para os quais ele está preparado, pode ocorrer uma diminuição significativa das oportunidades específicas de aprendizagem (Figura 3).

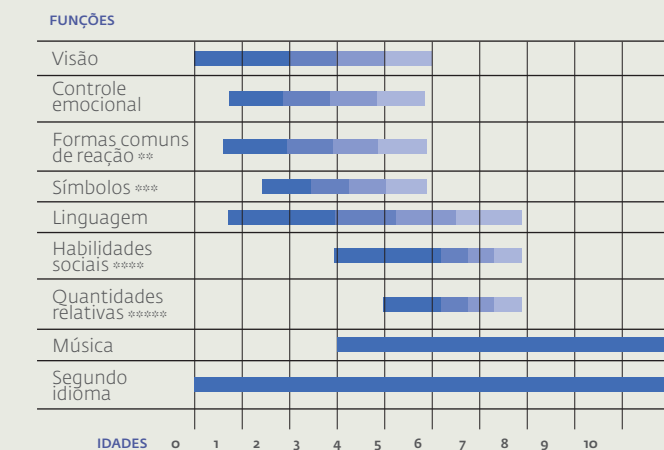
Sabemos que o cérebro humano é maleável, que sua capacidade de reorganização dura ao longo da vida e pode ser aprimorada por meio de intervenções. No entanto, existe um amplo consenso

de que, durante a primeira infância, o cérebro é formado a uma velocidade que nunca se repetirá.

A maleabilidade do cérebro também pressupõe que, em certos momentos, as experiências negativas ou a falta de estímulos apropriados podem ocasionar sérios efeitos deletérios. Quando a criança não é o objeto do cuidado que necessita durante os períodos decisivos de desenvolvimento, ou quando está imersa em situações adversas, tais como fome, abuso ou abandono, é possível que o desenvolvimento do cérebro seja afetado. Muitas crianças que vivem em situações

Figura 3
Tempo de Aprender

PERÍODOS DECISIVOS* PARA O DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO



* O período decisivo não significa que a criança deixará de aprender essas habilidades depois dessa idade. Apenas indica, segundo estudos, quando o cérebro da criança está mais propício a desenvolver determinadas habilidades.

** Capacidade de responder de forma positiva a novas experiências.

*** A criança entende, por exemplo, que o número 3 representa um grupo de três objetos.

**** Capacidade de se relacionar positivamente com colegas da mesma idade.

***** A criança entende, por exemplo, que 5 é maior que 4, que é maior que 3, e assim por diante.

FONTE

Banco Mundial, Margareth McCain e J. Fraser Mustard ("Reversing the Real Brain Drain: Early Years Study"), Gillian Doherty ("Zero to Six: The Basis for School Readiness") e Sharon Begley (artigo "Your Child's Brain", publicado na revista "Newsweek")

de emergência sofrem traumas graves e tensões extremas que, se não podem ser resolvidas, enfraquecem o potencial de desenvolvimento delas.

Por exemplo, a pobreza na infância tem potencial para prejudicar o desenvolvimento das crianças, em parte, porque as expõe a ambientes estressantes. Crianças de baixa renda enfrentam uma série desconcertante de demandas psicossociais e físicas que colocam muita pressão sobre suas capacidades adaptativas e parecem ser lesivas para o cérebro em desenvolvimento.

Situações como as descritas acima frequentemente deixam as famílias sem ter à sua disposição todos os recursos (pessoais, sociais e econômicos) necessários a uma adequada adaptação da situação diante da maternidade e de tudo que esta condição implica. Assim, mulheres em condição de pobreza e com nível baixo de escolaridade vivem em condições de estresse crônico e têm uma rede social limitada de apoio. Além disso, algumas delas têm histórias de maus-tratos, tendendo a sofrer de depressão e a manifestar mais sintomas de distúrbios de conduta, o que representa fator de risco para maus-tratos.

Muitas vezes, vulnerabilidade e pobreza se associam com experiências de fome e miséria, tornando a vida familiar um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade, com altos graus de estresse. Nessas condições, muitas famílias têm dificuldade de oferecer aos filhos experiências e apoio

para que os mesmos alcancem seus potenciais de desenvolvimento. Cada vez mais se reconhece a influência da qualidade dessas experiências no desenvolvimento integral das crianças. Esse problema assume maiores proporções quando consideramos que tal situação ocorre nos primeiros anos e seus efeitos deletérios tendem a persistir com influências negativas por toda a vida.

O desenvolvimento da inteligência, das emoções, da capacidade de perceber os outros e de convivência empática são fortemente estruturados nesses anos iniciais. As condições estressantes a que muitas famílias estão submetidas – pobreza extrema, violência doméstica, problemas de saúde mental dos pais, dificuldade de acesso a serviços sociais e de saúde de qualidade – fazem com que muitas das estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias dificultem o atendimento às necessidades essenciais dos filhos. No dizer da especialista em primeira infância do Banco Mundial, pediatra Mary Eming Young:

A POBREZA REDUZ OS RECURSOS ESPIRITUAIS DAS PESSOAS, SUA PAZ DE ESPÍRITO, SUA DIGNIDADE E SUA LIBERDADE PARA VIVER DE MANEIRA PLENA. E, INFELIZMENTE, A POBREZA É COMO UM GENE RUIM – É HERDADA. (YOUNG, org., 2010)

Os adultos que enfrentam a pobreza diária têm menos tempo, dinheiro e recursos emocionais e cognitivos para atender às necessidades dos fi-

lhos. A pobreza é um fator mediador que coloca em risco a oportunidade das crianças de alcançar seu potencial de desenvolvimento. E há muitos milhões de crianças no mundo e em nosso país sob risco! A pobreza de renda limita a capacidade da família de atender necessidades como alimentação, saúde ou boa nutrição. A pobreza de tempo reduz a frequência e a qualidade das oportunidades de brincadeiras e interação entre adultos e crianças, essenciais para a aprendizagem na primeira infância. E essas oportunidades de interação são fundamentais para moldar a arquitetura do cérebro humano.

Além disso, a economia comportamental demonstrou um desafio adicional enfrentado pelos pais e mães pobres. Resolver os problemas diários de subsistência de uma pessoa que vive na pobreza não é tarefa fácil. Nesse processo, os pobres esgotam muitos dos escassos recursos cognitivos com os quais contam. Isso significa que eles têm menos recursos cognitivos que permitam tomar as melhores decisões em outras áreas, como o bem-estar de seus filhos. Infelizmente, isso também estabelece outra coisa: **que os pais de baixa renda têm uma chance maior de fazer coisas que não deveriam ser feitas.** Sabemos que os resultados das crianças nascidas em lares pobres são, em média, piores.

No livro *Escassez* (Mullainathan & Shafir, 2017), demonstra-se que as pessoas que vivem na pobreza, tendo que ocupar grande parte de seus recursos psíquicos na solução dos problemas de

sobrevivência associados às suas necessidades concretas de sobrevivência, terminam por dispor de menos recursos para usar em outras tarefas, por exemplo, tomar decisões sobre criar seus filhos. O desafio de criar filhos requer bons recursos psíquicos. É o próprio UNICEF que reitera:

“ter um filho é um dos acontecimentos mais importantes de nossa vida, e pais que, por variadas motivações, não conseguem realizar a contento tais funções, sentem-se absolutamente frustrados.”

No que diz respeito aos programas e serviços de desenvolvimento infantil, as reflexões da economia comportamental também nos levam a pensar em como os currículos e modelos pedagógicos utilizados para trabalhar com os pais podem fazer o melhor uso dos recursos psíquicos escassos com que eles contam. Ou seja, não se trata apenas de transmitir conhecimento e informação, entregar material e folhetos, demonstrar jogos, ler histórias e ensinar músicas.

É igualmente importante **pensar cuidadosamente sobre como essas atividades são realizadas com as famílias e, em particular, considerar quais recursos (psíquicos e outros: tempo, dinheiro, deslocamento, trabalho etc.) exigem esses programas das famílias às quais são direcionados.** No dizer do Prof. Shonkoff: é necessário “construir as competências dos adultos para melhorar o desempenho das crianças”, pois “a família é o lugar natural de desenvolvimento das crianças” (UNICEF, 2017).

Chegamos assim ao patamar de estudos desses últimos 30 anos, em especial, com famílias e crianças vivendo em situações de vulnerabilidade e adversidades precoces: como apoiar e fortalecer a sensibilidade e os comportamentos dos pais para que eles consigam corresponder às necessidades essenciais de seus filhos, atendimento sem o qual eles não poderiam adequadamente crescer, se desenvolver e aprender?

Experiências adversas na infância

Informações oriundas de pesquisas sobre a biologia do estresse durante a primeira infância revelam como grandes adversidades, tais como extrema pobreza, abuso ou negligência, podem debilitar a arquitetura do cérebro em desenvolvimento e colocar o sistema de resposta ao estresse em permanente alerta. Como contraponto, as pesquisas também mostram que proporcionar relações estáveis, responsivas e enriquecedoras durante os primeiros anos de vida pode impedir ou mesmo reverter os efeitos prejudiciais do estresse precoce, com benefícios duradouros sobre a aprendizagem, o comportamento e a saúde.

Aprender a lidar com a adversidade é uma parte importante do desenvolvimento saudável da criança. Quando somos ameaçados, nossos corpos nos preparam para reagir aumentando o ritmo cardíaco, a pressão arterial, a reatividade inflamatória e os níveis glicêmicos. Essas mudanças são provocadas pela rápida circulação de hor-

mônios do estresse, como adrenalina e cortisol. Essa resposta de “lutar ou fugir” salva a vida diante de uma ameaça aguda, mas sua ativação contínua pode ter um efeito desgastante sobre uma série de funções biológicas importantes.

À medida que crescem, as crianças enfrentam, inevitavelmente, muitos desafios previsíveis – por exemplo, o primeiro dia na escola – e imprevisíveis – por exemplo, a perda de um ente querido. Esses desafios dão à criança a oportunidade de aprender como gerenciar o estresse com eficácia, e como regular as emoções e desenvolver recursos sociais, comportamentais e cognitivos de adaptação, necessários para superar esses obstáculos. Esse processo é facilitado pela presença de cuidadores sensíveis e responsivos.

Quando os sistemas de resposta ao estresse de uma criança pequena são ativados dentro de um ambiente de relacionamentos afetivos e protetores, esses efeitos fisiológicos podem ser bloqueados pela presença do adulto ou restaurados rapidamente para o nível normal. O resultado é o desenvolvimento de um sistema de resposta ao estresse que funciona bem. No entanto, se a resposta ao estresse for excessiva e de longa duração, e a criança não receber a proteção de um adulto afetivo, o resultado pode ser um sistema configurado para aprender a sentir medo rapidamente, alterar para o modo defensivo com pouca provocação (agir agora, pensar depois), reagir fortemente mesmo quando não for necessário, ou até desligar completamente em função do

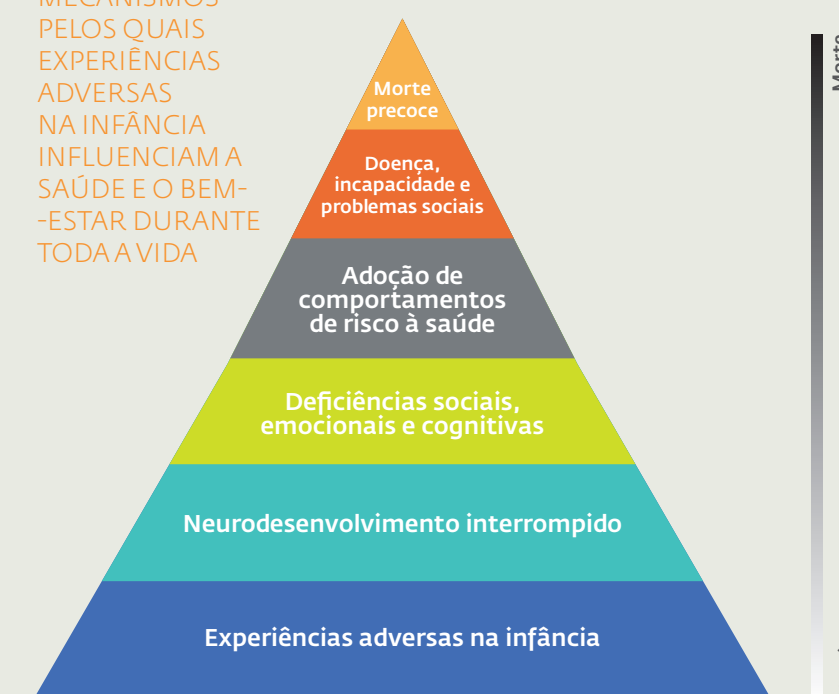
desgaste constante. Isso pode ter repercussões negativas ao longo da vida, exigindo soluções intensivas e dispendiosas no futuro.

Um número crescente de estudos tem associado essas condições de estresse no início da vida ao precário desenvolvimento cognitivo-emocional e social em idades posteriores, inclusive alcançando a idade adulta. **Pesquisas sugerem que eventos estressores graves e precoces – por exemplo, maus-tratos, negligência – podem resultar em alterações importantes da arquitetura cerebral, tais como: redução do volume cerebral, desregulação do sistema neuroendócrino de resposta ao estresse e disfunção límbica, envolvendo regiões como o hipocampo, o córtex pré-frontal medial e a amígdala. Os períodos sensíveis e as etapas de maior plasticidade do cérebro são particularmente vulneráveis aos efeitos de longo prazo causados por hormônios do estresse, e podem resultar em alteração das trajetórias normais e da organização do cérebro de crianças pequenas.**

Investigações têm mostrado que a exposição precoce e repetida à adversidade pode gerar problemas emocionais, bem como comprometer a memória de trabalho, a flexibilidade cognitiva e o controle inibitório. **Conhecimentos atuais revelam que o estresse tóxico pode ter consequências de ordem mental e física que se estendem da adolescência até a idade adulta, inclusive maior risco de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, síndrome metabólica e doenças cardiovasculares** (Figura 4).

Figura 4

MECANISMOS PELOS QUAIS EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA INFLUENCIAM A SAÚDE E O BEM-ESTAR DURANTE TODA A VIDA



FORNTE Centers for Disease Control and Prevention
CRÉDITO Charles Whitfield, M.D.

Problemas na saúde de pessoas adultas estão diretamente associados a adversidades vividas durante a infância. O estresse causado por uma situação adversa na infância é uma experiência subjetiva de experiências traumáticas, infelizes, desagradáveis ou dolorosas, cuja repercussão depende de uma série de fatores de vulnerabilidade (trauma anterior, predisposição genética), bem como de fatores de resiliência (suporte social e emocional) (AAP, 2017).

As experiências adversas na infância costumam incluir: abuso físico, sexual ou emocional; negligência física e emocional; e a disfunção familiar: mãe tratada com violência; doença mental e abuso de substância em algum membro da família; separação parental ou divórcio litigioso; algum membro da família encarcerado, dentre outras. Essas situações podem ocorrer em famílias de todas as classes sociais, mas, claramente, há uma maior prevalência nas classes mais pobres (AAP, 2017). Uma das classificações mais utilizadas em relação às experiências adversas na infância pode ser vista na Figura 5.

Figura 5
3 TIPOS DE EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA



FONTE Centers for Disease Control and Prevention
CRÉDITO Robert Wood Johnson Foundation

Em relação às experiências adversas, as pesquisas têm revelado três tipos de resposta ao estresse:

- Resposta positiva ao estresse tal como a que se pode observar em crianças pequenas, tipo **lidar com frustração, tomar uma vacina e a ansiedade causada pelo primeiro dia numa creche**. Quando esse **estresse** é contrabalançado por um ambiente de relacionamentos estáveis e que deem apoio, respostas positivas ao estresse são um elemento que promove o desenvolvimento normal; oportunidades para observar, aprender e praticar respostas saudáveis e de adaptação a experiências adversas.
- Resposta tolerável ao estresse, em contraste com o estresse positivo, está associada com exposição a experiências que apresentam uma maior magnitude de adversidade ou de ameaça. Agentes precipitantes podem incluir a **morte de um membro da família, uma doença ou ferimento grave, um divórcio contencioso ou um desastre natural**.
- **Estresse tóxico**: pode ocorrer quando uma criança passa por uma grande, frequente e/ou prolongada adversidade – como recorrentes abusos físicos ou emocionais, negligência crônica, uso de drogas ou doença mental do adulto de referência da criança, exposição repetida à violência e/ou carga acumulada de dificuldades econômicas da família – sem apoio adequado de adultos ou, pior, quando o adulto é ao mesmo tempo a fonte do apoio e do medo. A ativação excessiva e/ou prolongada dos sistemas de

resposta ao estresse pode afetar negativamente o desenvolvimento da arquitetura do cérebro e de outros órgãos. Imagens cerebrais de crianças submetidas a estresse tóxico exibem claramente conexões neurais subdesenvolvidas ou uma arquitetura cerebral mais fraca. Essa carga acumulada aumenta o risco de doenças relacionadas ao estresse e de comprometimento cognitivo, incluindo doenças cardíacas, diabetes, uso de drogas e depressão, avançando pela idade adulta. A pesquisa também indica que relações atenciosas e de apoio com adultos carinhosos, o mais cedo possível na vida da criança, podem evitar ou reverter os efeitos nocivos das respostas ao estresse tóxico.

Desenvolvimento de programas para a primeira infância

Novas descobertas da neurociência e das ciências comportamentais e sociais enfatizam a importância de dar às crianças uma oportunidade melhor na vida. No entanto, muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade e diversos graus de dificuldades que não conseguem satisfazer as necessidades essenciais de seus filhos. Muitas delas não conseguiriam enfrentar essas dificuldades sem algum tipo de apoio, seja de sua própria família ou apoio externo.

Para as crianças que vivem em situação de pauperização, educá-las em seus primeiros anos é vital para atacar os piores efeitos da pobreza e

pode ser uma maneira eficaz de romper o ciclo implacável e vicioso da pobreza que, muito frequentemente, atravessa gerações. As crianças que vivem na pobreza enfrentam obstáculos para ir à escola e, quando lá estão, nem sempre encontram condições favoráveis ao aprendizado. Assim, terão dificuldade em encontrar emprego e terão pouca esperança para o seu futuro e o futuro de seus filhos.

As razões pelas quais a sociedade e as famílias devem se concentrar nas crianças vão além das preocupações tradicionais e humanitárias, ainda mais pertinentes com aqueles menos capazes de cuidar de si, e no início da vida totalmente dependentes do cuidado de pessoas adultas. O economista e pesquisador Ricardo Paes e Barros em aula recente (*Sobre a inexorável necessidade de garantir atenção integral de qualidade à primeira infância*), por ocasião do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, realizado na Harvard Medical School, inicia sua apresentação com a seguinte pergunta: **“Existe sociedade próspera e justa sem pleno desenvolvimento na primeira infância?”**

Na aula, defende que:

“impactos da atenção e estimulação adequadas na primeira infância - fase da vida onde as respostas são rápidas, amplas e intensas - persistem por todo o ciclo de vida”, e que “quanto mais equitativa for a atenção e a estimulação recebidas nessa etapa da vida, menor será a desigualdade de resultados e realizações entre adultos”, como

também “melhor atenção e estímulos nessa fase da vida aumentam a capacidade de uma criança aproveitar oportunidades futuras ou reduz os custos das ações necessárias para que importantes realizações possam ser alcançadas”.

As pesquisas revelaram que o acesso da criança a cuidados que envolvem apoio, dedicação e sensibilidade por parte de adultos desempenha papel destacado para equilibrar a atividade do sistema HPA (hipotálamo-pituitário-adenal), e para proteger o cérebro em desenvolvimento contra efeitos potencialmente danosos de fatores de estresse. Crianças que têm um relacionamento seguro com os pais aprendem que, quando enfrentam um fator de estresse, podem ficar angustiadas, comunicar suas emoções negativas e conseguir ajuda de seus cuidadores. É provável que esse sentimento de segurança evite a ativação do eixo HPA e de outros sistemas essenciais de mediação de estresse.

Uma pequena parte da literatura emergente sugere que os efeitos negativos do estresse nem sempre são irreversíveis. Intervenções que melhoram o apoio econômico e emocional à criança submetida a estresse importante mostraram-se capazes de melhorar a adaptação comportamental e emocional, assim como a regulação normativa do eixo HPA. Pesquisas constataram também que terapia comportamental, assim como terapia medicamentosa, pode resultar em modificações neurobiológicas em indivíduos que sofrem de efeitos psicológicos causados por estresse.

Levando em conta as considerações apresentadas, uma conclusão se impõe: intervenções de

boa qualidade no desenvolvimento infantil têm o potencial de mudar o futuro das crianças nascidas em lares desfavorecidos.

REFERÊNCIAS

BRAZELTON TB, GREENPAN SI. As necessidades essenciais das crianças. Trad. Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artmed, 2002. p.213.1. Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. Disponível em <http://www.developingchild.harvard.edu>. Acesso em 27 abril 2019.

Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. Disponível em <http://www.developingchild.harvard.edu>. Acesso em 09 maio 2019

Construindo o sistema de “Controle do Tráfego Aéreo” do cérebro. Tradução para o português realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. p.20. Disponível em: www.developingchild.harvard.edu. Acesso em 07 maio 2019.

Core Concepts in the Science of Early Childhood Development. Healthy Development Builds a Strong Foundation – For kids and for society. Disponível em www.developingchild.harvard.edu. Acesso em 09 maio 2019.

GUERRA, V. Mistério do nascimento da vida psíquica do ser humano. In: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre V.18, número 02 - novembro 2014.

MULLAINATHAN S, Shafrir E. Escassez. Ed. Best Business. 2016, 1a ed. p.381.

National Scientific Council on the Developing Child (2007). O período e a qualidade das experiências da primeira infância se combinam para moldar a arquitetura do cérebro: Documento de Trabalho nº 5. Disponível em <http://www.developingchild.net>. Acesso em 02 maio 2019.

SHONKOFF, Jack P. GARNER, Andrew S. The Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health Committee on Early Childhood, Adoption and Dependent Care, and Section on Developmental and Behavioral Pediatrics. The Lifelong Effects of Early Childhood Adversity and Toxic Stress. Disponível em www.pediatrics.org/cgi/doi/10.1542/peds.2011-2663. Acesso em 18 abril 2019.

SHONKOFF, Jack P. Protecting Brains, Not Simply Stimulating Minds, Science, vol. 333, 2011.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. Funções executivas e desenvolvimento infantil: habilidades necessárias para a autonomia: estudo III / organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Redação: Joana Simões de Melo Costa et al. 1. ed. São Paulo: - FMCSV, 2016. Série Estudos do Comitê Científico – NCPI; 3.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo I / 1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, Núcleo Ciência pela Infância. 2016. p.16.

YOUNG, M. (org). Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças / tradução Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

TEMPO DE BRINCAR: O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

MARCOS TEODORICO PINHEIRO DE ALMEIDA

Doutor em Pedagogia pela Universidade de Barcelona (UB); Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo – USP; graduado em Educação Física pela Universidade de Fortaleza – Unifor; professor do Instituto de Educação Física e Esportes – IEFES; Coordenador da Unidade Móvel Brincarmóvel da Universidade Federal do Ceará – UFC, do Laboratório de Brinquedos e Jogos (LABRINJO/IEFES) e do Centro de Estudo sobre Ludicidade e Lazer (CELULA/IEFES) da UFC.

LÚCIA MARIA GONÇALVES SIEBRA

Doutora pela Universidade de Barcelona (UB); psicóloga formada pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Mestre em Administração pela Universidade de São Paulo – USP; professora do Departamento de Psicologia da UFC; cedida ao Governo do Estado do Ceará para exercer a função de Diretora da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGPCE, vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Introdução

Brincar! Brinquem em diferentes espaços. Brinquem de diferentes formas. Brinquem com diferentes humanos. Brinquem em diferentes momentos da sua vida.

Brinquem pulando, subindo, rolando, saltando, correndo, gritando, cantando. Brinquem todos os dias da semana de segunda a domingo. Brinquem de manhã, de tarde e à noite. Brinquem com seu pensamento. Brinquem na água, na terra e no ar. Vamos brincar diferente e em situações diferentes. Brinquem com seu espírito lúdico. Brinquem de brincar. Brinquem de viver. Brinquem pelo prazer de brincar, mas brinquem!

(Marcos Teodorico)

A cidade é uma construção humana; portanto, sua prosperidade e seu sucesso vão depender de estratégias, inovações, planejamento e gestão política eficiente e honesta de pessoas. A cidade e seus espaços públicos têm uma força vibrante e poderosa para o desenvolvimento, exercendo impacto importante no bem-estar de todos, do nível global ao local. Temos que reafirmar a própria essência histórica das cidades como um local onde seres humanos encontram a satisfação das necessidades básicas e acesso aos bens públicos fundamentais. E o **lazer** e o **brincar** são importantes elementos desse cenário.

O espaço público é o lugar do pleno exercício da cidadania e do convívio intergeracional. Nele, crianças e adolescentes aprendem a brincar, repartir, disputar, desenvolvendo suas potencialidades físicas e emocionais. Os jovens se encontram, conversam, jogam, planejam a vida. Os adultos acompanham os filhos, criam laços com outros pais, convivem com vizinhos. Os idosos fazem suas caminhadas, tomam sol, encontram os amigos. O espaço público é o lugar de todos e de cada um. É onde se aprende a dividir e compartilhar, a respeitar as diferenças e necessidades, onde se aprende, enfim, a conviver.

Com as mudanças da sociedade, desde os homens primitivos até os dias atuais, o brincar também se transformou ou se adaptou aos novos contextos. Nos últimos anos, a industrialização e a urbanização modificaram os costumes, a maneira de viver, e até mesmo a estrutura familiar, contribuindo para que muitas atividades lúdicas não só se modificassem, mas até desaparecessem.

A interação lúdica depende e sempre dependeu do convívio social. São atividades aprendidas, pois não são inatas. As crianças só são capazes de realizá-las porque aprendem no contexto em que vivem, daí a importância de voltarmos a ensiná-las, além de resgatarmos os tempos, os espaços e os companheiros de brincar se quisermos ter crianças mais felizes, mais criativas e humanizadas. A importância de compreender o brincar das crianças surge no momento em que a infância vem sofrendo grandes transformações, com a brevidade de sua duração. A adolescência tem sido antecipada e, com isso, o brincar passa a ter diferentes significados para a sociedade atual.

O brincar não é apenas necessidade, e sim direito das crianças. A escola, a rua, a praça e o parque precisam organizar seus ambientes de acordo com as próprias características, valorizando o brincar em seus espaços e tempos. As diferentes mediações educativas realizadas pelo educador/adulto, a organização dos espaços e tempos da escola e dos jogos, brincadeiras, brinquedos e materiais que se encontram ao alcance das crianças durante o ato lúdico são fatores que podem fazer a diferença no brincar em distintos ambientes e na ampliação do repertório lúdico das mesmas.

Dessa forma, é imprescindível que os governantes tenham uma visão ampla das diversas questões que permeiam uma Nação – como educação, cultura, saúde, economia, urbanização (o espaço público), meio ambiente, lazer, o direito de brincar – enfim, questões que possam promover o desenvolvimento de todos, em forma plena. De acordo com Almeida, M.T.P. (2016), a partir

dos resultados obtidos em diferentes estudos já realizados, poderíamos verificar, por meio de pesquisas, informações como:

Detectar as necessidades básicas de mobilidade e jogo espontâneo das crianças nas praças públicas; descrever a oferta de organização do espaço e a função em espaços comuns das praças; identificar o uso coletivo dos espaços da praça por parte das crianças nos momentos lúdicos através do jogo livre ou brincar espontâneo; explicitar as necessidades educativas de uso dos espaços públicos no que diz respeito à segurança de equipamentos em espaços públicos, democratização dos equipamentos lúdicos e de espaços, oferecendo alternativas para os usuários (crianças, jovens, adultos e idosos) de educação lúdica; sugerir melhoras e facilitar a inovação de ambientes da praça pública para contribuir no desenvolvimento da cidadania, da motricidade, do lazer, da saúde psicológica, biológica e ambiental, da integração coletiva e de inclusão; desenhar propostas e projetos que fomentem o uso e a participação coletiva em espaços públicos em cidades brasileiras; identificar modelos de organização de espaços públicos que fomentem a inclusão social através do brincar e do lazer.

O presente artigo, portanto, tem como intenção refletir sobre a questão do brincar e do espaço público. É importante colocar que a relação entre *brincar-criança-escola-família-espaço* é não apenas possível, mas também desejável. Além disso, servirá para dialogar, clarificar e justificar a importância do brincar em espaço público de forma planejada, segura, qualificada e integrada nos

serviços à comunidade, como uma ação de política pública de lazer democraticamente inclusiva, educadora e inteligente.

A importância do brincar

O brincar foi focalizado como aquilo que não tem hora para acontecer e nem regras pré-estabelecidas, algo que "(...) é inerente às crianças e que delas emana, seja o que for que elas estejam fazendo" (NUNES, 2002, p. 69). Precisamos refletir sobre o que é a brincadeira, caracterizada principalmente pela possibilidade da criança ser um sujeito ativo, numa situação sem consequências e resultados imediatos.

O brincar pode ou não produzir uma construção mais humana e completa. Isso dependerá da atitude do sujeito envolvido na interação lúdica. A não obrigatoriedade com produção (resultado) é o que difere do trabalho produtivo (que busca um resultado).

"Brincar por brincar, simplesmente isso! Viver o jogo, participar da brincadeira e experimentar os brinquedos já justificam sua importância na vida da criança". Todas as maneiras de brincar podem ser transformadas, na forma e conteúdo, no sentido de atender às necessidades dos sujeitos que brincam (VASCONCELLOS, 2005, p.107).

É no lúdico que a criança apreende e incorpora muitos aspectos do seu mundo. Assim, precisamos pensar na criança como criança, com seu modo de imaginar, agir, viver e brincar. A compreensão contemporânea de infância como pro-

duora de culturas instiga novos olhares para o campo da educação, no sentido de passarmos a entender o jogo, a brincadeira e o brinquedo não como atividade imposta ou interventiva, e sim como legítima linguagem infantil. Além disso, segundo Müller (2007), para brincar é necessário muito mais do que a natureza biológica: é preciso que os adultos permitam e ofereçam condições para que as crianças brinquem.

Na escola não brincam, e se brincam, é rapidamente no recreio. De alguma forma, a criança acaba brincando, mas o tempo e o espaço estão restritos, e a parte de transmissão de cultura lúdica que devia passar de adulto para criança está praticamente desaparecida pela falta de convivência dos pais e mães com os seus filhos e, por outro lado, porque os espaços institucionais de frequência das crianças não potencializam o mundo da brincadeira e dos brinquedos. (MÜLLER et al., 2007, p. 3)

As brincadeiras são um patrimônio cultural material e imaterial da humanidade, e nesse sentido devem ser preservadas, aprimoradas e vividas. A demanda lúdica gerada pelo próprio brincar possibilita o surgimento da cultura lúdica que tem sua existência em espaços e tempos muito remotos. Através dos jogos, das brincadeiras e dos brinquedos, deixamos para as gerações futuras nosso legado lúdico de um determinado período e de determinada sociedade. Estudos sobre o brincar representam grandes possibilidades investigativas, que podem trazer contribuições

surpreendentes ao entendimento do ser humano em diferentes contextos sociais.

Diferentes pesquisas apresentam novas discussões, rompendo com a ideia de que a pessoa não faz nada enquanto joga, como se o jogo não fosse uma ação importante, merecedora da atenção de estudiosos. Muito pelo contrário, estudos dessa natureza apresentam descobrimentos teóricos significativos sobre o brincar: duração do envolvimento da criança em uma determinada ação lúdica; competências dos usuários envolvidos na ação lúdica; trajetória lúdica em um espaço público; grau de iniciativa, criatividade, autonomia e criticidade que o jogo proporciona ao participante; verbalização e linguagem que acompanham o brincar; grau de interesse, motivação, satisfação, tensão, emoções, afetividade em situações lúdicas; construção do conhecimento; evidências de comportamento social; comportamento de preservação e respeito aos equipamentos e materiais lúdicos e da democratização do uso dos mesmos; fatores de apropriação do espaço lúdico nos ambientes.

Sendo assim, o brincar em espaço público pode ser um campo potencialmente rico para diferentes investigações, reflexões e possibilidades no âmbito da gestão e políticas públicas.

Espaço público e o brincar

O espaço não é neutro. Sempre educa.

(VIÑAO FRAGO, 2001, p. 75)

Os espaços públicos assumem ou deveriam assumir um significado de iniciação da criança na vida social. A praça, o parque ou a rua afirmam-se como espaços de transição e de conexão entre o espaço privado doméstico – representado pela casa – e a cidade, com características mais amplas de espaços e esfera pública por excelência.

As diferentes relações das crianças com os espaços da cidade e seus singulares relacionamentos sociais remetem àquilo que pode ser apontado como uma das características da cidade: a diversidade cultural. Percebemos a pluralidade e diversidade de ações lúdicas realizadas e vividas pelas crianças nos ambientes públicos durante seu tempo livre na vivência do lazer. Nesses espaços públicos, as crianças demonstram-se criativas e livres, experimentando diferentes formas de brincar. A manifestação lúdica acontece ainda que não haja um espaço específico para que ela ocorra, mostrando a capacidade que as crianças têm de inventar e criar seus conteúdos e situações lúdicas.

Os espaços são cenários geradores de numerosas manifestações e intercâmbios sociais. Nas grandes cidades, as crianças contam com poucos espaços para interagir e brincar com seus iguais. Quando observamos a realidade dos espaços públicos lúdicos infantis, em diversos contextos

culturais, vemos que a oferta de equipamentos se concretiza em estruturas lúdicas nas quais raras vezes se levam em conta as condições de acessibilidade dos pequenos. É certo que os equipamentos de lazer têm ainda muitas questões pendentes, entre elas a manutenção adequada, a segurança dos equipamentos e do espaço. Não obstante, a mais urgente é criar espaços que toda população infantil possa ter acesso e utilizar de forma plena.

Há uma antítese de pontos de vista entre adultos e crianças em relação à utilização dos espaços públicos. Adultos temem aspectos como violência urbana, possível ameaça de outras pessoas, tráfego intenso, entre outros fatores. Rasmussen (2004), citada por Almeida, M.T.P. (2016), com base na observação de atividades infantis em espaços públicos diversificados, chamou de *“places for children aqueles planejados e estruturados pelos adultos, e de espaços das crianças (children’s places) aqueles apropriados por elas”*.

O planejamento e gestão do espaço público precisam incluir a preocupação com toda classe de usuários que habitualmente nele transita, conhecendo as aspirações dos grupos sociais que requerem atenção especial. Os espaços atualmente habitados pelas crianças – e não nos referimos somente aos lugares especializados ou aos destinados a “guardar ou cuidar de crianças”, mas ao espaço público urbano transitado por este segmento – deveriam ser pensados em função da atividade perceptiva e cognitiva característica desses períodos de desenvolvimento.

A participação é importante para o desenvolvimento das próprias crianças. Como método de aprendizagem pessoal, a experiência, a vivência de situações é melhor que a simples observação e uma atitude passiva. Esse fato aplica-se não só às suas aptidões sociais como a todo seu desenvolvimento de identidade e enquanto cidadãos. Participando, desenvolvem capacidades de comunicação, argumentação, ganham confiança e conhecimentos. Tudo isso, por sua vez, as torna mais aptas a participar. A participação é uma “*educação informal em cidadania*”, pois trata-se da aplicação de princípios democráticos. Assim, estarão mais aptos a participar ativamente na sociedade.

Se a participação dos principais protagonistas não for efetiva (autêntica), poderão surgir efeitos perversos, contrários aos anteriormente descritos: ressentimentos, cinismo, desconfiança em relação a todos os processos participativos e, até mesmo, afastamento em relação à cidadania democrática.

Os “bons” espaços de aprendizagem são necessariamente “desordenados”, fornecem ampla categoria de situações para realizar eleições e opções, e dão oportunidades de criar sua própria ordem entre uma variedade de elementos. As crianças necessitam de espaços onde se sintam competentes, onde haja um mistério; espaços que convidem e que “reajam” ao que lhes propõem; para agrupar-se e para estarem sós, espaços para estarem soltas e contidas. Existem pessoas que colocam essas condições de *design* ao se referir ao *design* de exposições em museus de ciências, de escolas e jardins de infância, de espaços de jogo e

parques urbanos. Nós colocamos com referência ao espaço urbano em geral. É importante reiterar que se trata tanto do *design* de espaços verdes, de praças, de ruas onde se possa circular com segurança, de terrenos baldios para o jogo, de centros esportivos bem equipados, como de espaços sociais, espaços de relação.

É fundamental que as administrações públicas enfrentem esses desafios e criem espaços lúdicos que não discriminem nenhum setor da população infantil, que favoreçam as relações interpessoais e o respeito pelas diferenças individuais. Compreendemos também como fundamental que a missão de um espaço lúdico, público ou não, possa se apresentar em duas perspectivas.

Na primeira perspectiva: que além de ser um espaço estruturado para brincar seja um espaço pleno de momentos especiais, ricos e transformadores, solo fértil e apropriado para o nascimento de um novo indivíduo, capaz de construir um mundo onde a afetividade é acolhida, a sensibilidade é cultivada, a criatividade é estimulada, a solidariedade é praticada, onde a humildade é uma virtude e os direitos da crianças são respeitados. São estes elementos indispensáveis na formação humana.

A segunda perspectiva está relacionada ao resgate e exercício da cultura popular, assim como à participação da comunidade e lideranças nos processos que envolvem a *ludicidade* e a relação de trocas de vivências, partilhando as experiências de ontem com as atuais. Essa perspectiva valoriza a história do lúdico da família e de suas

criações de jogos, brinquedos e brincadeiras, que podem ter na universidade, na escola, na praça pública, nas ruas, um local adequado para realizar tais vivências entre as gerações.

Há hoje uma tendência no sentido de redução das dimensões dos espaços privados, como a casa. Em tal modelo, não tem sido contemplado um lugar para que a criança brinque, o que restringe as possibilidades do lúdico. As alternativas são o brincar autônomo ou solitário e, em geral, silencioso. A criança brinca com máquinas e não com seus pares. O brincar nos espaços públicos também perde gradativamente seu lugar para os jogos virtuais, eletrônicos, e para espaços considerados mais seguros (casa, *shopping*, parques privados). Com o avanço da indústria tecnológica dos jogos e brinquedos, e de um mercado cada vez mais competitivo, colocando materiais lúdicos cada vez mais coloridos, atraentes, sofisticados, esses objetos passam a ter um papel importante nas interações sociais atuais.

Em cidades educadoras e inteligentes, em tal situação de ausência de espaço nas casas/apartamentos, a criança é compensada com espaços públicos planejados e de qualidade, favorecendo e estimulando as famílias ao convívio e uso coletivo de áreas destinadas ao lazer, melhorando a qualidade de vida e saúde dos usuários. Os espaços públicos são ambientes cheios de possibilidades, onde o brincar se manifesta em sua forma mais natural e espontânea. É neles que acontece a apropriação individual e coletiva de cada cidadão e, nesse sentido, o espaço público pode ser um ambiente agradável, de pertencimento e qualificado.

O brincar na cidade

Brincar significa estar junto, aprender, vivenciar, ceder, descobrir, dividir, construir, atuar, recriar e humanizar dentro de uma relação dinâmica e transformadora.

(ALMEIDA, M.T.P., 2016)

As mudanças urbanísticas, sociais, educacionais, econômicas, tecnológicas e políticas ocorridas no passado alteraram significativamente a estrutura de vida familiar. Conforme relatam as autoras Gomes & Gouvea (2008, p. 49), “o século XIX se destaca como um período histórico de afirmação da vida social, da demarcação das fronteiras entre os espaços públicos e privados e dos sujeitos que os habitam”. Brincar nos espaços públicos é, em muitas cidades do mundo, uma atividade em vias de extinção.

O tempo espontâneo, do imprevisível, da aventura, do risco, do confronto com o espaço físico natural, deu lugar ao tempo organizado, planejado, uniformizado e sincronizado. Do estímulo ocasional se passou à hegemonia do estímulo sistematizado, tendo como consequência a diminuição do nível de autonomia das crianças, trazendo implicações graves na esfera do desenvolvimento motor, emocional e social. Sem a imunidade que lhe é conferida pelo brincar espontâneo, pelo encontro com outras crianças em um espaço livre, onde se inventam jogos e brincadeiras, se vivem aventuras emocionantes, a criança desenvolve menos capacidade de defesa e adaptabilidade às novas circunstâncias do mundo cotidiano.

RESULTADOS NEGATIVOS

Indiferença da sociedade para com o direito de brincar; grande valorização dos estudos teóricos e acadêmicos nas escolas em detrimento de outras atividades também importantes como o brincar; aumento do número de crianças vivendo sem as condições mínimas para que se desenvolvam; planejamento ambiental inadequado, patente na proporção desumanizada das construções, formas de moradias impróprias e má gestão do tráfego; crescente exploração comercial das crianças por meio dos meios de comunicação social e de produção em série, conduzindo a uma deterioração dos valores morais e das tradições culturais; falta de acesso das mulheres em países do “Terceiro Mundo” a uma formação básica sobre cuidados com crianças e seu desenvolvimento; preparação inadequada das crianças para enfrentar com sucesso uma sociedade em constante mudança; crescente segregação das crianças pela comunidade; número crescente de crianças que trabalham em inaceitáveis condições; exposição constante das crianças à guerra, à violência, à exploração e à destruição; valorização da competição e do ganhar a todo custo no esporte infantil.

RESULTADOS POSITIVOS

Surgimento de jornais e revistas especializados sobre o jogo, livros temáticos, divulgação e informação sobre experiências realizadas em locais e regiões espalhadas pelo mundo; realização periódica de seminários, congressos e conferências relacionados ao brincar no desenvolvimento infantil; integração crescente do conhecimento disponível sobre o jogo no comportamento evolutivo dos homens, como área fundamental de formação de professores e outros técnicos ligados à criança, em cursos de graduação e pós-graduação; criação de centros de pesquisa e estudo da atividade lúdica relacionada a projetos sobre concepção de equipamentos e materiais, lista de comportamentos em contextos diversificados e o impacto do jogo e do brinquedo na educação e terapia em populações especiais; criação de museus dedicados ao brinquedo, jogos tradicionais e outras iniciativas ligadas ao patrimônio lúdico-cultural na sua dimensão histórica e antropológica; desenvolvimento de serviços e estruturas comunitárias, escolares e de assistência social dedicadas a equipamentos lúdicos, criação de espaços verdes, espaços de lazer e espaços lúdicos; aparição do fenômeno da indústria ligada à fabricação de brinquedos e equipamentos para brincar (criança consumidora), considerando concepção, produção, comercialização, consumo e segurança; mudanças progressivas dos estilos de vida familiar e alteração das rotinas de vida cotidiana dos filhos na gestão do espaço e tempo livre, aliadas a constrangimentos associados a uma diminuição de autonomia e independência de mobilidade no contexto de insegurança, crescimento das cidades, intensidade de tráfego e ausência de espaços de jogo.

Fonte: Adaptado por Almeida (2018).

Estudos realizados sobre a criança apresentaram alguns resultados negativos, provocados por fatores econômicos, educacionais, sociais e políticos, entre outros, e que afetam diretamente a vida dela como um todo. Para o UNICEF, esses impactos negativos na vida da criança podem ser minimizados com a vivência de manifestações lúdicas em espaços estruturados para brincar, onde elas possam expressar sua criatividade, sua autonomia, sua alegria, com segurança e prazer.

Almeida, M.T.P (2015, p.42-43), considerando outro ponto de vista, numa perspectiva mais positiva, mostra que estudos e pesquisas sobre o brincar apontam, nas últimas décadas, um interesse crescente na comunidade científica e uma mobilização internacional sobre a defesa do direito da criança ao brincar, materializado em múltiplos projetos de intervenção. Apresentamos, no quadro ao lado, razões negativas e positivas dos referidos impactos.

Nesse sentido, as interações lúdicas precisam ser ampliadas nos espaços públicos, promovendo uma relação entre pares e a apropriação de espaços possíveis para brincar. O lúdico não pode se restringir somente a espaços já institucionalizados, como o espaço de casa, da escola ou outros ambientes.

O brincar assume papel importante para as crianças“(…) *por ser um espaço privilegiado de observação de uma variedade de factores, contextualizados, das culturas infantis e de interação com as crianças*” (TOMÁS, 2006, p. 55). Para Nascimento (2008), o brincar não pode ser um simples jogo de imi-

tação das crianças, uma vez que elas apreendem de forma criativa informações do universo adulto para produzir suas culturas. Durante o brincar, a criança constrói, destrói e reconstrói o mundo à sua volta, de forma ressignificada. Pensando da mesma forma, Coelho (2007) investigou os espaços para brincar das crianças que moram em favelas. O estudo apontou que a criança, como habitante de um determinado lugar, se identifica ou não com o mesmo, podendo construir sua identidade nele. Ainda segundo Coelho (2007), um dos elementos encontrados pelas crianças para se identificar com o espaço foi o brincar.

O espaço, como um dos agentes construtores, contribui nesse processo com as diversas possibilidades de apropriação vividas em brincadeiras, e que são despertadas no imaginário infantil. Criança e espaço unem-se no brincar para a construção de suas identidades. (COELHO, 2007, p. 178)

Em um espaço estruturado para brincar, as coisas materiais e imateriais são transformadas em representações de sentimentos genuínos e profundos, onde desejos e emoções escondidos ou guardados se desvelam, personalidades e atitudes se manifestam em diferentes possibilidades humanas. Percebemos a relevância e importância dos espaços construídos e legitimados por seus interlocutores lúdicos.

“O espaço do jogo é antes de tudo um espaço de criação simbólica. Um espaço de significado. A representação do lugar onde determinados sentimentos estão autorizados a vigorar sem cau-

sar qualquer constrangimento para os sujeitos envolvidos.” (RETONDAR, 2007, p.30)

Nicholson e Schreiner (1973) comentam que a criança deve ou deveria sugerir, participar, organizar e estruturar seus próprios espaços e ambientes para brincar. Para os autores, a manifestação lúdica está mais relacionada com o processo do que com o produto. O brincar é uma das interações habituais da infância, que transforma, por meio da imaginação, o espaço vivido como espaço afetivo. Vigotsky (2002, p.122-123) afirma que no brincar a criança cria uma situação imaginária *“presente no consciente e, como todas as funções da consciência, surge originalmente da ação com o outro”*. Imaginar o espaço ideal para brincar no lugar onde vivemos, seja ele na cidade, na escola ou em nossa própria casa, o lugar perfeito para viver momentos únicos de alegria, emoção, euforia e prazer é uma ideia que sempre dominou o simbolismo de cada criança.

Conclusão

As crianças percebem o brincar de uma forma diferente dos adultos. Quando partimos somente do olhar do adulto, afirmamos uma representação que associa a criança aos domínios do privado, representação que traduz num conjunto práticas sociais de retirada da criança dos domínios da vida pública (em especial dos espaços públicos), enquanto, para a criança, os espaços públicos constituem um poderoso atrativo. Nesses espaços, se exerce, com a maior força, a sociabilidade infantil que tem na atividade do brincar sua expressão máxima, no interior do grupo de pares.

É necessário rever o papel social, cultural e político dos espaços públicos na nossa sociedade e reconstruí-los como um espaço privilegiado da infância, da interação intergeracional e da cultura lúdica. É importante estimular estudos sobre o brincar na escola, na família, na cidade ou em qualquer outro espaço que permita observar o jogo espontâneo.

Quanto mais rica for a experiência ou interação lúdica, mais amplos serão os caminhos, possibilidades e alternativas que a criança terá para estruturar seu pensamento, criar estratégias de ação, potencializar seus recursos motrizes, alcançar objetivos e fortalecer vínculos afetivos e sociais enriquecedores e saudáveis. Para Gutton (2013, p.274), *“o ato lúdico é a dominação do ambiente; é posse do objeto. O agir lúdico pode se definir como a dominação de um mundo anteriormente dominador”*.

É no brincar que a criança vivencia os conflitos, a afetividade, atos de solidariedade, constrói o conhecimento, atende o valor da inclusão, compreende o valor da amizade e do rompimento, da dominação, da autoridade, da transgressão nas relações com os seus pares lúdicos. As crianças buscam entender e significar a ordem social dos adultos, representando seu mundo por meio do brincar. Portanto, é no espaço escolar, familiar e público que se torna possível o convívio com o outro e com os demais, existindo o encontro e o confronto, valorizando as crianças e sua força política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.T.P.; Brincar e o Espaço Público de Lazer. In: X Seminário Ócio e Contemporaneidade, 2016, Fortaleza. Anais do Seminário Ócio e Contemporaneidade 2016. Fortaleza, CE: OTIUM, 2016. v. VII. p. 1-22.
- ALMEIDA, M.T.P. & LIMA, L.C.M. O brincar na educação física infantil. In: ALMEIDA, M.T.P. (Org.). Educação física em diferentes contextos: teoria e prática. 1ª ed. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015.
- ALMEIDA, M.T.P. & SIEBRA, L.M.G. (Orgs.). Espaço público: diferen-

tes usos e possibilidades. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015.

ALMEIDA, M.T.P. SIEBRA, L.M.G. O lazer infanto-juvenil nos espaços públicos de Barcelona. *Pedagogia Social. Revista Interuniversitária*, 2015, 25, pp. 91-117. 2015.

ALMEIDA, M.T.P. SIEBRA, L.M.G. Os direitos das crianças, adolescentes e jovens a um ambiente saudável e seus deveres quanto ao futuro. In: CORDEIRO, Andréa C. F. et al. NUCEPEC - 30 anos, 30 ideias: reflexões e práticas sobre infâncias, adolescências e juventudes. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, pp. 118-125. 2014.

ALMEIDA, M.T.P. (Org.). O jogo, o brinquedo e a criança. 1ª ed. Fortaleza-CE: Prontograf Editora, 2013.

ALMEIDA, M.T.P. (Org.). Brincar, amar e viver. 1ª ed. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2014.

COELHO, G. N. Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente. In: SARMENTO, M. J.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. (Org.). Infância (in) visível. Araraquara: Junquera & Marin, 2007.

GOMES, Ana M. R. & GOUVEA, Maria C. S. A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo. In: José A. Oliveira. Martins, Maria de F. Almeida & Martins, Sérgio. (Org.). Infâncias na Metrópole. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 47-69. 2008.

GUTTON, Philippe. O brincar da criança: estudo sobre o desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

NASCIMENTO, A. M. Infância e cidade: crianças e adultos em um espaço urbano público. In: Reunião anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais. Recife, 2008.

NICHOLSON, S. and SCHREINER, B. K. Community participation in decision making. *Social Sciences: a second level course. Urban development unit 22.* Milton Keynes: Open University Press, 1973.

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwê - Xavante. In: Silva, A. L. da. et al (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

RETONDAR, Jeferson José Moebus. Teoria do jogo: a dimensão lúdica da existência humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTINI, Rita C. Giralde. Os espaços de lazer nas cidades inteligentes: uma discussão teórica. In: ALMEIDA, M.T.P. & SIEBRA, Lúcia M. G. (Orgs.). Espaço público: diferentes usos e possibilidades. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015, pp. 17-33.

SOARES, Cristina Façanha; SIEBRA, Lúcia Maria Gonçalves; ALMEIDA, M.T.P. & BATISTA, Vanessa Louise (Orgs.). Escola: lugar de brincadeira, cultura e diversidade. 1ª ed. Fortaleza – CE: Editora IMPRECE, 2018.

TOMÁS, C. A. Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. (Tese de Doutorado em educação e infância, Universidade do Minho, 2006). 380f. 2006.

VASCONCELLOS, T. de. Criança do lugar e lugar de criança: territorialidades infantis no noroeste fluminense. (Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói). 251f. 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

TEMPO DE APRENDER: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SELENE MARIA PENAFORTE SILVEIRA

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Educação Brasileira - UFC; Especialista em Psicomotricidade - Unifor; graduada em Pedagogia - UFC. Conselheira de Educação da Câmara de Educação Básica do Conselho de Educação do Ceará. Coordenou e lecionou no curso de Pedagogia da UNIF e foi professora do curso de pós-graduação em Gestão e Coordenação Pedagógica. Tem atuação na área de formação de professores com ênfase em Educação Inclusiva, Psicologia do Desenvolvimento, Psicomotricidade e Gestão Escolar. Assessorou o Programa Mais Infância Ceará e atualmente é Superintendente da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.

Este artigo tem por objetivo tecer reflexões sobre os principais conceitos da teoria de Jean Piaget com a intenção de contribuir para o debate sobre a dinâmica do desenvolvimento infantil, acreditando na modernidade e na potência do pensamento desse autor. Queremos, neste ensaio, destacar alguns pontos presentes no quadro teórico da psicogenética para melhor entender como eles podem contribuir para o avanço de políticas favorecedoras do processo de ensino e de aprendizagem das crianças. Importante salientar que o trabalho de Piaget representa, ainda hoje, o que de mais importante se produziu na contemporaneidade no campo da psicologia do desenvolvimento infantil.

Daremos especial ênfase à abordagem dos principais conceitos por ele desenvolvidos, focando na descrição e caracterização dos estágios no desenvolvimento intelectual, para, em seguida, discorrer sobre a relevância da teoria no planejamento e organização da escola, nas possibilidades de intervenções dos educadores no ambiente de sala

de aula e na definição dos estímulos favoráveis ao desenvolvimento infantil. Esses estudos podem servir de balizadores da prática pedagógica, orientando o educador no planejamento e na oferta de estímulos ambientais para o desenvolvimento.

Durante toda sua obra, Piaget lançou mão de diversos conceitos extraídos da Biologia, da Matemática, da Física e da Filosofia, mas é na Psicologia que ele busca desvendar seu principal objetivo que era, essencialmente, compreender como o sujeito constrói o conhecimento. Assim, seus estudos e pesquisas nessa área permitiram que ele encontrasse a compreensão necessária para a formulação da sua teoria: a Epistemologia Genética, considerada como o estudo dos processos de transição das estruturas cognitivas menos acabadas para estruturas sempre mais acabadas, e das próprias leis que governam a organização das estruturas que se sucedem no conjunto dessa relação (Piaget, 1978).

Em síntese, podemos dizer que Epistemologia Genética é a ciência que explica como o conhecimento é adquirido, o que é, como se inicia e como se desenvolve, é o estudo da gênese e das estruturas cognitivas, da relação sujeito e objeto na aquisição do conhecimento. Como o próprio Piaget (1978:3) destaca em sua obra, o objetivo da Epistemologia Genética é:

(...) pôr a descoberto as raízes das diversas variedades do conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e seguir sua

evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico.

O cientista explica o conhecimento a partir do conceito de estruturas que são construídas na interação entre o ser humano e o ambiente, ou, como ele mesmo destaca, entre sujeito e objeto. Seu maior desafio era entender como o ser humano passa de um estágio de menor conhecimento para um estágio mais avançado, de maior conhecimento. Concluiu que não existe maior ou menor grau de inteligência, mas sim estágios diferentes de desenvolvimento das estruturas cognitivas dos sujeitos.

Na teoria piagetiana, os sujeitos só são capazes de conhecer a realidade atuando sobre ela. Para tanto, ele desenvolve intercâmbio com o meio numa mediação proporcionada pelos esquemas de ação. Os esquemas são modelos de comportamentos repetíveis, generalizáveis e aperfeiçoáveis e estão em transformação constante ao longo dos estágios de desenvolvimento do sujeito.

Os processos responsáveis pelas mudanças dos esquemas são assimilação e acomodação. A assimilação resulta da integração de novos estímulos a esquemas já existentes, ou seja, da incorporação de experiências novas às estruturas anteriores. É o processo de entrada do conhecimento e não altera as estruturas, porém proporciona um desenvolvimento quantitativo.

Já na acomodação existe uma modificação de uma ação para receber novas situações ou ex-

periências. Quando as estruturas cognitivas não são suficientes para a compreensão de uma determinada situação é preciso construir novas estruturas para se ajustar às características do novo objeto. A acomodação refere-se à ação dos objetos do conhecimento sobre o sujeito. O indivíduo é impelido a se ajustar às demandas impostas pelo ambiente para alcançar o equilíbrio.

A equilibração constitui um mecanismo interno que regula os processos de assimilação e acomodação. Expressa a passagem de formas imperfeitas de equilíbrio para formas melhores, construções novas que levam a um equilíbrio superior.

Outro conceito fundamental na obra piagetiana diz respeito à adaptação, que é a passagem de um equilíbrio menos estável a um equilíbrio mais estável entre organismo e meio. A adaptação é o resultado do equilíbrio entre assimilação e acomodação decorrendo em ajustamento ao ambiente.

Ainda como forma de explicar e compreender o desenvolvimento cognitivo, Piaget propôs quatro fatores gerais que ele destaca como determinantes para a constituição do conhecimento. São eles: maturação biológica, experiências físicas e lógico-matemáticas, transmissões educativas e sociais, e equilibração.

A maturação orgânica ou biológica é o fator desencadeador do desenvolvimento, e desempenha importante papel na constituição das estruturas cognitivas, especialmente nos dois primeiros anos de vida do sujeito. A maturação abre possi-

bilidades e emerge, portanto, como uma condição necessária para a aparição de determinadas condutas, embora não seja, por si só, suficiente para determinar o grau de desenvolvimento dos sujeitos. A esse fator se somam as influências crescentes do meio físico e social (DOLLE, 1987).

O segundo fator tem uma relação direta com as ações do sujeito sobre o meio. São as experiências físicas e lógico-matemáticas que requerem uma ação mais direta com as pessoas e com os objetos para abstrair deles suas propriedades. Essa interação também proporciona a construção de relações lógicas entre ou dentre os objetos e permite ao sujeito desenvolver capacidades intelectuais que o levam a comparar, seriar, classificar, dentre outras, daí a importância de proporcionar às crianças o maior número de experiências com o meio físico e social (Pulaski, 1980). Esse fator é essencial e necessário, mas ainda não explica tudo.

O terceiro fator é o que Piaget chama de transmissões educativas e sociais, consideradas também como um fator exógeno. Em outras palavras, seriam as interações ou o intercâmbio de ideias entre as pessoas (Wadsworth, 1993). Essas interações podem ter um caráter mais sistematizado e formal, como as relações desenvolvidas na escola, ou ainda serem de caráter mais informal e assistemático, como as relações desenvolvidas com a família, os vizinhos, colegas etc. Ambas são condições necessárias para o desenvolvimento cognitivo, especialmente se o sujeito tem um papel atuante e não passivo no processo

de aprendizagem e nas relações desenvolvidas. Podemos dizer também que essas interações são causadoras de desequilíbrio e possibilitam à criança ou ao sujeito ir em busca de uma resposta que os leve a atingir um equilíbrio. Esse processo é o que Piaget denomina de conflito cognitivo.

Por fim, temos o último e mais importante fator de desenvolvimento, a equilibrção. Para Piaget, os três fatores anteriores destacados não bastam para determinar o desenvolvimento humano. Esse último fator atua como coordenador e autorregulador dos demais, levando o sujeito a um processo de estados progressivos de equilíbrio que, no entanto, não são permanentes e sim um sistema aberto onde sempre emergirão novos conflitos ou desequilíbrios (PULASKI, 1980). Para Piaget, embora todos os fatores sejam importantes e fundamentais para o desenvolvimento, é a equilibrção que leva à reflexão e à construção e reconstrução das estruturas superiores, ou seja, é ela que, em última instância, atua como fator determinante e expressa a passagem de estados inacabados ou imperfeitos de equilíbrio para estados melhores a partir da intervenção de novas construções. Age como uma coordenação necessária entre os outros fatores, que não são isolados, e é mais geral do que os outros três porque pode ser analisada de maneira relativamente autônoma (Piaget, 1997).

Os estágios de desenvolvimento

De acordo com Piaget, o desenvolvimento cognitivo se dá por meio de períodos dependentes e relacionados entre si, num processo contínuo, qualitativo e quantitativo, que se desenrola ao longo de quatro estágios:

Sensório-motor – Zero a 2 anos

Pré-operatório – 2 a 6 anos

Operatório concreto – 6 a 11 anos

Operações formais – 11 a 16 anos

Tendo o estágio sensório-motor como ponto de partida do desenvolvimento, cada estágio emerge do anterior a partir de uma reorganização das características consolidadas em cada uma das etapas. As idades indicadas servem de referência, porém, o mais importante e imutável é a ordem dos estágios. No estágio sensório-motor, localiza-se a raiz do desenvolvimento intelectual, seguindo-se uma sucessão de estágios constantes nos quais as idades cronológicas servem de referência e podem diferir de uma criança para outra, motivadas por um contexto social ou cultural diferenciado.

O período sensório-motor (0 a 2 anos) corresponde ao período mais primitivo do desenvolvimento. As primeiras manifestações do comportamento inteligente são percebidas nas percepções sensoriais e nas atividades motoras. A criança, através da interação física com seu

meio, constrói um conjunto de esquemas de ações que lhe permitem conhecer a realidade e a forma como esta funciona. Nessa fase, o comportamento é basicamente motor e as ações da criança sobre o meio são espontâneas, advindas de motivações internas.

A criança ainda não é capaz de pensar conceitualmente. Piaget denomina as conquistas intelectuais dessa fase de inteligência prática, que possibilitam à criança a capacidade de coordenar no plano da ação os esquemas sensório-motores que utiliza. Ao final desse período, a criança terá construído as primeiras representações mentais resultantes de suas experiências externas. Ela já poderá realizar e elaborar conhecimentos por critérios advindos de sua prática, dos seus esquemas de ação, ou seja, o estágio termina com as primeiras demonstrações de lógica nas ações.

A quantidade e a qualidade de estímulos experimentados, por meio de diferentes modalidades sensoriais, serão imprescindíveis para a evolução dos pequenos. Eles alimentarão seu repertório para a sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Em relação aos procedimentos da escola para com as crianças, Piaget assevera que:

Os professores podem guiá-las proporcionando-lhes os materiais apropriados, mas o essencial é que, para que uma criança entenda, deve construir ela mesma, deve reinventar. Cada vez que ensinamos algo a uma criança estamos impedindo que ela descubra por si mesma. Por outro lado, aquilo

que permitimos que descubra por si mesma permanecerá com ela. (PIAGET, 1997, p. 53)

No período pré-operatório (2 a 6 anos), a criança já é competente ao nível do pensamento representativo (aparecem a linguagem e outras formas de representações como a imitação, o jogo simbólico e o desenho), mas carece de operações mentais que ordenem e organizem esse pensamento. Assim, o desenvolvimento intelectual nessa fase é parcialmente lógico. Para Piaget, o pensamento pré-lógico significa que a criança ainda não desenvolveu a capacidade de pensar de forma reversível, ou seja, de compreender que uma ação pode ocorrer em uma direção inversa. Embora a criança já seja capaz de evocar e representar mentalmente os objetos do meio externo, o pensamento ainda é dominado pelas percepções aparentes.

Tem-se, como uma das principais características dessa fase, o egocentrismo, que é a ausência de recursos e estruturas cognitivas que lhe permitam sair do seu ponto de vista e se colocar sob o ponto de vista do outro, considerando e integrando os estados e as transformações das coisas (Macedo, 1994). Para avançar nessa fase, é imprescindível o desenvolvimento de ações e intervenções pedagógicas que proporcionem à criança em formação os conflitos e as descobertas necessárias para a sua reorganização cognitiva.

No estágio operatório concreto (6 a 11 anos), o desenvolvimento intelectual vai se consolidando conforme as experiências físicas e concretas so-

bre o meio vão se acumulando. A criança começa a conceituar criando estruturas lógicas para a explicação das suas experiências, mas ainda sem capacidade de abstração, ou seja, ela precisa do objeto para maior compreensão dos fenômenos físicos, sociais e lógico-matemáticos.

Nesse período, ela desenvolve a capacidade de aplicar pensamentos lógicos a problemas concretos. Desenvolveu o pensamento reversível e é capaz de prestar atenção a vários aspectos da realidade ao mesmo tempo. Ela já domina a maior parte dos problemas de conservação, classificação e seriação, entendendo os mecanismos de transformações e usando a lógica para chegar a conclusões e soluções da maioria dos problemas concretos.

Como resultado da estruturação progressiva do estágio anterior, o sujeito atinge o raciocínio abstrato e conceitual, conseguindo ter em conta as hipóteses possíveis, ou seja, já é competente para pensar científica e abstratamente. Assim, ele transforma esquemas concretos em esquemas que operam com base na realidade apenas imaginada como possíveis. Os conteúdos escolares já podem ser tratados livremente, sem artifícios concretos, através de símbolos. No final desse período, o sujeito está apto a aplicar o raciocínio lógico a todas as classes de problemas.

Vale salientar que a trajetória de todas as fases é acompanhada pelo desenvolvimento da sociabilidade e afetividade do sujeito.

Implicações do pensamento piagetiano para a aprendizagem

São inegáveis as contribuições dos estudos de Piaget para a organização de projetos pedagógicos das escolas e das estratégias utilizadas em sala de aula. Elas podem ser de grande valia para o professor e servir como instrumento de melhorias da sua prática.

Destacaremos abaixo alguns elementos norteadores do construtivismo piagetiano.

- Na sala de aula, o professor deve viabilizar o progresso intelectual de seus alunos nas diferentes etapas de escolarização possibilitando o percurso de um estágio ao outro.
- Os conteúdos não devem ser concebidos como fins em si mesmos, mas como instrumentos que servem ao desenvolvimento evolutivo natural.
- Priorização de uma metodologia que leve ao descobrimento por parte do aluno em vez de receber passivamente através do professor.
- O professor deve entender que a aprendizagem é um processo construído internamente e depende do nível de desenvolvimento do sujeito.
- É importante conhecer os esquemas prévios dos alunos de modo que o planejamento das atividades esteja de acordo com esses esquemas.
- Os conflitos cognitivos são relevantes para o desenvolvimento da aprendizagem, assim o

professor deve proporcionar situações variadas de desequilíbrio objetivando favorecer esse desenvolvimento.

- Os trabalhos de grupos são fundamentais, pois a interação social favorece a aprendizagem e o desenvolvimento das estruturas mentais e da inteligência.
- A sala de aula deve ser um espaço dinâmico, diferenciado e de experimentação.
- O professor deve atentar para o processo que o aluno percorreu para alcançar as respostas e não só para as respostas em si.
- As experiências de aprendizagem necessitam estruturar-se de modo a privilegiar a colaboração, a cooperação e o intercâmbio de pontos de vista.
- A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

Concluímos destacando que as experiências escolares podem desempenhar um papel qualitativo fundamental no desenvolvimento das crianças, pelas funções sociais que cumprem e pela diversidade de aspectos envolvidos para a sua realização. As práticas de ensino devem ser coerentes com o modo de aprendizagem dos alunos e, nesse sentido, é grande a responsabilidade da escola como espaço estratégico de formação humana, e do professor, a partir da adoção de uma pedagogia que, de fato, permita às crianças serem sujeitos ativos nas suas ações.

Essas ideias contribuem sobremaneira para a construção de um novo conceito de infância e de escola, influenciando diretamente na organização dos sistemas de ensino e na definição das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- DOLLE, Jean Marie. Para compreender Jean Piaget: uma iniciação à psicologia genética piagetiana. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- MACEDO, Lino. A perspectiva de Jean Piaget. Série Ideias n. 2. São Paulo: FDE, 1994.
- PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- _____, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PULASKI, Mary Ann S. Compreendendo Piaget. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- WADSWORTH, Barry J. Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget. São Paulo: Pioneira, 1992.

Conheça como o Governo do Ceará editou e aprovou Leis, Decretos e Resoluções no decorrer do tempo, visando fornecer o embasamento jurídico necessário para a completa implementação do Programa Mais Infância Ceará como política pública estadual, o que se consolidou em março de 2019.

MARCOS LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

SÉRIE 3
Ano V - Nº143
Fortaleza,
02 de agosto de 2013.

DECRETO Nº 31.264
de 31 de julho de 2013.

Cria o Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO V Nº143 FORTALEZA, 02 DE AGOSTO DE 2013 3

coordenadas N 9590320,91 e E 530878,24, segue com distância (m) 717,94 e azimute 173°33'41"; e chega no vértice 6, de coordenadas N 9589607,50 e E 530958,75, segue com distância (m) 1276,26 e azimute 233°42'22"; e chega no vértice 7, de coordenadas N 9588852,05 e E 529930,09, segue com distância (m) 752,99 e azimute 297°23'46"; e chega no vértice 8, de coordenadas N 9589198,53 e E 529261,55, segue com distância (m) 319,61 e azimute 329°40'46"; e chega no vértice 9, de coordenadas N 9589474,42 e E 529100,20, segue com distância (m) 1184,56 e azimute 290°28'01"; e chega no vértice 10, de coordenadas N 9589888,62 e E 527990,42, segue com distância

ANEXO I
A QUE SE REFERE O DECRETO Nº31.263 DE 31.07.2013



*** **

DECRETO Nº31.264 de 31 de julho de 2013.

CRIA O COMITÊ CONSULTIVO INTERSECTORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art.88 da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o disposto nos artigos 279 e 280 da Constituição Estadual, que dispõem sobre o dever prioritário do Estado de amparar e proteger as crianças e adolescentes em situação de risco, e sobre a prioridade das políticas governamentais para a redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde, respectivamente; CONSIDERANDO a Lei nº14.026, de 17 de dezembro de 2007, que cria o Programa Alfabetização na Idade Certa, tendo como um dos eixos a educação infantil; CONSIDERANDO, ainda, a importância do fortalecimento de parcerias voltadas para a qualificação do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento infantil, DECRETA:

Art.1º Fica criado o Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, com a coordenação executiva da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Art.2º O Comitê será formado pelos representantes dos seguintes Órgãos Estaduais:

- I – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- II – Secretaria da Educação – SEDUC;
- III – Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- IV – Secretaria da Saúde – SESA;
- V – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;
- VI – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Art.3º Fica facultado ao Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil, criado por este Decreto, convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:

- I – Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE;
- II – União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
- III – Conselho das Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS;
- III – Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas a contribuir.

Art.4º O Comitê funcionará conforme regimento próprio, elaborado de forma participativa por seus membros.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 31 de julho de 2013.
Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

*** **

DECRETO Nº31.265, de 01 de agosto de 2013.

ALTERA O DECRETO Nº24.569, DE 31 DE JULHO DE 1997, QUE REGULAMENTA A LEI Nº12.670, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE ACERCA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS), E O DECRETO Nº29.183, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE CONSOLIDA E REGULAMENTA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ (FIDI).

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI do art.88 da Constituição Estadual, CONSIDERANDO a necessidade de atualização permanente das políticas de atração de investimentos para a economia cearense, DECRETA:

Art.1º O Decreto nº24.569, de 31 de julho de 1997, passa a vigorar com nova redação do §12 do art.13, nos seguintes termos:

"Art.13. (...)

(...)

§12. Encerra-se a fase de diferimento do pagamento do ICMS, de que tratam os incisos II, III, V e VI do §1º deste artigo, no momento em que o importador destinar a mercadoria ou bem importado:

I - para outro contribuinte deste Estado, exceto na situação de que trata o inciso XV do caput deste artigo;

II - para outra unidade da Federação, a qualquer título.

(...)" [NR]

Art.2º O Decreto nº29.183, de 8 de fevereiro de 2008, que consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FIDI), instituído pela Lei nº10.367, de 7 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - nova redação do inciso I do caput do art.4º e acréscimo do parágrafo único:

"Art.4º. (...)

I - garantia, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) meses consecutivos, dos incentivos do PCDM, com as seguintes reduções do ICMS gerado:

a) saídas interestaduais de mercadorias, em até 75% (setenta e cinco por cento);

b) saídas internas de mercadorias sem similar produzido neste Estado, em até 50% (cinquenta por cento);

(...)

Parágrafo único. Para usufruir do tratamento previsto na alínea "b" do inciso I do caput deste artigo, deverá o contribuinte comprovar a inexistência de similar produzido neste Estado, mediante atestado específico expedido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)." [NR]

II - acréscimo da alínea "d" ao inciso I do caput do art.42:

"Art.42. (...)

I - (...)

(...)

d) de aquisição interna de mercadoria realizada na forma do inciso XV do caput do art.13 do Decreto nº24.569, de 31 de julho de 1997;

(...)" [NR]

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 01 de agosto de 2013.
Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
João Marcos Maia
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

*** **

DECRETO Nº31.266 de 01 de agosto de 2013.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO REGULAMENTO DO PRÊMIO "CEARÁ DE CIDADANIA ELETRÔNICA" NA FORMA QUE ABAIXO SE DECLARA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art.88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO que a alteração do Decreto que regulamenta o Prêmio "Ceará de Cidadania Eletrônica", visa adequá-lo às novas diretrizes da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo, o que obriga que se proceda a sua publicação, DECRETA:

Art.1º. O Regulamento Prêmio "Ceará de Cidadania Eletrônica", de que trata o Decreto nº31.065, de 28 de novembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art.1º O Prêmio "Ceará de Cidadania Eletrônica", regido por este Regulamento, é concedido anualmente pelo Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), e tem por objetivo fomentar, divulgar e reconhecer a qualidade dos projetos públicos de Cidadania Eletrônica com os benefícios advindos da aplicação da TIC, incentivando os órgãos e entidades a automatizarem os seus serviços e processos, bem como disponibilizarem suas informações, para uma maior transparência das ações de Governo e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

§1º Serão considerados projetos de Cidadania Eletrônica os sistemas de informações, processos ou ferramentas que utilizem necessariamente TIC, com o objetivo de automatizar, otimizar e/ou facilitar os serviços para o efetivo atendimento ao cidadão (direta ou indiretamente);

§2º O prêmio é um reconhecimento público e o primeiro classificado em cada categoria será agraciado com troféu, e até quatro iniciativas em cada categoria serão premiadas com placas de menção honrosa.

§3º - A premiação instituída por este Decreto será entregue por personalidades escolhidas pelo Secretário da SEPLAG, em cerimônia de preferência pública, em data a ser estabelecida pela SEPLAG

Art.2º. Poderão inscrever-se e participar do prêmio os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas Federal, Estadual e Municipal sediadas no Ceará, com projetos que atendam os

arts. 1º a 3º desta Lei.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

SÉRIE 3
Ano VII - Nº235
Fortaleza,
16 de dezembro de 2015.

RESOLUÇÃO Nº 01/2015.

Dispõe sobre a nomeação da Presidente e do Vice-Presidente do CPDI, revisão do regimento interno e o desenho do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN.

47200001.08.243.050.14837.01.335041.70.1. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Josbertini Virgínia Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS e Magno Miranda de Souza - Tapera das Artes.
Daniele Barbosa de Oliveira
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº128/2015 IG Nº876065

CONVENIENTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS, inscrita no CNPJ sob o nº08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque nº230, Bairro Joaquim Távora, CEP: 60.130-160, Fortaleza/CE e OBRA SOCIAL LUMEN, inscrita no CNPJ sob o nº04.082.338/0001-90, com sede na Rua Conselheiro Estelita, nº255, Centro, Fortaleza/CE. OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio a execução do Projeto São Bento, que visa a reforma da estrutura física do anexo do Centro Social Lumen, na comunidade 31 de março, para garantir as atividades socioeducativas, culturais e esportivas desenvolvidas na comunidade para crianças e adolescentes, visando o resgate da dignidade e cidadania dessa população, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho selecionado/aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolvem firmar o presente Convênio, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Complementar Federal nº101/2000, da Lei Complementar Estadual nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.674/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015), da Lei nº15.753/2014, (Lei Orçamentária Anual de 2015), da Lei nº15.857/2015 (Lei Autorizativa Específica), do Decreto nº31.406/2012, do Decreto nº31.621/2014, da Portaria nº011/2015, da Portaria nº. 130/2015, ambas da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, da Lei Federal nº8.666/1993, alterada e consolidada, no que couber por força de seu Art.116, do PPA 2012-2015 e do Processo Administrativo nº6546981/2015. FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do presente instrumento. VALOR: A Concedente, por força deste Convênio, transferirá à Conveniente recursos financeiros no valor total de R\$36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 47200001.08.243.050.14837.01.335041.70.1. DATA DA ASSINATURA: 16 de Novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Josbertini Virgínia Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS e Edwin Igor Salvador Schwartz Costa - Obra Social Lumen.

Daniele Barbosa de Oliveira

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

RESOLUÇÃO Nº01/2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CPDI, REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO E O DESENHO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PADIN).

O COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ESTADO DO CEARÁ (CPDI), instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art.1º. Declarar eleitos a Presidente do Comitê, Primeira-dama do Estado do Ceará, Sra. Onélia Maria Moreira Leite de Santana, e o Vice-presidente, Sr. Sebastião Lopes Araújo, a partir do processo eletivo realizado no 6º Reunião Ordinária de 2015 do CPDI, no dia 23 de julho de 2015.

Parágrafo Único. A Presidente e o Vice-Presidente do Comitê são eleitos para um mandato de quatro anos, reelegíveis, contados a partir da data da eleição, conforme determina o art.5º do Regimento Interno do CPDI.

Art.2º. Aprovar a versão revisada do Regimento Interno do Comitê (anexo I), adequada à nova composição estabelecida pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015. A revisão ocorreu no 8º Reunião Ordinária de 2015 do CPDI, realizada no dia 28 de agosto de 2015.

Art.3º. Emitir parecer de caráter opinativo (anexo 2) sobre o desenho atual do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), apresentado para fins de conhecimento e considerações do Comitê na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015.

Fortaleza, 24 de novembro de 2015.
Onélia Leite de Santana
PRESIDENTE DO CPDI

Republicada por incorreção.

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ - CPDI CAPÍTULO I DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art.1º O Comitê Consultivo Intersetorial, instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, é organizado na forma de colegiado, de natureza consultiva e tem como finalidade:

- I - propor a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;
 - II - promover a articulação de políticas, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida na primeira infância.
- Art.2º Compete ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil:
- I - conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;
 - II - monitorar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento infantil;
 - III - definir, acompanhar e divulgar os principais indicadores de resultado na área de desenvolvimento infantil;
 - IV - propor a realização e apoiar a divulgação de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil no Estado do Ceará.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Art.3º O Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil terá a seguinte composição:

- I - Secretária do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- II - Secretária da Educação – SEDUC;
- III - Secretária do Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- IV - Secretária da Saúde – SESA;
- V - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS;
- VI - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE;
- VII - Secretária da Cultura – SECULT;
- VIII - Secretária da Justiça e Cidadania – SEJUS;
- IX - Secretária do Esporte – ESPORTE;
- X - Gabinete do Governador.

Art.4º Fica facultado ao Comitê convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:

- I - Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE;
- II - União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIMÉ;
- III - Conselho das Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS;
- IV - Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas a contribuir.

Art.5º O Presidente e Vice-Presidente do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos, reelegíveis, contados a partir da data da eleição, devendo a nomeação ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Art.6º Os membros titulares do Comitê e seus suplentes serão indicados pelo gestor de cada pasta, com publicação no Diário Oficial.

Parágrafo único. Na ausência do membro titular, o suplente poderá substituí-lo em sua plenitude.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO Seção I Das Reuniões

Art.7º As reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, a cada dois meses, e extraordinariamente, quando necessário, por decisão do Presidente do Comitê.



§1º A convocação para as reuniões será feita pela Secretaria Executiva, por meio de comunicação escrita, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data marcada, e encaminhada aos membros junto com a pauta da reunião.

§2º As reuniões do Comitê serão realizadas em primeira convocação com, no mínimo, a maioria simples de seus membros titulares ou suplentes, e em segunda convocação, quinze minutos mais tarde, com qualquer número de membros presentes.

§3º Das reuniões lavrar-se-ão atas que serão encaminhadas a todos os membros do Comitê, por meio eletrônico.

Art.8º O Comitê terá como Secretário Executivo o representante da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, que dará o suporte necessário ao seu pleno funcionamento.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Secretário, será indicado um substituto pelo Presidente do Comitê, cujo procedimento constará em ata.

Art.9º As reuniões do Comitê deverão obedecer a seguinte sequência:

- I – Verificação do quorum;
- II – Aprovação da ata da sessão anterior;
- III – Ordem do dia;
- IV – Assuntos Gerais.

§1º Por requerimento de qualquer dos integrantes da reunião, desde que aprovado por maioria simples, a ordem do dia poderá ser invertida ou modificada.

Art.10. As matérias submetidas a discussão serão, quando for o caso, colocadas em votação pela Presidência.

§1º Terão direito a voto todos os titulares ou seus suplentes, quando estiverem representando os titulares, cabendo à Presidência, em caso de empate, além de seu respectivo voto, o voto de qualidade.

§2º Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos.

§3º As principais decisões e encaminhamentos do Comitê serão adotados sob a forma de resolução.

§4º As atas das reuniões deverão ser publicadas em sítio eletrônico.

Art.11. Os casos omissos relacionados à periodicidade e sistemática de funcionamento das reuniões serão decididos pelo Presidente.

Seção II

Das Reuniões Virtuais

Art.12. Em caráter excepcional e havendo urgência, por determinação expressa do Presidente poderá ser convocada reunião extraordinária virtual para deliberação de assunto específico. As reuniões serão operacionalizadas por meio de envio de mensagens eletrônicas (e-mail) da Secretaria Executiva para os membros titulares e suplentes do Comitê.

I - A reunião extraordinária virtual terá o prazo de duração de 4 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de envio do e-mail de convocação. A manifestação dos membros será considerada válida dentro do período estabelecido e por meio de mensagem eletrônica (e-mail);

II - As reuniões serão utilizadas para aprovação de decisões e encaminhamentos no âmbito das atribuições deste Comitê.

§1º Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos dos membros do colegiado.

§2º Caso a maioria simples dos votos seja obtida antes do prazo final estabelecido, considerará-se encerrada a reunião.

Art.13. O resultado da deliberação será repassado na próxima reunião presencial dos Conselheiros para constar em ata.

Seção III

Da Presidência e sua Competência

Art.14. Compete ao Presidente do Comitê Consultivo das Políticas de Desenvolvimento Infantil:

- I – presidir as atividades do Comitê;
- II – representar o Comitê em todos os seus atos ou delegar sua representação;
- III – exercer o direito de voto e, no caso de empate, o de qualidade;
- IV – resolver as questões de ordem suscitadas em reunião;
- V – cumprir e fazer cumprir as normas legais, regulamentares e regimentais;
- VI – convidar para as reuniões gestores, representantes de instituições governamentais e não governamentais e representantes da iniciativa privada com atribuições relacionadas ao tema do desenvolvimento infantil, com direito a voz e sem direito a voto, visando contribuir nas discussões com os membros do Comitê.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do presidente, o Vice-Presidente assumirá as suas competências.

Seção IV

Dos Membros do Comitê e suas Competências

Art.15. São atribuições dos membros do Comitê:

I – participar das reuniões regular e ativamente, contribuindo de forma objetiva e concreta para o alcance dos objetivos do Comitê;

II – comunicar à Secretaria Executiva do Comitê em tempo hábil após convocação, casos de impedimentos de participação nas reuniões;

III – analisar, discutir e votar, quando for o caso, as matérias constantes na pauta das reuniões;

IV – apresentar subsídios sobre as matérias em discussão, visando facilitar as decisões do Comitê;

V – propor, quando julgar necessário, redimensionamento das ações do Comitê, observando a legislação pertinente.

Art.16. O membro, titular ou suplente, que não se fizer presente a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas no período de um ano, sem apresentar justificativa fundamentada por escrito, dará ensejo a pedido de substituição à instituição por ele representada.

Parágrafo único. Caso não haja manifestação da instituição respectiva, no prazo de trinta dias, o assunto será levado à discussão em reunião, que decidirá e proporá adequação dessa representação no Comitê.

Seção V

Da Secretaria Executiva do Comitê e suas Competências

Art.17. São atribuições do Secretário Executivo do Comitê:

- I- organizar a realização das reuniões do Comitê, expedindo convocações, pautas, atas, dentre outros documentos pertinentes;
- II- auxiliar, no que lhe competir, o Presidente e os membros nas atividades do Comitê;
- III- acompanhar as decisões do Comitê, subsidiando o Presidente com informações;
- IV- remeter ao Presidente, quando necessária a sua apreciação e decisão, informações sobre matéria da competência do Comitê;
- V- exercer outras atividades de sua competência ou que lhes forem atribuídas pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art.18. Este regimento poderá ser alterado por deliberação de 2/3 dos membros do Comitê.

Art.19. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento serão solucionados por deliberação do Comitê, em qualquer de suas reuniões, por maioria simples dos presentes.

Art.20. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II

PARECER SOBRE O DESENHO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PADIN

O Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará - CPDI, em atendimento à sua regulamentação própria, notadamente o inciso I do Art.2º do Regimento Interno, que versa sobre a atribuição de "conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil", opina pela aprovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN no modelo apresentado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015, registrando, entretanto, para fins de contribuição no alcance de seus resultados, as seguintes sugestões:

- I) Que o Programa revise as áreas de atuação na capital cearense, priorizando o bairro Vicente Pinzon, da Regional II, considerando os elevados índices de vulnerabilidade social existentes no referido bairro. Isso possibilitará, além dos benefícios diretos gerados pelo programa, a integração e consequente fortalecimento das diversas políticas sociais planejadas para aquele bairro no âmbito do Ceará Pacífico.
- II) Que na indicação do Supervisor do Programa, cuja função será exercida por um profissional de nível superior da Secretaria Municipal da Educação que atua no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), na área de Educação Infantil, sejam priorizados os que forem servidores públicos efetivos do município, a fim de que não haja prejuízo na continuidade das atividades e no desempenho do Programa.
- III) Que seja revista a metodologia de atuação junto às comunidades indígenas e quilombolas, considerando as demandas específicas manifestadas por cada um desses grupos. A adequação das ações do Programa às características culturais locais, sem alterar a essência de seu planejamento, são fundamentais para a garantia o alcance dos objetivos traçados.



- IV) Que o PADIN, cuja fase piloto prevê sua implantação nos 36 municípios cearenses com maior número de pessoas em situação de pobreza, seja expandido para os demais municípios do Estado, sem que para isso esteja concluída a avaliação que o Banco Mundial realizará sobre essa etapa, a fim ofertá-los, no menor tempo possível, a oportunidade de também serem contemplados com as ações do Programa.
- V) Que a coordenação do PADIN, cuja fase inicial prevê a sua implantação em 8 municípios, avalie criteriosamente, ao término dessa primeira etapa, a formação e atuação dos JADI (Jovens Agentes do Desenvolvimento Infantil) e a aceitação das comunidades participantes a estes jovens, pois estes fatores podem constituir risco ao Programa, cabendo à coordenação reavaliar e ajustar, caso necessário, essa estratégia para a continuação nos demais municípios do Estado.

*** **

SECRETARIA DO TURISMO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº113/2015

DAS PARTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada na Avenida Washington Soares, nº999, Edson Queiroz, CEP: 60.811-341, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; De outro lado, PIMENTA AUTORIZATÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº18.833.049/0001-90 sediada na Rua Augusto dos Anjos, nº829, Bairro: Parangaba, Fortaleza/CE, CEP: 60.720-971 Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ para a realização do Evento "FEIRA DE CIÊNCIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO", conforme CLÁUSULA TERCEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará - CEC, instituído pelo Decreto nº31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº31.670, de 09 de fevereiro de 2015 e pelo Decreto nº31.674, de 12 de fevereiro de 2015. DO VALOR E DO PRAZO: O valor e o prazo da autorização de uso segunido a tabela de preços definidos pela Portaria nº15/2015, identificando montagem, conforme abaixo. PAVILHÃO LESTE MONTAGEM: 18 DE NOVEMBRO DE 2015 TOTAL DA MONTAGEM: R\$1.125,00 REALIZAÇÃO: 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2015 TOTAL DA REALIZAÇÃO: R\$4.500,00 DESMONTAGEM: 21 DE NOVEMBRO DE 2015 TOTAL DA DESMONTAGEM: R\$1.125,00 TOTAL MONTAGEM/REALIZAÇÃO/DESMONTAGEM: R\$6.750,00; TAXA (ÁGUA/ENERGIA/LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS COMUNS): R\$2.700,00; TOTAL FINAL R\$9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) DA FORMA DE PAGAMENTO: I - Pelo uso das dependências, objeto do presente contrato, deverá a AUTORIZATÁRIA satisfazer o pagamento do valor de R\$9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) referente ao valor total do presente contrato, nas seguintes condições: PARCELAS VENCIMENTO VALOR (R\$) Pagamento Integral 17/11/2015 9.450,00 II - O pagamento das parcelas do presente contrato deverá ser efetuado através de DAE - Documento de Arrecadação Estadual ou outra modalidade que a AUTORIZANTE indicar, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado à Gerência Comercial do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ, que autorizará a montagem e/ou a realização do evento. III - O valor do pagamento acima especificado inclui todas as despesas da autorização de uso ora acordada. IV - Havendo necessidade da autorização de áreas e/ou serviços complementares, os mesmos deverão ser solicitados a AUTORIZANTE, que providenciará a formalização. V - Em caso de alteração da tabela de preços, sem que tenha havido o pagamento do preço inicialmente ajustado neste termo de autorização de uso, deverá a AUTORIZATÁRIA pagar à AUTORIZANTE os novos valores, sem qualquer desconto, de acordo com a tabela vigente à época do pagamento. VI - O valor de 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), referente ao pagamento de 10% (dez por cento) do valor total bruto do contrato até dia 17/11/2015, a título de caução. VII - A caução referida no parágrafo acima deverá ser recolhida em cheque, e permanecerá sob a custódia da Secretaria de Turismo - SETUR até que sejam quitadas todas as contas referentes à montagem, realização e desmontagem do evento e reparado todos os danos causados ao imóvel, seus móveis e utensílios. VIII - Os danos referidos serão avaliados em conjunto pelo autorizante e autoritário e, não sendo verificada irregularidade, o cheque-caução será restituído logo após a vistoria. FORO: FORTALEZA-CE DATA DA ASSINATURA: 26 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Luciana Mendes Lobo (Secretária Executiva do Turismo); Daniel Meireles de Sousa Fontenele e Flávio Aguiar Ribeiro (Autorizatórios).

imóvel, seus móveis e utensílios. VIII - Os danos referidos serão avaliados em conjunto pelo autorizante e autoritário e, não sendo verificada irregularidade, o cheque-caução será restituído logo após a vistoria. FORO: FORTALEZA-CE DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Luciana Mendes Lobo (Secretária Executiva do Turismo) e Victor Hugo Rocha Menezes (Autorizatório).

Jamille Barbosa da Rocha Silva

COORDENADORA DA ASJUR

*** **

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº117/2015

DAS PARTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada na Avenida Washington Soares, nº999, Edson Queiroz, CEP: 60.811-341, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; De outro lado, PIMENTA EVENTOS E SOCIEDADE ARTÍSTICA LTDA., doravante denominada simplesmente AUTORIZATÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº11.994.252/0001-08 sediada na Av. Padre Antônio Tomás, nº850, Loja 01 e 02 B, Bairro: Aldeota, CEP: 60.140-160, Fortaleza/CE. Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ para a realização do Evento "UNIVERSO CASUO SHOW", conforme CLÁUSULA TERCEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará - CEC, instituído pelo Decreto nº31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº31.670, de 09 de fevereiro de 2015 e pelo Decreto nº31.674, de 12 de fevereiro de 2015. DO VALOR E DO PRAZO: O valor e o prazo da autorização de uso segunido a tabela de preços definidos pela Portaria nº15/2015, identificando montagem, realização e desmontagem do evento, conforme abaixo. PAVILHÃO OESTE MONTAGEM: 05 DE DEZEMBRO DE 2015 TOTAL DA MONTAGEM: R\$4.500,00; REALIZAÇÃO: 06 DE DEZEMBRO DE 2015 TOTAL DA REALIZAÇÃO: R\$9.740,00; DESMONTAGEM: 07 DE DEZEMBRO DE 2015 TOTAL DE DESMONTAGEM: R\$4.500,00 TOTAL MONTEGEM/REALIZAÇÃO/DESMONTAGEM: R\$18.740,00; TAXA (ÁGUA/ENERGIA/LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS COMUNS): R\$4.122,00 TOTAL FINAL R\$22.862,00 (Vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais) DA FORMA DE PAGAMENTO: I - Pelo uso das dependências, objeto do presente contrato, deverá a AUTORIZATÁRIA satisfazer o pagamento do valor de R\$22.862,00 (Vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais) referente ao valor total do presente contrato, nas seguintes condições: PARCELAS VENCIMENTO VALOR (R\$) Pagamento Integral 13/11/2015 22.862,00 II - O pagamento das parcelas do presente contrato deverá ser efetuado através de DAE - Documento de Arrecadação Estadual ou outra modalidade que a AUTORIZANTE indicar, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado à Gerência Comercial do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ, que autorizará a montagem e/ou a realização do evento. III - O valor do pagamento acima especificado inclui todas as despesas da autorização de uso ora acordada. IV - Havendo necessidade da autorização de áreas e/ou serviços complementares, os mesmos deverão ser solicitados a AUTORIZANTE, que providenciará a formalização. V - Em caso de alteração da tabela de preços, sem que tenha havido o pagamento do preço inicialmente ajustado neste termo de autorização de uso, deverá a AUTORIZATÁRIA pagar à AUTORIZANTE os novos valores, sem qualquer desconto, de acordo com a tabela vigente à época do pagamento. VI - O valor de R\$2.286,20 (dois mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), referente ao pagamento de 10% (dez por cento) do valor total bruto do contrato até dia 06/11/2015, a título de caução. VII - A caução referida no parágrafo acima deverá ser recolhida em cheque, e permanecerá sob a custódia da Secretaria de Turismo - SETUR até que sejam quitadas todas as contas referentes à montagem, realização e desmontagem do evento e reparado todos os danos causados ao imóvel, seus móveis e utensílios. VIII - Os danos referidos serão avaliados em conjunto pelo autorizante e autoritário e, não sendo verificada irregularidade, o cheque-caução será restituído logo após a vistoria. FORO: FORTALEZA-CE DATA DA ASSINATURA: 26 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Luciana Mendes Lobo (Secretária Executiva do Turismo); Daniel Meireles de Sousa Fontenele e Flávio Aguiar Ribeiro (Autorizatórios).

Jamille Barbosa da Rocha Silva

COORDENADORA DA ASJUR

*** **

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

SÉRIE 3

Ano XI - Nº059

Caderno 1/2

Fortaleza,

28 de março de 2019.

LEI Nº16.856,

22 de março de 2019.

Dispõe, no âmbito do Estado do Ceará, sobre o Programa Mais Infância Ceará para a promoção do Desenvolvimento Infantil.

Editoração Casa Civil CEARÁ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 28 de março de 2019 | SÉRIE 3 | ANO XI Nº059 | Caderno 1/2 | Preço: R\$ 17,04

PODER EXECUTIVO

LEI Nº16.849, 06 de março de 2019.

INSTITUI O PROJETO SAÚDE, BOMBEIROS E SOCIEDADE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, por meio desta Lei, o Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade, o qual se preordena à execução de atividades voltadas ao bem-estar, preferencialmente, de pessoas idosas, fornecendo-lhes amplo acesso a um programa de atividades de integração social por meio da prática de atividade física de baixo impacto, esportes, campanhas socioeducativas, eventos cívicos bem como de instruções relacionadas a conhecimentos elementares de prevenção de incêndios, prevenção de acidentes domésticos e conhecimento básicos de emergência pré-hospitalar e primeiros socorros.

§ 1º É objetivo do Projeto de que trata o caput proporcionar a seu público-alvo o pleno desenvolvimento de sua saúde física e mental, além de ampliar o acesso à cultura, ao lazer, à convivência comunitária, direitos ampliativos da dignidade da pessoa humana.

§ 2º O ingresso de pessoas no Projeto será livre e gratuito, ficando condicionado, tão somente, à apresentação de atestado médico que demonstre, por parte do pretendente, capacidade de saúde para a realização das atividades moderadas de condicionamento físico, as quais integram o projeto em caráter primordial.

§ 3º Incumbe ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, por meio do seu Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano, o dever de viabilizar as necessárias atividades indispensáveis ao cumprimento desta Lei, atuando este órgão em núcleos descentralizados em bairros do Município de Fortaleza, da Região Metropolitana e de municípios do interior do Estado, os quais servirão como centros operativos do programa em relação ao seu público-alvo.

Art. 2º As atividades do Projeto de que trata o art. 1º desta Lei serão ministradas por bombeiros designados para esse fim, sendo gerenciadas nos respectivos núcleos de cada área geográfica, com omissa divisão estabelecida no âmbito de Portaria regulamentar, estando estes sob a responsabilidade de militar do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, o qual velará pela regularidade do Projeto tanto em termos de sua prestação continuada como no efetivo controle das atividades de instrução e recreação iminentes ao objeto desta Lei.

§ 1º Em cada núcleo, existirá uma colaboradora voluntária, escolhida por votação dos próprios participantes do Projeto, incumbindo-lhe a representação do grupo junto à Coordenação institucional, auxiliando na organização e servindo como referência de interlocução para fins de apresentação de sugestões e reivindicações, sempre na perspectiva de aprimoramento das finalidades do Projeto.

§ 2º O número de idosos e servidores militares do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará participantes em cada núcleo bem como as diretrizes de organização e funcionamento do projeto serão definidos em portaria do Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, devendo os núcleos receberem estruturação de modo a permitir acesso ao programa em amplitude superlativa, estando esta atividade administrativa subordinada ao Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, o CTDH.

Art. 3º Os militares, instrutores e coordenadores, em cada núcleo específico, terão direito à percepção da hora-aula correspondente à instrução dada, nos exatos termos da legislação específica sobre essa matéria.

Parágrafo único. Os recursos indispensáveis à concretização do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade correrão por dotação orçamentária do próprio órgão executor, devendo este ser responsável pela aquisição dos materiais necessários à viabilidade do Projeto bem assim pela garantia de sua prestação sem solução de continuidade, ficando defeso, terminantemente, sua interrupção, salvo nos períodos regulares de recessos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo, por ato do Governador do Estado, autorizado, na forma do art. 185 da Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006 a reverter, em caráter transitório, ao serviço ativo o bombeiro militar que, por aceitação voluntária, desejar participar desse projeto e demais projetos sociais do CBMCE, desde que aprovado nos exames laboratoriais e em inspeção médica de saúde aos quais será previamente submetido.

§ 1º O Bombeiro Militar Estadual revertido nos termos deste artigo poderá ficar classificado no Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano - CTDH do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará ou no Batalhão de Segurança Patrimonial - BSP, e terá os direitos e deveres dos da ativa de igual situação hierárquica, exceto quanto à promoção, a que não ocorrerá.

§ 2º Aplica-se, no que couber, ao Bombeiro Militar revertido nos termos deste artigo, a mesma regulamentação prevista aos militares revertidos

nos termos da Lei nº 12.098, de 5 de maio de 1993, podendo exercer, inclusive, aquelas funções previstas no art. 2º do Decreto nº 24.338, de 16 de janeiro de 1997.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2019.

Camilo Sobreira de Santana GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº16.856, 22 de março de 2019.

DISPÕE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ, SOBRE O PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, objetivos, eixos e competências, para a formulação e implementação do Programa Mais Infância Ceará, seus planos, projetos, serviços e benefícios em atenção ao princípio da prioridade absoluta, da especificidade e da relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e na formação humana, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal, a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, entre outros.

Art. 2º O Programa Mais Infância Ceará constitui política pública do Estado que busca promover o desenvolvimento infantil e gerar as possibilidades para o desenvolvimento integral da criança de forma intersetorial no âmbito do Estado e dos municípios.

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E EIXOS

Seção I

Dos Princípios

Art. 3º O Programa Mais Infância Ceará, seus planos, projetos, serviços e benefícios, todos voltados ao atendimento dos direitos da criança, obedecerão aos seguintes princípios e às diretrizes seguintes:

I - a criança enquanto titular de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral e integrada de que trata esta Lei, sendo asseguradas, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

II - a promoção do integral e integrado de suas potencialidades considerando todas as especificidades da criança desde o período gestacional;

III - o fortalecimento do vínculo e o pertencimento familiar e comunitário;

IV - a participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito de acordo com o seu estágio de desenvolvimento;

V - a responsabilização da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público a garantia, com absoluta prioridade, da efetivação dos direitos da criança.

Seção II

Dos Objetivos e Eixos

Art. 4º O Programa Mais Infância Ceará será implementado pela abordagem e coordenação intersetorial, em articulação com as diversas políticas setoriais numa visão abrangente de todos os direitos da criança, constituindo-se num instrumento por meio do qual o Estado e os Municípios asseguram o atendimento dos direitos da criança de forma integral e integrada de acordo com suas características biopsicossociais, culturais e seu contexto, familiar, comunitário e ambiental.

Parágrafo único. Considera-se criança para os fins desta Lei, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Art. 5º São objetivos do Programa oferecer inovações, estratégias e ações para o desenvolvimento integral e integrado da infância e o fortalecer o vínculo familiar, comunitário e ambiental.

Art. 6º O Programa Mais Infância Ceará é estruturado nos seguintes eixos:

I - Tempo de Crescer, que compreende a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de serviços, assistência, acompanhamento, formações e visitas domiciliares que contemplem profissionais, pais e cuidadores;

II - Tempo de Brincar, que compreende o brincar como ferramenta para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, além do convívio familiar, da socialização e da sua integração com a cultura de sua

Table with 2 columns: Position and Name. Governor: CAMILO SOBREIRA DE SANTANA; Vice-Governadora: MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO; Casa Civil: JOSÉ ÉLCIO BATISTA; Procuradoria Geral do Estado: JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA; Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado: ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO; Secretaria da Administração Penitenciária: LUÍS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO; Secretaria das Cidades: JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior: INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA; Secretaria da Cultura: FABIANO DOS SANTOS; Secretaria do Desenvolvimento Agrário: FRANCISCO DE ASSIS DINIZ; Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho: FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR; Secretaria da Educação: ELIANA NUNES ESTRELA; Secretaria do Esporte e Juventude: ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO; Secretaria da Fazenda: FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA; Secretaria da Infraestrutura: LÚCIO FERREIRA GOMES; Secretaria do Meio Ambiente: ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO; Secretaria do Planejamento e Gestão: JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO (RESPONDENDO); Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO; Secretaria dos Recursos Hídricos: FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA; Secretaria da Saúde: CARLOS ROBERTO MARTINS RODRIGUES SOBRINHO; Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: ANDRÉ SANTOS COSTA; Secretaria do Turismo: ARIALDO DE MELLO PINHO; Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário: CÂNDIDA MARIA TORRES DE MELO BEZERRA.

comunidade com a construção e revitalização de espaços públicos; III - Tempo de Aprender, que compreende o acesso à educação infantil como direito e garantia para o desenvolvimento integral da criança por meio da construção de espaços e qualificação de profissionais.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º Caberá ao Estado, por meio da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da população infantil em situação de vulnerabilidade social em articulação com as secretarias afins, os municípios e as organizações representativas da sociedade civil.

Art. 8º A Sociedade Civil participará da proteção e promoção do desenvolvimento integral à criança, por meio dos Conselhos, Comitês, das Redes Intersetoriais, Fundações e organizações da sociedade civil, executando ações complementares nas comunidades ou em parceria com o Poder Público, respeitada a primazia do Estado na condução das políticas públicas que competem à infância.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO

Art. 9º O Programa Mais Infância Ceará terá suas ações prioritariamente assumidas pelo Poder Público de forma direta, podendo a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, para implementá-lo, firmar convênios com órgãos da administração direta ou indireta de outras esferas de governo bem como celebrar parcerias com o setor privado, na forma da lei.

Art. 10. A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos e outros órgãos responsáveis pelo atendimento da criança, no âmbito de suas competências elaborarão proposta orçamentária para financiamento dos planos, projetos, serviços e benefícios de que trata o Programa.

Art. 11. Caberá ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará - CPDI instituído pelo Decreto nº 31.264, de 31 de julho de 2013 e alterado pelo Decreto nº 31.739, de 3 de junho de 2015:

I - propor a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;

II - promover a articulação de políticas, programas e projetos voltados para melhoria da qualidade de vida na primeira infância.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Caberá ao Secretário de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos nomear o responsável pela coordenação do Programa Mais Infância Ceará, o qual ocupará o cargo de provimento em comissão de Assessor

Especial II (GAS-2), na forma da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e terá como atribuição coordenar, executar e monitorar as ações do Programa.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de março de 2019.

Camilo Sobreira de Santana GOVERNADOR DO ESTADO

DECRETO Nº33.024, de 27 de março de 2019.

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO CEARÁ DE DA UNIÃO POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, incisos IV a VI da Constituição Estadual, CONSIDERANDO que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado ou da União por delegação de competência, objetiva viabilizar recursos para as atividades de gestão dos recursos hídricos, das obras de infraestrutura operacional do sistema de oferta hídrica, bem como incentivar a racionalização do uso da água; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o valor da tarifa e os critérios de cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado do Ceará, em face do estudo de tarifas realizado no âmbito do Programa Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - PROGERIH, e atualizado anualmente pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH; CONSIDERANDO que o sistema de preços estabelecido no referido estudo está fundamentado no custo marginal do gerenciamento dos recursos hídricos e na capacidade de pagamento da demanda de água nas várias modalidades de uso, cuja metodologia aplicada permitiu a delimitação de um modelo tarifário de água bruta para o Ceará e a proposição de uma nova matriz de preços, necessitando, assim de regulamentação; CONSIDERANDO que o modelo apresenta a forma binomial envolvendo um componente referente ao consumo (tarifa de consumo) e outro equivalente à demanda outorgada (tarifa de demanda), mas em decorrência da necessidade de estruturação do órgão de gerenciamento, da universalização da outorga, assim como uma maior compreensão e aceitação dos usuários, a cobrança deverá ser implementada de forma monomial, admitindo tarifas apenas definidas com base na água consumida (tarifa de consumo); CONSIDERANDO o estabelecido no art.15 e art.16, da Lei Estadual nº 14.844, de



Como fazer? Como participar? Como replicar os modelos apresentados neste livro? A seguir, uma colaboração de ordem técnica direcionada aos gestores públicos interessados em contribuir a favor do desenvolvimento das crianças, implantando em seus municípios os equipamentos a seguir.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS



BRINQUEDOPRAÇA

As Brinquedopraças são espaços voltados para crianças de 2 a 12 anos e integram o pilar Tempo de Brincar. Cada Brinquedopraça possui um circuito de 8 brinquedos que estimulam o desenvolvimento da criança, oferecendo um estilo de vida mais ativo, através de atividades psicomotoras, treino de agilidade, força e coordenação.

1. PISO EMBORRACHADO ANTI-IMPACTO, ANTIDERRAPANTE E DRENANTE

Área de 230m², possibilitando livre circulação entre os brinquedos, com piso emborrachado nas cores azul, vermelho e verde, que proporciona a absorção de impactos e evita quedas mesmo quando a superfície está molhada.

2. DOIS BRINQUEDOS DE MOLA

3. DUAS GANGORRAS

4. DOIS ESCORREGADORES COM BALANÇO TRIPLO

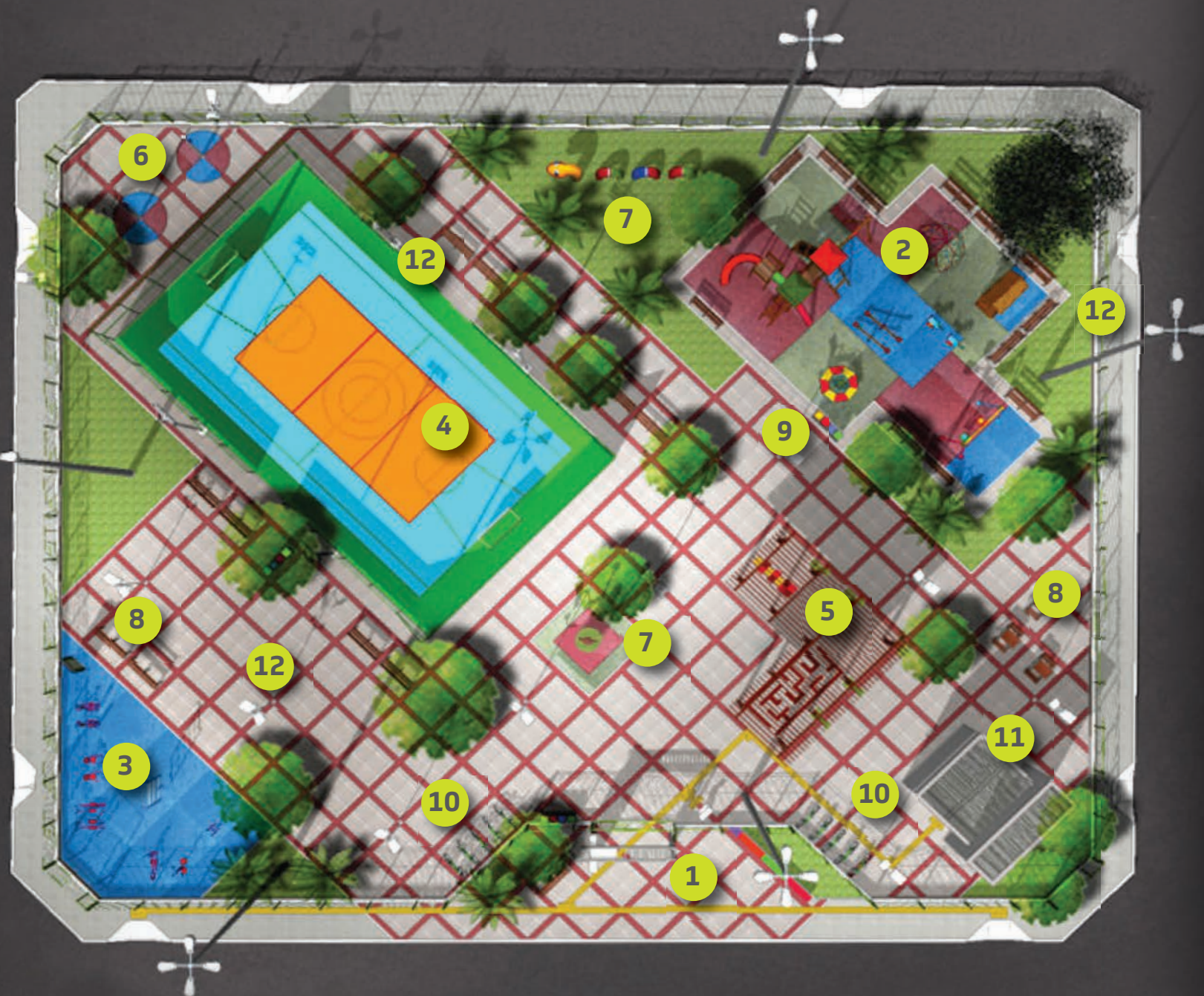
5. UMA CASINHA DUPLA COM PONTE DE PLAYGROUND

6. UMA CASINHA DUPLA COM PONTE DE EUCALIPTO

7. GRADIL METÁLICO

Cercado para garantir a segurança de todo o espaço, padrão nylofor cor verde bandeira ou equivalente, com montantes regulares de aço galvanizado com fechamento superior.

PRAÇA MAIS INFÂNCIA



1. PRAÇA DE ACOLHIDA

Área de chegada na praça antes do pórtico de entrada, espaço que funciona como um ponto de encontro, dispendo de bancos de alvenaria integrados ao jardim, com assentos pintados com tinta à base de resina acrílica para piso nas cores violeta, laranja, verde e vermelho.

2. PLAYGROUND

Área do *playground* é de cerca de 250m² e deve ser composta de 8 brinquedos que visam o desenvolvimento de crianças da faixa etária de 2 a 12 anos, sendo uma casinha dupla com ponte de *playground*, uma casinha dupla com ponte de eucalipto, dois escorregadores com balanço triplo, duas gangorras e dois brinquedos em mola.

Esta área deve ter piso emborrachado anti-impacto, anti-derrapante e drenante nas cores azul, vermelho e verde, com espessura mínima de 3mm. Fixação através de pinos de travamento (sem cola), em contrapiso regularizado com inclinação de 1%.

3. ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE

A academia recebe 11 equipamentos, sendo: um surf lateral duplo, um alongador de 3 alturas, um aparelho de rotação diagonal dupla, dois simuladores de caminhada individual, um multiexercitador de 6 funções, dois esquis individuais, dois aparelhos de rotação vertical dupla e uma estação academia ao ar livre cadeirante, todos voltados para pessoas idosas, para fortalecer a musculatura e atuar na melhoria das perdas funcionais e favorecer a construção de círculos sociais.

Esta área deve ter piso emborrachado anti-impacto, anti-derrapante e drenante, que proporciona a absorção de impactos e evita quedas mesmo quando a superfície está molhada.

4. QUADRA POLIESPORTIVA

Área cercada com alambrado de estrutura em tubos de ferro galvanizado com tela de arame galvanizado e piso em granitina polida (piso industrial) cor cinza, em cimento comum com linhas de demarcação brancas e pintura à base de resina acrílica nas cores laranja para vôlei, azul para basquete, futsal e handebol, e verde para área de circulação.

5. PERGOLADO

Construído em madeira sintética, para maior durabilidade do equipamento, na cor cumaru, com paisagismo de trepadeiras floridas para minimizar a incidência solar.

Sob o pergolado, deverá ser construído um labirinto no piso de blocos de concreto, além de marcações de jogo de amarelinha, que estimula a concentração e interação social da criança.

6. ESPIROBOL

Área demarcada sobre o piso de bloco intertravado de concreto, com pintura circular em tinta acrílica nas cores vermelha e azul escuro, com mastro central de espirobol em aço galvanizado de Ø3" e pintura automotiva branca.

7. ESCULTURA INTERATIVA

Esculturas lúdicas para brincadeiras de estímulo cognitivo e social.

8. MESAS E BANCOS

Conjunto de mesa e bancos fixos em estrutura metálica, madeira sintética e bancos com encosto, confeccionados em concreto e madeira sintética para maior durabilidade.

9. LIXEIRAS DE COLETA SELETIVA

Lixeiras de coleta seletiva – vidro, plástico, papel e orgânico – em estrutura de concreto.

10. BICICLETÁRIO FIXO

11. BLOCO DE APOIO

Área coberta composta de dois banheiros acessíveis – masculino e feminino, fraldário, sala de administração e almoxarifado.

12. ILUMINAÇÃO

A iluminação da praça é composta por três diferentes tipos: postes altos de 12m para iluminação geral, postes de 4m para iluminação pontual com efeito decorativo e postes de 12m para refletores da quadra poliesportiva.

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ

Débora Alencar Ribeiro
 Déborah Vanessa Ribeiro Barbosa Câmara
 Elane Mirela Tavares Macêdo
 Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
 Isabele Oliveira Cavalcante
 Maria Dagmar de Andrade Soares
 Maria Josete Andrade de Oliveira
 Rafaelle Oliveira Cavalcante Barbosa
 Rafaela Ibiapina Figueiredo
 Selene Maria Penaforte Silveira
 Silvana de Matos Brito Simões
 Silvana Leite Napoleão de Araújo
 Wiarlen Januário Maciel Ribeiro

MEMBROS DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ESTADO CEARÁ – CPDI

Onélia Maria Moreira Leite Santana – Presidente
 Sebastião Lopes Araújo – Vice-presidente – STDS
 Lara Maria Silva Costa – Secretária Executiva - SEPLAG
 Carmem Sílvia de Castro Cavalcante – Membro Gabinete do Governador
 Maria Benildes Uchôa de Araújo - Membro SEDUC
 Maria Dagmar de Andrade Soares – Membro STDS
 Sandra Maria Bezerra Luna – Membro SESA
 Francisca Vilma de Oliveira – Membro SESA
 Gizeli Alves de Moraes – Membro SDA
 Mônica Maria Macêdo - Membro SDA
 Jimmy Lima de Oliveira – Membro IPECE
 Víctor Hugo de Oliveira Silva – Membro IPECE
 Lúcia Maria Bertini – Membro SEJUS
 Andrea Autran do Nascimento - Membro SEJUS
 Rane Félix de Oliveira – Membro SECULT
 Antônia Norma Cássia Costa Santana- Membro SECULT
 Andreia Silvestre dos Santos – Membro SESPORTE
 Mayara Veras Gomes Lima - Membro SESPORTE
 Francisco Williams Cabral Filho – Membro SPD
 Lídiane Nogueira Rebouças - Membro SPD

ORGANIZAÇÃO

Onélia Leite de Santana
 Dagmar Soares
 Selene Penaforte

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Selene Penaforte

REDAÇÃO

Angela Barros Leal

ORGANIZAÇÃO DE IMAGENS E DADOS

Déborah Vanessa
 Wiarlen Ribeiro - Assistente

COORDENAÇÃO DE FOTOGRAFIA

José Wagner da Silva

FOTOGRAFIAS

Ariel Gomes
 Marcos Studart
 Nicolas Gondim
 Nivia Uchoa
 Thiara Montefusco
 Tiago Stille

IMPRESSÃO

Gráfica Santa Marta

Fortaleza, maio de 2019



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



PARCEIROS





A visão pragmática de um Estado eficiente é exemplificada pela maneira como o Estado do Ceará, nos últimos anos, tem encarado o desafio de inovar nas políticas públicas em primeira infância. [...] É uma política inovadora, não só no diagnóstico, mas também na sua abordagem, no seu escopo e no custo aos cofres públicos.

FLÁVIO CUNHA | Professor de Economia, Rice University, Houston, EUA

Definitivamente, precisamos de mais infância e cidadania, criando mais oportunidades de ser criança em todo tempo, em todo lugar, com todos, com tudo, criando novas formas de viver infâncias singulares e plurais.

RUI RODRIGUES AGUIAR | Chefe do Escritório do UNICEF em Fortaleza